

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	12
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	13
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	14
Demonstração de Valor Adicionado	15

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	17
Balanço Patrimonial Passivo	18
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	20
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	22
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	23
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	24
Demonstração de Valor Adicionado	25

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	27
---	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	129
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	130
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	139
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	141

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente
--

142

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	75.577.842
Preferenciais	72.579.922
Total	148.157.764
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	15.367.043	13.757.792	10.234.389
1.01	Ativo Circulante	3.885.724	3.242.337	2.797.079
1.01.01	Disponibilidades	222.709	155.094	82.328
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	89.892	75.342	37.592
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	0	0	2.240
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	76.393	11.342	35.352
1.01.02.03	Aplicações em Operações Compromissadas	13.499	64.000	0
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	402.005	189.559	68.371
1.01.03.01	Carteira Própria	8.357	17.837	18.018
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	247.990	0	0
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	145.658	171.722	50.353
1.01.04	Relações Interfinanceiras	5.023	3.942	2.239
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central do Brasil	5.023	3.942	2.172
1.01.04.03	Correspondente	0	0	67
1.01.06	Operações de Crédito	2.280.111	1.775.658	1.816.039
1.01.06.01	Setor Privado	2.423.785	1.953.214	2.136.277
1.01.06.03	(-) Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	-143.674	-177.556	-320.238
1.01.08	Outros Créditos	551.975	643.544	343.787
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	332.170	487.870	266.007
1.01.08.02	Rendas a Receber	8.637	11.071	13.028
1.01.08.03	Negociação e Intermediação de Valores	86.167	18.892	76.764
1.01.08.04	Diversos	49.659	56.196	54.017
1.01.08.05	(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-6.652	-18.148	-66.029
1.01.08.06	Avais e Fianças Honradas	81.994	87.663	0
1.01.09	Outros Valores e Bens	334.009	399.198	446.723
1.01.09.01	Bens não de Uso Próprio	316.334	385.621	435.478
1.01.09.02	Despesas Antecipadas	17.675	13.577	11.245
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.763.903	9.874.008	6.706.430

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.120	0	0
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.120	0	0
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	8.235.010	7.325.363	4.615.752
1.02.02.01	Carteira Própria	1.089.313	2.285.378	1.569.631
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.513.871	2.107.776	1.723.351
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	953.701	896.093	895.996
1.02.02.05	Vinculados a Compromissos de Recompra	4.678.125	2.036.116	325.922
1.02.02.06	Vinculados ao Banco Central	0	0	100.852
1.02.05	Operações de Crédito	1.172.254	1.201.115	811.570
1.02.05.01	Setor Privado	1.251.761	1.303.493	870.643
1.02.05.03	(-) Provisão para Operações de Crédito com Liquidação Duvidosa	-79.507	-102.378	-59.073
1.02.07	Outros Créditos	1.345.687	1.328.004	1.259.061
1.02.07.01	Carteira de Câmbio	35.043	0	0
1.02.07.02	Rendas a Receber	5.797	9.532	19.622
1.02.07.03	Devedores por Depósito em Garantia	56.927	55.335	57.783
1.02.07.04	Diversos	1.247.920	1.263.162	1.185.201
1.02.07.05	(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	0	-25	-3.545
1.02.08	Outros Valores e Bens	7.832	19.526	20.047
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	7.832	19.526	20.047
1.03	Ativo Permanente	717.416	641.447	730.880
1.03.01	Investimentos	707.529	629.962	718.668
1.03.01.02	Participações em Controladas	707.055	629.488	718.194
1.03.01.04	Outros Investimentos	474	474	474
1.03.02	Imobilizado de Uso	7.737	8.948	9.575
1.03.02.01	Instalações, Móveis Equipamentos de Uso	21.603	21.603	21.594
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	5.017	5.081	4.360
1.03.02.03	(-) Depreciações Acumuladas	-18.883	-17.736	-16.379
1.03.04	Intangível	2.150	2.537	2.637

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.03.04.01	Gastos com Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	3.862	3.347	12.290
1.03.04.02	(-) Amortização Acumulada	-1.712	-810	-9.653

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	15.367.043	13.757.792	10.234.389
2.01	Passivo Circulante	6.738.841	4.965.341	3.136.573
2.01.01	Depósitos	1.845.451	2.329.611	2.090.129
2.01.01.01	Depósitos à Vista	195.382	169.368	90.281
2.01.01.02	Depósitos Interfinanceiros	532.246	18.499	67.049
2.01.01.03	Depósitos a Prazo	1.117.823	2.141.744	1.932.799
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	4.485.015	2.010.735	345.394
2.01.02.01	Carteira Própria	4.485.015	2.010.735	345.394
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	205.861	314.580	493.064
2.01.03.01	Recursos de letras de crédito imobiliário	96.421	84.717	227.945
2.01.03.02	Recursos de Letras de Crédito do Agronegócio	103.005	175.701	262.645
2.01.03.03	Recursos de letras financeiras	6.435	54.162	2.474
2.01.04	Relações Interfinanceiras	311	293	512
2.01.04.01	Correspondentes	311	293	258
2.01.04.02	Recebimentos e pagamentos a liquidar	0	0	254
2.01.05	Relações Interdependências	3.867	782	5.885
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	3.867	782	5.885
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	5	5	22.516
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	5	5	22.516
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	7.483	8.642	28.474
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	27.188	36.398	49.984
2.01.09	Outras Obrigações	163.660	264.295	100.615
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	44.762	26.285	39.853
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	788	52	646
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	34.344	117.636	10.775
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	41.182	23.749	13.305
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	14.091	2.032	6.492
2.01.09.08	Dívidas Subordinada	0	63.398	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.01.09.09	Outros	28.493	31.143	29.544
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	7.837.184	7.979.608	6.222.867
2.02.01	Depósitos	5.365.635	5.013.310	3.810.913
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	0	513.495	0
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	5.365.635	4.499.815	3.810.913
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	383.289	220.595	41.313
2.02.03.01	Recursos de Letras de Crédito do Agronegócio	159.493	125.046	0
2.02.03.02	Recursos de letras financeiras	0	5.549	8.379
2.02.03.04	Recursos de Letras de Crédito Imobiliário	223.796	90.000	32.934
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	6.926	14.377	21.940
2.02.09	Outras Obrigações	2.081.334	2.731.326	2.348.701
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.747.419	2.408.164	2.004.215
2.02.09.02	Fiscais e Previdenciárias	179.630	193.556	177.659
2.02.09.03	Provisão para Passivos Contingentes	21.779	18.319	19.257
2.02.09.04	Dívida Subordinada	132.506	79.037	131.457
2.02.09.05	Outros	0	32.250	16.113
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	11.885	20.149	33.894
2.05	Patrimônio Líquido	779.133	792.694	841.055
2.05.01	Capital Social Realizado	1.202.393	1.202.393	1.202.393
2.05.01.01	De Domiciliados no País	1.073.526	1.073.526	1.073.526
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	128.867	128.867	128.867
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-4.929	14.517	-746
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-4.929	14.517	-746
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	-418.331	-424.216	-360.592

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	990.603	666.445	578.840
3.01.01	Operações de Crédito	454.613	341.047	341.143
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	446.881	249.005	183.711
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	5.836	-72.527	-6.148
3.01.04	Resultado com Operações de Câmbio	83.273	148.920	60.134
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-833.333	-519.314	-676.906
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-819.605	-498.584	-539.893
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-13.728	-52.769	-44.975
3.02.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	0	32.039	-92.038
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	164.733	140.145	-98.066
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-171.073	-272.209	-180.802
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	33.917	34.347	36.319
3.04.02	Despesas de Pessoal	-89.523	-86.994	-82.868
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-89.597	-87.202	-94.429
3.04.04	Despesas Tributárias	-6.416	-5.947	-13.172
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	18.442	16.767	44.759
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-40.841	-112.464	-66.455
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	2.945	-30.716	-4.956
3.05	Resultado Operacional	-6.340	-125.078	-278.868
3.06	Resultado Não Operacional	30.687	4.541	18.272
3.06.01	Receitas	42.685	21.979	34.275
3.06.02	Despesas	-11.998	-17.438	-16.003
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	24.347	-120.537	-260.596
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	-11.415
3.09	IR Diferido	-3.513	72.718	177.817
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-14.949	-15.805	-24.014
3.10.01	Participações	-14.949	-15.805	-24.014
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	5.885	-63.624	-118.208

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,02769	0,03972	-0,79785

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	5.885	-63.624	-118.208
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-19.446	15.263	389
4.02.01	Ativos financeiros disponíveis para venda	-36.032	24.764	-4.894
4.02.02	Hedges fluxo de caixa	1	-9	-7
4.02.03	Outros resultados abrangentes	15.911	2.995	5.371
4.02.04	Imposto de renda	674	-12.487	-81
4.03	Resultado Abrangente do Período	-13.561	-48.361	-117.819

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	148.311	-8.173	-1.452.612
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-14.091	-223.947	-202.577
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	5.885	-63.624	-118.208
6.01.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-7.463	-32.039	92.038
6.01.01.03	Impostos Diferidos	1.317	-72.718	-177.817
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	2.279	2.149	990
6.01.01.05	Provisão para Contingências	2.956	-2.520	500
6.01.01.06	Resultado de Participação e Controlada	-2.945	30.716	4.956
6.01.01.10	Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa Equivalentes de Caixa	-19.086	-86.493	-3.876
6.01.01.11	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	2.966	582	-1.160
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	162.402	215.774	-1.250.035
6.01.02.01	(Aumento) Redução de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-3.120	35.352	662
6.01.02.02	(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários	-1.761.508	-2.309.742	-1.247.283
6.01.02.03	(Aumento) Redução de Operações de Crédito	-479.650	-368.526	-490.392
6.01.02.04	(Aumento) Redução de Outros Créditos	84.090	-244.580	-300.496
6.01.02.05	(Aumento) Redução de Outros Valores e Bens	76.883	48.045	58.207
6.01.02.06	(Aumento) Redução de Relações Interfinanceiras e Interdependências	2.022	-7.025	669
6.01.02.07	(Aumento) Redução de Instrumentos Financeiros Derivativos	-22.299	-115.413	257.836
6.01.02.08	Aumento (Redução) de Depósitos	-131.835	1.441.879	460.855
6.01.02.09	Aumento (Redução) de Operações Compromissadas	2.474.280	1.665.341	-13.298
6.01.02.10	Aumento (Redução) de Recursos e Aceites e Emissões de Títulos	53.975	798	37.098
6.01.02.11	Aumento (Redução) de Outras Obrigações	-104.352	146.882	178.956
6.01.02.12	Aumento (Redução) de Obrigações por Empréstimos e Repasses	-17.820	-63.492	-191.068
6.01.02.13	Aumento (Redução) de Resultado de Exercícios Futuros	-8.264	-13.745	-1.781
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-75.303	-1.421	-30.005
6.02.01	Aquisição de imobilizado de uso	-166	-750	-8.918
6.02.03	Redução/Aumento de capital em controladas	-74.622	0	-18.209
6.02.05	Aquisição/Alienação de intangível	-515	-671	-2.676

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.02.06	Aquisição de investimentos em coligadas e controladas	0	0	-202
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-9.929	68.969	150.295
6.03.02	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	0	57.991	4.200
6.03.03	Aumento de capital	0	0	90.133
6.03.05	Aumento (Redução) em Obrigações por Dívidas Subordinadas	-9.929	10.978	55.962
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	19.086	86.493	3.876
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	543.037	145.868	-1.328.446
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	230.436	84.568	1.413.014
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	312.601	230.436	84.568

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.202.393	0	0	0	-424.216	14.517	792.694
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.202.393	0	0	0	-424.216	14.517	792.694
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	5.885	0	5.885
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-19.446	-19.446
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-19.816	-19.816
5.07.04	Outros ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0	0	0	370	370
5.13	Saldo Final	1.202.393	0	0	0	-418.331	-4.929	779.133

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.202.393	0	0	0	-360.592	-746	841.055
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.202.393	0	0	0	-360.592	-746	841.055
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	-63.624	0	-63.624
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	15.263	15.263
5.07.04	MTM de Títulos	0	0	0	0	0	13.621	13.621
5.07.05	MTM Hedge de FI	0	0	0	0	0	-5	-5
5.07.06	Outros Ajustes	0	0	0	0	0	1.647	1.647
5.13	Saldo Final	1.202.393	0	0	0	-424.216	14.517	792.694

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.112.259	0	0	-39	-242.345	-1.135	868.740
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.112.259	0	0	-39	-242.345	-1.135	868.740
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	-118.208	0	-118.208
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	389	389
5.07.04	MTM de Títulos Disponíveis para Venda	0	0	0	0	0	-3.065	-3.065
5.07.05	MTM Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	0	-4	-4
5.07.06	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	3.458	3.458
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	90.134	0	0	0	0	0	90.134
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	39	-39	0	0
5.13	Saldo Final	1.202.393	0	0	0	-360.592	-746	841.055

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	1.040.271	641.675	519.697
7.01.01	Intermediação Financeira	990.603	666.445	578.840
7.01.02	Prestação de Serviços	33.917	34.347	36.319
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	7.463	32.039	-92.038
7.01.04	Outras	8.288	-91.156	-3.424
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-833.333	-551.353	-584.868
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-71.982	-70.087	-78.822
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-417	-352	-909
7.03.02	Serviços de Terceiros	-52.558	-44.687	-49.324
7.03.04	Outros	-19.007	-25.048	-28.589
7.04	Valor Adicionado Bruto	134.956	20.235	-143.993
7.05	Retenções	-2.279	-2.149	-990
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.279	-2.149	-990
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	132.677	18.086	-144.983
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.945	-30.716	-4.956
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.945	-30.716	-4.956
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	135.622	-12.630	-149.939
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	135.622	-12.630	-149.939
7.09.01	Pessoal	104.472	102.799	106.882
7.09.01.01	Remuneração Direta	57.164	55.902	53.526
7.09.01.02	Benefícios	13.169	12.745	11.790
7.09.01.03	F.G.T.S.	19.190	18.347	17.552
7.09.01.04	Outros	14.949	15.805	24.014
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.929	-66.771	-153.230
7.09.02.01	Federais	8.260	-68.499	-155.158
7.09.02.03	Municipais	1.669	1.728	1.928
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	15.336	14.966	14.617
7.09.03.01	Aluguéis	15.336	14.966	14.617

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.885	-63.624	-118.208
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.885	-63.624	-118.208

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	15.045.370	13.449.080	10.000.740
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	222.710	155.095	85.569
1.02	Ativos Financeiros	12.898.108	11.338.833	7.859.169
1.02.01	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através do Resultado	1.933.514	2.542.298	2.424.485
1.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	1.933.514	2.542.298	2.424.485
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	836.201	2.444.767	2.262.113
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	10.128.393	6.351.768	3.172.571
1.03	Tributos Diferidos	784.136	775.796	694.168
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	784.136	775.796	694.168
1.04	Outros Ativos	1.115.310	1.145.521	1.320.343
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	815.601	909.863	1.022.787
1.04.03	Outros	299.709	235.658	297.556
1.06	Imobilizado	22.956	31.298	38.854
1.06.01	Imobilizado de Uso	22.956	31.298	38.854
1.07	Intangível	2.150	2.537	2.637
1.07.01	Intangíveis	2.150	2.537	2.637

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	15.045.370	13.449.080	10.000.740
2.01	Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado	1.792.181	2.434.449	2.044.068
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	12.377.234	10.082.186	7.001.316
2.04	Provisões	38.443	39.329	41.496
2.05	Passivos Fiscais	13.711	1.777	2.176
2.06	Outros Passivos	20.547	67.670	30.445
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	803.254	823.669	881.239
2.08.01	Capital Social Realizado	1.202.393	1.202.393	1.202.393
2.08.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-394.617	-393.023	-318.677
2.08.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-4.522	14.299	-2.477

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.525.289	1.209.672	893.443
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-874.248	-495.578	-580.068
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	651.041	714.094	313.375
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-640.555	-806.233	-589.333
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	55.807	36.077	40.053
3.04.02	Despesas de Pessoal	-99.853	-96.491	-100.991
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-89.023	-89.054	-102.504
3.04.04	Despesas Tributárias	-20.195	-18.629	-27.861
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	-444.426	-689.925	-287.796
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-42.865	2.156	-110.234
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	10.486	-141.772	-275.958
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.026	70.764	160.331
3.06.01	Corrente	-16.642	-2.882	-16.780
3.06.02	Diferido	8.616	73.646	177.111
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.460	-71.008	-115.627
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	2.460	-71.008	-115.627
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.460	-71.008	-115.627
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,0166	-0,48	1,56
3.99.01	Lucro Básico por Ação	0,0166	-0,48	1,56

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	2.460	-71.008	-115.627
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-18.821	16.776	2.941
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-16.361	-54.232	-112.686
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-16.361	-54.232	-112.686

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	74.661	43.715	-1.475.496
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	23.749	-233.304	-186.380
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	50.912	277.019	-1.289.116
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.653	3.682	-42.284
6.02.02	(Aquisição) de Imobilizado de uso	-1.138	3.627	-39.997
6.02.03	(Aquisição) do Intangível	-515	55	-2.287
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-9.929	10.978	146.135
6.03.02	Aquisições líquida de ações em tesouraria	0	0	39
6.03.03	Aumento (Redução) Dívidas subordinadas	-9.929	10.978	55.962
6.03.04	Aumento de Capital	0	0	90.134
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	19.086	86.493	3.876
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	82.165	144.868	-1.367.769
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	230.437	85.569	1.453.338
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	312.602	230.437	85.569

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.202.393	0	0	-393.023	14.299	823.669	0	823.669
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.202.393	0	0	-393.023	14.299	823.669	0	823.669
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.594	-18.821	-20.415	0	-20.415
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.460	0	2.460	0	2.460
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-4.054	-18.821	-22.875	0	-22.875
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-4.054	-18.821	-22.875	0	-22.875
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.202.393	0	0	-394.617	-4.522	803.254	0	803.254

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.202.393	0	0	-318.677	-2.477	881.239	0	881.239
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.202.393	0	0	-318.677	-2.477	881.239	0	881.239
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-74.346	16.776	-57.570	0	-57.570
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-71.008	0	-71.008	0	-71.008
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-3.338	16.776	13.438	0	13.438
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-3.338	16.776	13.438	0	13.438
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.202.393	0	0	-393.023	14.299	823.669	0	823.669

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.112.259	-39	0	-238.065	-5.418	868.737	0	868.737
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-417	0	-417	0	-417
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.112.259	-39	0	-238.482	-5.418	868.320	0	868.320
5.04	Transações de Capital com os Sócios	90.134	39	0	-39	0	90.134	0	90.134
5.04.01	Aumentos de Capital	90.134	0	0	0	0	90.134	0	90.134
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	39	0	-39	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-80.156	2.941	-77.215	0	-77.215
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-115.627	0	-115.627	0	-115.627
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-4.280	2.941	-1.339	0	-1.339
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-4.280	2.941	-1.339	0	-1.339
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	39.751	0	39.751	0	39.751
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	39.751	0	39.751	0	39.751
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.202.393	0	0	-318.677	-2.477	881.239	0	881.239

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	1.104.318	628.562	539.513
7.01.01	Intermediação Financeira	1.034.789	629.885	579.981
7.01.02	Prestação de Serviços	55.807	36.077	40.053
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-32.354	12.649	-106.187
7.01.04	Outras	46.076	-50.049	25.666
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-874.248	-555.665	-580.068
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-79.941	-80.609	-89.066
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-2.058	-353	910
7.03.02	Serviços de Terceiros	-71.629	-73.737	-88.719
7.03.04	Outros	-6.254	-6.519	-1.257
7.04	Valor Adicionado Bruto	150.129	-7.712	-129.621
7.05	Retenções	-4.256	-3.974	-2.790
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.256	-3.974	-2.790
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	145.873	-11.686	-132.411
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	145.873	-11.686	-132.411
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	145.873	-11.686	-132.411
7.09.01	Pessoal	99.853	96.490	100.991
7.09.01.01	Remuneração Direta	51.880	49.593	47.612
7.09.01.02	Benefícios	13.168	12.745	11.807
7.09.01.03	F.G.T.S.	4.081	4.055	4.574
7.09.01.04	Outros	30.726	30.097	36.998
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	28.222	-52.134	-132.470
7.09.02.01	Federais	16.967	-62.860	-145.640
7.09.02.02	Estaduais	0	0	24
7.09.02.03	Municipais	11.255	10.726	13.146
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	15.336	14.966	14.695
7.09.03.01	Aluguéis	15.336	14.966	14.695
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.460	-71.008	-115.627

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.460	-71.008	-115.627

Relatório da Administração e Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Prezados acionistas, apresentamos o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine (Banco) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

O Banco Pine (B3: PINE4) é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de vinte quatro anos destaca-se por financiar e assessorar empresas em todo território nacional. Seu propósito é “financiar rápido e servir bem milhares de empresas, em benefícios das pessoas”. A estratégia do Banco baseia-se em conhecer cada cliente profundamente, entendendo o negócio e potencial envolvido, de modo a construir soluções e alternativas financeiras personalizadas por meio de seus produtos, como serviços de conta corrente, capital de giro e rotativos, derivativos, cobranças, transferências, fianças, câmbio, comércio exterior, seguros e investimentos.

Esta estratégia requer diversidade na oferta de serviços e produtos, capital humano qualificado, administração de riscos eficiente e agilidade digital, características consistentemente desenvolvidas pelo Banco.

Por meio de soluções ágeis e funcionais que facilitam o dia-a-dia dos clientes, o Banco Pine se posiciona para ser a melhor opção entre os bancos médios, atendendo grupos econômicos com faturamento anual acima de R\$10 milhões classificados em dois segmentos:

GRANDES EMPRESAS

Grupos econômicos com faturamento anual
acima de R\$ 500 milhões

EMPRESAS

Grupos econômicos com faturamento anual
de até R\$ 500 milhões

O Banco segue em constante evolução e investindo cada vez mais na sua transformação digital, determinado a aperfeiçoar os processos e reduzir a burocracia, proporcionando sempre a melhor experiência aos clientes e um ambiente de trabalho que promova a integração entre os times, e mais agilidade em suas atividades.

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

Dois eventos caracterizaram o 4T21: **aumento dos casos de coronavírus** em virtude da nova variante ômicron, e a **mudança de postura** dos principais bancos centrais no mundo na direção do viés mais contracionista em relação aos primeiros nove meses de 2021. **As surpresas inflacionárias no 4T21 foram muito negativas no Brasil e no exterior.** Nesse período, o IPCA atingiu quase 10,1% - muito acima do teto da meta de 5,25%, e a variação do índice de inflação ao consumidor nos EUA (*Consumer Price Index*, CPI) foi de 7,1%, bem superior ao limite de tolerância de 2,5% ao ano. Mesmo o núcleo de inflação do CPI nos EUA, que exclui alimentos e energia (que são itens normalmente mais voláteis nas medidas de inflação), encostou em 5,5%, nível bastante elevado em relação à tolerância do Fed com a inflação do CPI. Portanto, além de as expectativas de inflação para 2022 terem piorado muito no Brasil e no exterior, as perspectivas para a atividade econômica a partir do 1T22 deterioraram em função da redução da mobilidade social (principalmente nos EUA, na Europa e na China) associada à ômicron, e da perspectiva de elevação da taxa básica de juros nos EUA e no Brasil, fundamentalmente.

As revisões para o crescimento do PIB brasileiro apontam atualmente para uma variação de apenas 0,3% em 2022 ante a projeção de 4,6% no ano passado, sendo que há um grupo relativamente grande de analistas contando com a variação do PIB entre -1% e 0%. Boa parte do aumento do pessimismo se deve à expectativa de que a Selic atinja 11,75% em março e, provavelmente, encerre o ciclo de alta em maio de 2022, quando estima-se que poderá atingir o **patamar de até 12,5%**. Esta trajetória de alta da Selic que o Bacen vem promovendo visa, principalmente, a convergência da inflação de 2023 para o centro da meta (3,25%), e tem sido vista como necessária para conter a variação do IPCA perto de 5,5% este ano (acima do teto da meta de inflação para 2022, igual a 5%). A ideia também é ancorar as expectativas de uma alta persistente e disseminada da inflação, que limita o crescimento real do crédito pessoal e corporativo, contribuindo para que **o PIB anual feche próximo a 0% em 2022.**

O custo da política monetária mais restritiva no Brasil e no exterior afeta mais significativamente os setores industriais e de serviços, incluindo o comércio varejista. Enquanto a indústria brasileira cresceu marginalmente 0,8% no 4T21 em relação ao trimestre imediatamente anterior (que contraiu 0,8% comparado ao 2T21), o setor de serviços expandiu 0,5% ante o 3T21, acelerando com relação ao crescimento do 2T21. Ou seja, a variante ômicron e, principalmente, a significativa elevação da Selic atuam conjuntamente na desaceleração da tendência de recuperação que vinha se desenhando no final do ano passado.

Em geral, a elevada inflação brasileira no 4T21 e as sua perspectiva de alta são puxadas pela forte variação anual da inflação dos **bens industriais** – provocada pelo crescimento de custos associados às rupturas na cadeia global de itens industriais, **agropecuários** – influenciados pelo choque de oferta associado à crise hídrica, e **administrados pelo governo** – determinados também pela crise hídrica e consequente elevação da tarifa de energia elétrica, e pela alta dos preços dos combustíveis. A deterioração das projeções de inflação em 2022 já contamina as expectativas de inflação em 2023, que estão em 3,5%, acima da meta de 3,25% do ano que vem. Portanto, a retomada da inflação de serviços deixa

Demonstrações Financeiras | 31 de dezembro de 2021

Relatório da Administração Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

o IPCA relativamente pressionado e caracterizado por inércia inflacionária relativamente mais alta, contribuindo para a deterioração das projeções já elevadas para variação do IPCA, principalmente em 2022.

No âmbito das contas públicas federais, a aprovação da PEC dos Precatórios e o aumento do teto de gastos para 2022 produziram um espaço no limite de gastos de R\$111 bilhões, suficiente para acomodar, principalmente, o Novo Auxílio Emergencial almejado pelo governo e as emendas parlamentares e do relator do orçamento, ambos previstos para 2022. É importante notar que, mesmo descontadas todas as despesas desejadas pelo executivo e pelo legislativo, ainda sobra um espaço no teto de R\$25 bilhões em 2022. A mudança da regra de apuração do teto de gastos e a postergação do pagamento de precatórios abalam, portanto, a âncora fiscal criada por meio da regra do teto em 2016 e contribui para manter a dívida bruta do setor público acima de 80% em 2022. Estas perspectivas elevam os juros futuros longos vencidos acima de janeiro 2025 para patamares entre 9,5% e 11%, prejudicando a perenidade do crédito privado de longo prazo, a rolagem da dívida pública para prazos mais distantes, e a intenção do Bacen em manter Selic perto de 7% no final de 2023.

Essa estratégia é importante para manter estável a tendência da inadimplência da pessoa jurídica (PJ) junto ao sistema financeiro privado entre 1,5% e 2%, e para preservar o crédito PJ com recursos privados acima de 15% do PIB. Este é um resultado fundamental para que a transmissão da política monetária para o crédito funcione adequadamente, permitindo que o PIB cresça pelo menos 2% em 2023.

2. DESEMPENHO

2.1 Resultado societário

RESULTADOS (R\$ Milhões)	2020	2021	Variação Δ 2020
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	149,8	166,8	11,4%
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	32,0	7,5	(76,7%)
Receita de prestação de serviços e tarifas	42,3	39,9	(5,8%)
Despesas administrativas e de pessoal	(179,0)	(182,4)	1,9%
Resultado operacional	(97,2)	0,3	-
Lucro (prejuízo) líquido contábil	(63,6)	5,9	-

2.2 Resultado gerencial

Visando uma melhor compreensão e análise do desempenho do Banco, as explicações desse relatório são baseadas na Demonstração Gerencial do Resultado, que considera algumas reclassificações gerenciais realizadas na Demonstração do Resultado Societário auditado. Além dos critérios gerenciais, desde o 4T20 passamos a considerar os efeitos de itens extraordinários no resultado, demonstrando o lucro líquido ajustado por eventos não recorrentes. **Para mais informações e detalhes das reclassificações, favor acessar o Relatório de Análise Gerencial dos Resultados do 4T21 disponível no site de Relações com Investidores.**

RESULTADOS (R\$ Milhões)	2020	2021	Variação Δ 2020
Margem financeira bruta	131,8	158,6	20,3%
Custo de crédito	(28,1)	(18,0)	(35,7%)
Receita de prestação de serviços e tarifas	42,3	39,9	(5,8%)
Despesas administrativas e de pessoal (inclui PLR)	(191,3)	(197,4)	3,2%
Resultado operacional	(59,4)	(18,2)	(69,3%)
Lucro (prejuízo) líquido recorrente	(35,7)	5,9	-

O Banco vem demonstrando uma evolução consistente na rentabilidade. Essa performance é reflexo do crescimento da base de clientes, e maior vinculação dos mesmos com os produtos do Banco, resultando no aumento da transacionalidade.

- A Margem Financeira Bruta somou R\$158,6 milhões em 2021, aumento de 20,3% na comparação com 2020, reflexo das maiores receitas recorrentes de crédito.
- Em 2021, o Custo do Crédito apresentou uma redução de 35,7% em relação ao ano anterior, decorrente, principalmente, do maior volume de recuperação de créditos baixados como prejuízo, e pela redução do risco de alguns clientes do segmento Grandes Empresas.

Relatório da Administração Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



- As receitas de prestação de serviços e tarifas reduziram 5,8% na comparação anual, principalmente com comissão de fianças e intermediação, decorrente da nossa estratégia em atuar de maneira mais seletiva nesse produto.
- Aumento no patamar de despesas de pessoal e administrativas de 3,2% na comparação com 2020, significativamente abaixo da inflação do período.
- **O resultado recorrente gerencial totalizou R\$5,9 milhões em 2021, comparado a R\$-35,7 milhões em 2020.**
- › A carteira de crédito classificada (Res. 2.682), foco do nosso modelo de negócios, totalizou R\$4,3 bilhões em dezembro de 2021, crescimento de 8,8% nos últimos 12 meses, sendo: (i) 1,2% no segmento de Grandes Empresas; (ii) 22,1% no segmento de Empresas.
- Controle dos indicadores de inadimplência, mantendo elevado o Índice de Cobertura para atrasos acima de 90 dias. Os créditos classificados entre os ratings AA-C representavam 92,4% da carteira de crédito ao final de dezembro de 2021, ante 91,4% em dezembro de 2020.
- O total de captação atingiu R\$7,9 bilhões em dezembro de 2021. O portfólio permaneceu diversificado e segue alocado em prazos mais longos e sem concentração de vencimentos, corroborando com o perfil dos ativos.
- Patamar sólido de liquidez, com caixa livre equivalente a R\$1,2 bilhão.
- Índice de Basileia encerrou dezembro de 2021 em 11,1%, sendo 9,6% de Capital Nível I.

3. RATINGS

O Banco é classificado por agências nacionais internacionais de *rating* e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional, a solidez financeira e a qualidade da sua administração, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida. Segue abaixo os *ratings* vigentes da agência Fitch.

	Local	Global	Soberano
Fitch Ratings	BB+	B-	BB-

4. RECURSOS HUMANOS

Financiar rápido e servir bem milhares de empresas em benefício das pessoas. Este é o propósito que motiva o Banco Pine a fazer a diferença no mercado financeiro brasileiro. Em tempos exponenciais, em que o mundo digital nos transforma, o Banco acredita que as pessoas são os principais agentes de um processo de transformação, sendo assim, responsáveis diretos pelo sucesso do Banco.

Para disseminar este propósito e estas crenças, o Banco Pine criou o “**Pine Pulsa**”, o seu manifesto cultural, expresso por meio dos valores que acredita serem fundamentais na prática do dia a dia dos seus colaboradores: **Pensar Diferente; Seja o Cliente; Ser para o Outro; Jogue Limpo e Juntos somos donos.**

Em 2021, atualizamos nossa estratégia de competências, atualizando o direcionamento comportamental diante as novas necessidades do mercado e ao novo momento do Banco. As novas competências direcionadoras são: **Mindset Digital e análise de Dados; Análise Crítica; Protagonismo; Planejamento e Execução; Entrega Sistemática de Resultados Sustentáveis; Orientação para Serviços; Processos; Posicionamento; Resiliência; Empatia; e Autoconhecimento.**

O Banco acredita que a Cultura é fortemente disseminada por meio do exemplo dos líderes, por isso periodicamente orientamos a liderança a praticar em suas reuniões de equipe a escuta ativa, a disseminação de informações organizacionais relevantes e a prática de dinâmicas e atividades para manter o grupo unido e um bom clima de trabalho. Com intuito de disseminar a estratégia do Banco, temos uma metodologia de avaliação de desempenho que contempla os objetivos de negócio, os objetivos individuais e as novas competências. A composição destes três pilares de avaliação, compõem a nota dos colaboradores.

Neste ano de 2021 o Banco aplicou pesquisas para sentir o clima organizacional e atuar tempestivamente em questões específicas pontuadas pelos colaboradores. Realizamos reuniões com grupos para explorar o aspecto qualitativo do diagnóstico e esses insumos se tornaram plano de ação para promover a melhoria contínua do clima organizacional. Ainda vivenciando a situação de pandemia, as áreas continuam atuando de maneira híbrida com parte reduzida dos colaboradores atuando no escritório e a maior parte das pessoas atuando em home office. O time de tecnologia do Banco desenvolveu um aplicativo exclusivo aos funcionários que permite a reserva do espaço do trabalho no escritório, garantindo o controle prévio da ocupação, mantendo a segurança e o distanciamento social entre os times. Os planos de expansão da atuação presencial acompanham os avanços da campanha nacional de imunização, para que as pessoas

Relatório da Administração Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



se sintam cada vez mais seguras neste retorno, afinal, a preservação da saúde e o bem-estar dos colaboradores seguem como prioridade.

O processo de comunicação e educação corporativa continua adaptado para capacitar líderes e colaboradores em sua atuação durante a pandemia. Além disso, o tema 'bem-estar' esteve em pauta ao longo de todo o período, trazendo orientações e dicas sobre cuidados da saúde em diversos aspectos, inclusive com a elaboração da campanha de vacinação contra gripe. Para fomentar a capacitação contínua, mantemos uma agenda recorrente de *workshops* Colaborativos, Programas de Desenvolvimento da Liderança, Programas de Integração, dentre outros.

Nos temas de Responsabilidade Social, seguimos com a parceira junto a duas organizações: **Instituição Assistencial Lar das Bênçãos**, participando ativamente da campanha de doação de itens para famílias carentes; e **Instituto Reciclar**, renovando a parceria por meio do projeto de mentoria de carreira para jovens em situação de vulnerabilidade social.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Possuímos políticas atualizadas de governança corporativa, em decorrência do compromisso permanente com os acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados, estão:

- › Listado no Nível 2 de Governança Corporativa da B3;
- › Dois membros independentes no Conselho de Administração;
- › 100% *tag along* para todas as ações, inclusive as preferenciais;
- › Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas;
- › Divulgação anual de resultados em dois padrões contábeis, BRGaap e IFRS; e
- › Instalação de Comitês de Auditoria e Comitê de Remuneração, composto por membros independentes, que respondem diretamente ao Conselho de Administração.

ESG

Em 2020 criamos a nossa Comissão ESG, dando início a um projeto de reestruturação nos aspectos ambientais, sociais e de governança no Banco Pine. Avançamos nesse tema ao longo do ano de 2021 por meio da criação de uma Agenda ESG, nos aprofundando na maturidade de gestão de cada dimensão do banco. Criamos um plano trienal (2022~2024) como parte do processo evolutivo do nosso modelo de gestão ESG.

Dando início aos projetos dessa Agenda, no 4T21 aderimos à Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da ONU para mobilizar a comunidade empresarial no desenvolvimento de ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade, principalmente nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Por meio da adesão ao Pacto Global, nos comprometemos em colaborar com o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nosso plano trienal está pautado em diversas ações internas e externas para atingirmos esses objetivos. No âmbito ambiental, nos comprometemos com a revisão da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA); revisão dos procedimentos de aceitação de garantias sob a ótica do risco socioambiental; análise da exposição do risco socioambiental dos ativos; criação de KPIs para avaliar a exposição de risco socioambiental de garantias; criação de KPIs para avaliar as autuações de ativos imobiliários recebidas em garantias; e estudo e análise de exposição ao risco climático.

Já no quesito social, planejamos atualizar nosso Código de Conduta com inclusão de aspectos mais específicos; criar mais treinamentos relacionados ao combate à corrupção; desenvolver um programa de diversidade institucional; e criar um programa de inclusão para pessoas com deficiências.

Por fim, em termos de governança, buscamos padronizar atas de comissões e comitês; criar o movimento “ESG PINE” com funcionários; construir nossa matriz de materialidade; atualizar o propósito do Banco; e estudar a adesão pública aos compromissos institucionais que fazem conexão com nossa agenda.

Além disso, celebramos recentemente nossa associação à Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas), estreitando nossa relação com o mercado de capitais. Alinhados com a nossa estratégia ESG, acreditamos que um mercado de capitais eficiente permite reconhecer, respeitar e alinhar interesses econômicos com questões sociais e ambientais, sendo chave para o desenvolvimento econômico do país.

Relatório da Administração Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Com relação ao Covid-19, continuamos monitorando os efeitos desta pandemia que podem afetar nossas operações e que possam afetar adversamente nossos resultados, e seguimos engajados no combate à pandemia, mantendo nossas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se a intensificação do trabalho remoto; a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do COVID-19; e a contínua comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento.

BACEN – Resolução nº 3.068

Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, declaramos ter capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$5.869,6 milhões, representando 84,0% do total de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos em dezembro de 2021.

6. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, no período de janeiro a dezembro de 2021, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

7. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri.pine.com), o Banco mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

8. AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos acionistas e clientes pela confiança depositada, e aos colaboradores por toda dedicação e excelente trabalho na construção de um mercado financeiro cada vez mais competitivo e ético. Ciosos da responsabilidade de financiar rápido e servir bem nossos clientes, buscamos constantemente novas formas de melhorar nossos produtos e serviços, em benefício das pessoas e empresas.

A Administração

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.

31 de dezembro de 2021

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Preparadas de acordo com as Práticas Contábeis
adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições
autorizadas a funcionar pelo Bacen



BANCO
PINE

Notas Explicativas

Índice	Página
Relatório do Auditor Independente.....	1
Resumo do Comitê de Auditoria.....	10
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias.....	11
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes.....	12
Relatório da Administração.....	13
Balanço Patrimonial.....	18
Demonstração do Resultado.....	19
Demonstração do Resultado Abrangente.....	20
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	21
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto).....	22
Demonstração do Valor Adicionado.....	24
Notas Explicativas	
1. Contexto Operacional.....	25
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias.....	25
3. Principais Práticas Contábeis.....	25
4. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	29
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	29
6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	30
7. Carteira de Crédito, Garantias Prestadas e Títulos com Risco de Crédito.....	34
8. Outros Ativos Financeiros.....	35
9. Ativos Fiscais.....	36
10. Investimentos.....	37
11. Outros Ativos.....	37
12. Imobilizado de Uso.....	38
13. Depósitos e demais Instrumentos Financeiros.....	38
14. Dívida Subordinada.....	38
15. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias.....	39
16. Outros Passivos.....	40
17. Patrimônio Líquido.....	40
18. Demonstração de Resultado.....	40
19. Imposto de Renda e Contribuição Social.....	42
20. Transações entre Partes Relacionadas.....	42
21. Compromissos, Garantias e Outras Informações.....	43
22. Programa de Participação nos Lucros e Resultados.....	43
23. Gestão de Riscos e de Capital.....	43
24. Operações Ativas Vinculadas.....	47
25. Outras Informações.....	47
26. Outros Assuntos.....	48
27. Eventos Subsequentes.....	48

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pine S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

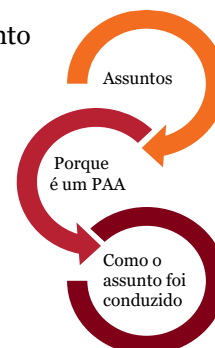
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Banco Pine S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Nossa auditoria para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração de títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado

Conforme divulgado nas notas 3(e) e 6(a), o Banco mantém investimentos em títulos de dívida de companhias de capital fechado classificados na categoria disponível para venda e mensurados ao valor justo.

Esses investimentos em títulos de dívida não são negociados em mercado ativo. Dessa forma, no processo de mensuração do valor justo, a administração aplicou seu julgamento em relação à definição do modelo aplicado e às premissas adotadas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, uma vez que o uso de diferentes modelos de mensuração ou de premissas poderiam produzir variações no valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes sobre os controles relevantes identificados nesse processo, tais como os controles de validação da captura das premissas e da aplicação dessas no processo de mensuração do valor justo dos títulos de dívida.

Analizamos a metodologia de mensuração do valor justo desses títulos de dívida e a razoabilidade das premissas adotadas pela administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas em exercícios anteriores.

Efetuamos, também, para amostras selecionadas, testes de recálculo do valor justo dos títulos de dívida, com base nas premissas adotadas pela administração.

Consideramos que os modelos e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado nas notas 3(h) e 7(d), o Banco mensurou a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o estabelecimento de níveis de risco (*rating*) para cada operação, conforme previsto na Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A definição de risco (*rating*) das operações considera julgamento por parte da administração quanto à definição das premissas e da conjuntura econômica, da experiência passada, dos níveis de inadimplência, de riscos específicos em relação às operações e aos devedores e suas respectivas garantias.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes sobre os controles internos relevantes relacionados ao processo de classificação dos níveis de risco, de monitoramento das garantias recebidas e da integridade da base de dados da carteira de crédito, que serve como base para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Efetuamos, também, em base amostral, testes documentais sobre a existência de garantias apresentadas, bem como sobre a razoabilidade do julgamento e das premissas adotadas pela administração para a determinação dos *ratings* e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão considerando os referidos níveis de riscos atribuídos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Valor recuperável do crédito tributário

Conforme divulgado nas notas 3(s) e 9, o Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidos pela administração, para projeção de lucros tributários futuros.

Nossos principais procedimentos consideraram a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração.

Comparamos as premissas críticas utilizadas com as projeções orçamentárias elaboradas pela administração e, quando aplicável, com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado.

Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

Porque é um PAA

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Ativos não financeiros mantidos para venda

Conforme divulgado nas notas 3(j) e 11(a), o Banco possui ativos não financeiros mantidos para venda compostos principalmente por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo menos o custo de venda, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

A administração considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, metodologia de cálculo e premissas estabelecidas pela administração.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois envolve a utilização de premissas e julgamentos por parte da administração na mensuração do valor recuperável desses imóveis e a sua relevância no contexto das demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos consideraram, dentre outros, a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizada pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Adicionalmente, efetuamos testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo desenvolvida pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Consideramos que a metodologia e as premissas adotadas pela administração no registro do valor recuperável desses ativos são razoáveis em todos aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Contingências fiscais

Conforme divulgado nas notas 3(q) e 15(b), o Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, inerentes as suas operações, os quais são avaliados de forma recorrente, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda.

A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da administração que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.

As contingências fiscais podem ser encerradas após

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e o entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos.

Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e confirmamos com os assessores jurídicos os dados dos principais processos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda.

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

Porque é um PAA

um longo espaço temporal e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também de aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, devido aos aspectos processuais e ao nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Consideramos que os critérios adotados pela administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são apropriados.

Ambiente de tecnologia da informação

Devido à diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco em sua operação.

Nossos procedimentos consideraram os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas.

Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável.

Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e controles estabelecidos pela administração apresentaram uma base razoável de eficácia para suportar os principais processos de negócios que geram informações críticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.

Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta - NIRE 35300525515
CNPJ 62.144.175/0001-20
RESUMO DO COMITÊ DE AUDITORIA



O Comitê de Auditoria do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Conglomerado Pine") é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto unicamente por membros independentes, implantado conforme regulamentações do Banco Central do Brasil – BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e atua de acordo com o estabelecido em seu Regimento (disponível no sítio eletrônico de Relações com Investidores <https://ri.pine.com>), tendo por competência zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Para cumprimento de suas atribuições, o Comitê de Auditoria se baseia em informações recebidas da Administração; nos trabalhos da Auditoria Interna e do Auditor Independente; nas informações das estruturas responsáveis pelo gerenciamento integrado de riscos, controles internos e conformidade; assim como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. O Comitê estabeleceu canal eficiente de comunicação, por intermédio da Auditoria Interna, de modo que as solicitações de informações são atendidas pela administração e demais funcionários.

A elaboração das Demonstrações Financeiras do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil é de responsabilidade de sua Administração, a quem cabe estabelecer procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na sua elaboração. Ainda, compete à Administração, dentre outras responsabilidades, gerenciar os riscos, estabelecer a estrutura e funcionamento do sistema de controles internos e garantir a conformidade legal.

A PricewaterhouseCoopers (PwC) Auditores Independentes é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir relatório sobre sua adequação e apresentação, em todos os aspectos relevantes, da posição patrimonial e financeira do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Conselho de Administração e supervisionada pelo Comitê de Auditoria. Atua de forma independente, adota metodologia própria em conformidade com as normas aplicáveis e melhores práticas da profissão. A metodologia utiliza uma abordagem baseada em riscos para priorização e determinação da frequência dos trabalhos. A Auditoria Interna provê o Conselho, o Comitê de Auditoria e a Diretoria Executiva, com avaliações independentes, imparciais e objetivas, da eficiência e eficácia dos controles internos, do gerenciamento de riscos, das práticas de governança e da aderência dos processos às normas regulamentares e procedimentos estabelecidos pela Administração.

1. Atividades do Comitê de Auditoria no 2º semestre de 2021

No cumprimento de suas atribuições, o Comitê de Auditoria realizou as seguintes atividades:

a) Auditoria Independente: O Comitê sempre que necessário realizou reuniões com a PwC para apreciar o escopo, planejamento e resultados de seus trabalhos, bem como discutir aspectos contábeis relevantes que fundamentam a opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis e relatórios financeiros, as recomendações incluídas nos relatórios de controles internos e os respectivos planos de ação desenvolvidos pela Administração. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.

b) Auditoria Interna: O Comitê em diversas reuniões interagiu com a Auditoria Interna de forma a monitorar a adequação da estrutura e funcionamento, discutir, aprovar e acompanhar a execução do plano de Auditoria Interna quanto à cobertura dos principais riscos do Conglomerado Pine e o resultado dos trabalhos realizados, os relatórios emitidos, conclusões e recomendações, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.

c) Demonstrações Financeiras Consolidadas: O Comitê em reuniões com a Controladoria e a diretoria repassou e acompanhou o processo de elaboração e discussão dos critérios e práticas contábeis aplicadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, e as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório do Auditor Independente. Não foram identificadas divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria para o período em análise.

d) Administração de Riscos: O Comitê reuniu-se em diversas ocasiões com a diretoria de Compliance, PLD, Riscos e Segurança da Informação, responsável pela Gestão Integrada de Risco do Conglomerado Pine de forma a acompanhar os aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos do Conglomerado Pine e o processo de governança para definir o apetite de riscos e controlar os limites estabelecidos. O Comitê manteve atenção especial à gestão da crise provocada pela pandemia do COVID-19, principalmente no acompanhamento das principais medidas adotadas pelo Conglomerado Pine.

e) O Comitê realizou, ainda, reuniões com diversas áreas do Conglomerado Pine para o conhecimento, apreciação e avaliação do ambiente de controles internos, com ênfase nos aspectos de conformidade legal, gestão de riscos, práticas de governança e atuação e comprometimento dos gestores.

f) O Comitê conta com a participação de um membro do Conselho de Administração que permite relatos sistemáticos das suas atividades. Adicionalmente, o presidente e membro qualificado do Comitê esteve presente em reuniões do Conselho de Administração.

2. Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórios de acordo com os objetivos propostos, bem como que o sistema de controles internos e os esforços que vêm sendo realizados para seu contínuo aprimoramento são adequados ao porte e complexidade das operações do Conglomerado Pine e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras do Banco Pine S.A. e suas controladas para o exercício/semestre findos em 31 de dezembro de 2021, bem como ao estudo de realização do crédito tributário desta mesma data, recomendando sua aprovação ao Conselho de Administração.

14 de fevereiro de 2022.

William Pereira Pinto – Presidente e Membro Qualificado

Mailson Ferreira da Nóbrega – Membro representante do Conselho de Administração

Walkyria Aparecida Augusto – Membro Independente

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Após análise das Demonstrações Financeiras da Instituição, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria ("Demonstrações Financeiras"), os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, §1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2022.

Membros da Diretoria Executiva

Mauro Sanchez
Carlos Eduardo Tyba
Rodrigo Esteves Pinheiro
Sergio Luis Patricio
Marcelo Camargo
Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araújo
Jailton Marcio Donasan
Renata Leme Borges dos Santos

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



Após análise das Demonstrações Financeiras da Instituição, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria ("Demonstrações Financeiras"), os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2022.

Membros da Diretoria Executiva

Mauro Sanchez
Carlos Eduardo Tyba
Rodrigo Esteves Pinheiro
Sergio Luis Patricio
Marcelo Camargo
Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araújo
Jailton Marcio Donasan
Renata Leme Borges dos Santos

Notas Explicativas

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Prezados acionistas, apresentamos o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine (Banco) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

O Banco Pine (B3: PINE4) é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de vinte quatro anos destaca-se por financiar e assessorar empresas em todo território nacional. Seu propósito é “financiar rápido e servir bem milhares de empresas, em benefícios das pessoas”. A estratégia do Banco baseia-se em conhecer cada cliente profundamente, entendendo o negócio e potencial envolvido, de modo a construir soluções e alternativas financeiras personalizadas por meio de seus produtos, como serviços de conta corrente, capital de giro e rotativos, derivativos, cobranças, transferências, fianças, câmbio, comércio exterior, seguros e investimentos.

Esta estratégia requer diversidade na oferta de serviços e produtos, capital humano qualificado, administração de riscos eficiente e agilidade digital, características consistentemente desenvolvidas pelo Banco.

Por meio de soluções ágeis e funcionais que facilitam o dia-a-dia dos clientes, o Banco Pine se posiciona para ser a melhor opção entre os bancos médios, atendendo grupos econômicos com faturamento anual acima de R\$ 10 milhões classificados em dois segmentos:

GRANDES EMPRESAS

Grupos econômicos com faturamento anual
acima de R\$ 500 milhões

EMPRESAS

Grupos econômicos com faturamento anual
de até R\$ 500 milhões

O Banco segue em constante evolução e investindo cada vez mais na sua transformação digital, determinado a aperfeiçoar os processos e reduzir a burocracia, proporcionando sempre a melhor experiência aos clientes e um ambiente de trabalho que promova a integração entre os times, e mais agilidade em suas atividades.

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

Dois eventos caracterizaram o 4T21: **aumento dos casos de coronavírus** em virtude da nova variante ômicron, e a **mudança de postura** dos principais bancos centrais no mundo na direção do viés mais contracionista em relação aos primeiros nove meses de 2021. **As surpresas inflacionárias no 4T21 foram muito negativas no Brasil e no exterior.** Nesse período, o IPCA atingiu quase 10,1% - muito acima do teto da meta de 5,25%, e a variação do índice de inflação ao consumidor nos EUA (*Consumer Price Index*, CPI) foi de 7,1%, bem superior ao limite de tolerância de 2,5% ao ano. Mesmo o núcleo de inflação do CPI nos EUA, que exclui alimentos e energia (que são itens normalmente mais voláteis nas medidas de inflação), encostou em 5,5%, nível bastante elevado em relação à tolerância do Fed com a inflação do CPI. Portanto, além de as expectativas de inflação para 2022 terem piorado muito no Brasil e no exterior, as perspectivas para a atividade econômica a partir do 1T22 deterioraram em função da redução da mobilidade social (principalmente nos EUA, na Europa e na China) associada à ômicron, e da perspectiva de elevação da taxa básica de juros nos EUA e no Brasil, fundamentalmente.

As revisões para o crescimento do PIB brasileiro apontam atualmente para uma variação de apenas 0,3% em 2022 ante a projeção de 4,6% no ano passado, sendo que há um grupo relativamente grande de analistas contando com a variação do PIB entre -1% e 0%. Boa parte do aumento do pessimismo se deve à expectativa de que a Selic atinja 11,75% em março e, provavelmente, encerre o ciclo de alta em maio de 2022, quando estima-se que poderá atingir o **patamar de até 12,5%**. Esta trajetória de alta da Selic que o Bacen vem promovendo visa, principalmente, a convergência da inflação de 2023 para o centro da meta (3,25%), e tem sido vista como necessária para conter a variação do IPCA perto de 5,5% este ano (acima do teto da meta de inflação para 2022, igual a 5%). A ideia também é ancorar as expectativas de uma alta persistente e disseminada da inflação, que limita o crescimento real do crédito pessoal e corporativo, contribuindo para que **o PIB anual feche próximo a 0% em 2022.**

O custo da política monetária mais restritiva no Brasil e no exterior afeta mais significativamente os setores industriais e de serviços, incluindo o comércio varejista. Enquanto a indústria brasileira cresceu marginalmente 0,8% no 4T21 em relação ao trimestre imediatamente anterior (que contraiu 0,8% comparado ao 2T21), o setor de serviços expandiu 0,5% ante o 3T21, acelerando com relação ao crescimento do 2T21. Ou seja, a variante ômicron e, principalmente, a significativa elevação da Selic atuam conjuntamente na desaceleração da tendência de recuperação que vinha se desenhando no final do ano passado.

Em geral, a elevada inflação brasileira no 4T21 e as sua perspectiva de alta são puxadas pela forte variação anual da inflação dos **bens industriais** – provocada pelo crescimento de custos associados às rupturas na cadeia global de itens industriais, **agropecuários** – influenciados pelo choque de oferta associado à crise hídrica, e **administrados pelo governo** – determinados também pela crise hídrica e consequente elevação da tarifa de energia elétrica, e pela alta dos preços dos combustíveis. A deterioração das projeções de inflação em 2022 já contamina as expectativas de inflação em 2023, que estão em 3,5%, acima da meta de 3,25% do ano que vem. Portanto, a retomada da inflação de serviços deixa

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



o IPCA relativamente pressionado e caracterizado por inércia inflacionária relativamente mais alta, contribuindo para a deterioração das projeções já elevadas para variação do IPCA, principalmente em 2022.

No âmbito das contas públicas federais, a aprovação da PEC dos Precatórios e o aumento do teto de gastos para 2022 produziram um espaço no limite de gastos de R\$ 111 bilhões, suficiente para acomodar, principalmente, o Novo Auxílio Emergencial almejado pelo governo e as emendas parlamentares e do relator do orçamento, ambos previstos para 2022. É importante notar que, mesmo descontadas todas as despesas desejadas pelo executivo e pelo legislativo, ainda sobra um espaço no teto de R\$ 25 bilhões em 2022. A mudança da regra de apuração do teto de gastos e a postergação do pagamento de precatórios abalam, portanto, a âncora fiscal criada por meio da regra do teto em 2016 e contribui para manter a dívida bruta do setor público acima de 80% em 2022. Estas perspectivas elevam os juros futuros longos vencidos acima de janeiro 2025 para patamares entre 9,5% e 11%, prejudicando a perenidade do crédito privado de longo prazo, a rolagem da dívida pública para prazos mais distantes, e a intenção do Bacen em manter Selic perto de 7% no final de 2023.

Essa estratégia é importante para manter estável a tendência da inadimplência da pessoa jurídica (PJ) junto ao sistema financeiro privado entre 1,5% e 2%, e para preservar o crédito PJ com recursos privados acima de 15% do PIB. Este é um resultado fundamental para que a transmissão da política monetária para o crédito funcione adequadamente, permitindo que o PIB cresça pelo menos 2% em 2023.

2. DESEMPENHO

2.1 Resultado societário

RESULTADOS (R\$ Milhões)	2020	2021	Variação Δ 2020
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	149,8	166,8	11,4%
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	32,0	7,5	(76,7%)
Receita de prestação de serviços e tarifas	42,3	39,9	(5,8%)
Despesas administrativas e de pessoal	(179,0)	(182,4)	1,9%
Resultado operacional	(97,2)	0,3	-
Lucro (prejuízo) líquido contábil	(63,6)	5,9	-

2.2 Resultado gerencial

Visando uma melhor compreensão e análise do desempenho do Banco, as explicações desse relatório são baseadas na Demonstração Gerencial do Resultado, que considera algumas reclassificações gerenciais realizadas na Demonstração do Resultado Societário auditado. Além dos critérios gerenciais, desde o 4T20 passamos a considerar os efeitos de itens extraordinários no resultado, demonstrando o lucro líquido ajustado por eventos não recorrentes. **Para mais informações e detalhes das reclassificações, favor acessar o Relatório de Análise Gerencial dos Resultados do 4T21 disponível no site de Relações com Investidores.**

RESULTADOS (R\$ Milhões)	2020	2021	Variação Δ 2020
Margem financeira bruta	131,8	158,6	20,3%
Custo de crédito	(28,1)	(18,0)	(35,7%)
Receita de prestação de serviços e tarifas	42,3	39,9	(5,8%)
Despesas administrativas e de pessoal (inclui PLR)	(191,3)	(197,4)	3,2%
Resultado operacional	(59,4)	(18,2)	(69,3%)
Lucro (prejuízo) líquido recorrente	(35,7)	5,9	-

O Banco vem demonstrando uma evolução consistente na rentabilidade. Essa performance é reflexo do crescimento da base de clientes, e maior vinculação dos mesmos com os produtos do Banco, resultando no aumento da transacionalidade.

- A Margem Financeira Bruta somou R\$ 158,6 milhões em 2021, aumento de 20,3% na comparação com 2020, reflexo das maiores receitas recorrentes de crédito.
- Em 2021, o Custo do Crédito apresentou uma redução de 35,7% em relação ao ano anterior, decorrente, principalmente, do maior volume de recuperação de créditos baixados como prejuízo, e pela redução do risco de alguns clientes do segmento Grandes Empresas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



- As receitas de prestação de serviços e tarifas reduziram 5,8% na comparação anual, principalmente com comissão de fianças e intermediação, decorrente da nossa estratégia em atuar de maneira mais seletiva nesse produto.
- Aumento no patamar de despesas de pessoal e administrativas de 3,2% na comparação com 2020, significativamente abaixo da inflação do período.
- **O resultado recorrente gerencial totalizou R\$ 5,9 milhões em 2021, comparado a R\$ -35,7 milhões em 2020.**
- › A carteira de crédito classificada (Res. 2.682), foco do nosso modelo de negócios, totalizou R\$ 4,3 bilhões em dezembro de 2021, crescimento de 8,8% nos últimos 12 meses, sendo: (i) 1,2% no segmento de Grandes Empresas; (ii) 22,1% no segmento de Empresas.
- Controle dos indicadores de inadimplência, mantendo elevado o Índice de Cobertura para atrasos acima de 90 dias. Os créditos classificados entre os ratings AA-C representavam 92,4% da carteira de crédito ao final de dezembro de 2021, ante 91,4% em dezembro de 2020.
- O total de captação atingiu R\$ 7,9 bilhões em dezembro de 2021. O portfólio permaneceu diversificado e segue alocado em prazos mais longos e sem concentração de vencimentos, corroborando com o perfil dos ativos.
- Patamar sólido de liquidez, com caixa livre equivalente a R\$ 1,2 bilhão.
- Índice de Basileia encerrou dezembro de 2021 em 11,1%, sendo 9,6% de Capital Nível I.

3. RATINGS

O Banco é classificado por agências nacionais internacionais de *rating* e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional, a solidez financeira e a qualidade da sua administração, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida. Segue abaixo os *ratings* vigentes da agência Fitch.

	Local	Global	Soberano
Fitch Ratings	BB+	B-	BB-

4. RECURSOS HUMANOS

Financiar rápido e servir bem milhares de empresas em benefício das pessoas. Este é o propósito que motiva o Banco Pine a fazer a diferença no mercado financeiro brasileiro. Em tempos exponenciais, em que o mundo digital nos transforma, o Banco acredita que as pessoas são os principais agentes de um processo de transformação, sendo assim, responsáveis diretos pelo sucesso do Banco.

Para disseminar este propósito e estas crenças, o Banco Pine criou o “**Pine Pulsa**”, o seu manifesto cultural, expresso por meio dos valores que acredita serem fundamentais na prática do dia a dia dos seus colaboradores: **Pensar Diferente; Seja o Cliente; Ser para o Outro; Jogue Limpo e Juntos somos donos.**

Em 2021, atualizamos nossa estratégia de competências, atualizando o direcionamento comportamental diante as novas necessidades do mercado e ao novo momento do Banco. As novas competências direcionadoras são: **Mindset Digital e análise de Dados; Análise Crítica; Protagonismo; Planejamento e Execução; Entrega Sistemática de Resultados Sustentáveis; Orientação para Serviços; Processos; Posicionamento; Resiliência; Empatia; e Autoconhecimento.**

O Banco acredita que a Cultura é fortemente disseminada por meio do exemplo dos líderes, por isso periodicamente orientamos a liderança a praticar em suas reuniões de equipe a escuta ativa, a disseminação de informações organizacionais relevantes e a prática de dinâmicas e atividades para manter o grupo unido e um bom clima de trabalho. Com intuito de disseminar a estratégia do Banco, temos uma metodologia de avaliação de desempenho que contempla os objetivos de negócio, os objetivos individuais e as novas competências. A composição destes três pilares de avaliação, compõem a nota dos colaboradores.

Neste ano de 2021 o Banco aplicou pesquisas para sentir o clima organizacional e atuar tempestivamente em questões específicas pontuadas pelos colaboradores. Realizamos reuniões com grupos para explorar o aspecto qualitativo do diagnóstico e esses insumos se tornaram plano de ação para promover a melhoria contínua do clima organizacional. Ainda vivenciando a situação de pandemia, as áreas continuam atuando de maneira híbrida com parte reduzida dos colaboradores atuando no escritório e a maior parte das pessoas atuando em home office. O time de tecnologia do Banco desenvolveu um aplicativo exclusivo aos funcionários que permite a reserva do espaço do trabalho no escritório, garantindo o controle prévio da ocupação, mantendo a segurança e o distanciamento social entre os times. Os planos de expansão da atuação presencial acompanham os avanços da campanha nacional de imunização, para que as pessoas

Notas Explicativas

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



se sintam cada vez mais seguras neste retorno, afinal, a preservação da saúde e o bem-estar dos colaboradores seguem como prioridade.

O processo de comunicação e educação corporativa continua adaptado para capacitar líderes e colaboradores em sua atuação durante a pandemia. Além disso, o tema 'bem-estar' esteve em pauta ao longo de todo o período, trazendo orientações e dicas sobre cuidados da saúde em diversos aspectos, inclusive com a elaboração da campanha de vacinação contra gripe. Para fomentar a capacitação contínua, mantemos uma agenda recorrente de *workshops* Colaborativos, Programas de Desenvolvimento da Liderança, Programas de Integração, dentre outros.

Nos temas de Responsabilidade Social, seguimos com a parceira junto a duas organizações: **Instituição Assistencial Lar das Bênçãos**, participando ativamente da campanha de doação de itens para famílias carentes; e **Instituto Reciclar**, renovando a parceria por meio do projeto de mentoria de carreira para jovens em situação de vulnerabilidade social.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Possuímos políticas atualizadas de governança corporativa, em decorrência do compromisso permanente com os acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados, estão:

- › Listado no Nível 2 de Governança Corporativa da B3;
- › Dois membros independentes no Conselho de Administração;
- › 100% *tag along* para todas as ações, inclusive as preferenciais;
- › Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas;
- › Divulgação anual de resultados em dois padrões contábeis, BRGaap e IFRS; e
- › Instalação de Comitês de Auditoria e Comitê de Remuneração, composto por membros independentes, que respondem diretamente ao Conselho de Administração.

ESG

Em 2020 criamos a nossa Comissão ESG, dando início a um projeto de reestruturação nos aspectos ambientais, sociais e de governança no Banco Pine. Avançamos nesse tema ao longo do ano de 2021 por meio da criação de uma Agenda ESG, nos aprofundando na maturidade de gestão de cada dimensão do banco. Criamos um plano trienal (2022~2024) como parte do processo evolutivo do nosso modelo de gestão ESG.

Dando início aos projetos dessa Agenda, no 4T21 aderimos à Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da ONU para mobilizar a comunidade empresarial no desenvolvimento de ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade, principalmente nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Por meio da adesão ao Pacto Global, nos comprometemos em colaborar com o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nosso plano trienal está pautado em diversas ações internas e externas para atingirmos esses objetivos. No âmbito ambiental, nos comprometemos com a revisão da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA); revisão dos procedimentos de aceitação de garantias sob a ótica do risco socioambiental; análise da exposição do risco socioambiental dos ativos; criação de KPIs para avaliar a exposição de risco socioambiental de garantias; criação de KPIs para avaliar as autuações de ativos imobiliários recebidas em garantias; e estudo e análise de exposição ao risco climático.

Já no quesito social, planejamos atualizar nosso Código de Conduta com inclusão de aspectos mais específicos; criar mais treinamentos relacionados ao combate à corrupção; desenvolver um programa de diversidade institucional; e criar um programa de inclusão para pessoas com deficiências.

Por fim, em termos de governança, buscamos padronizar atas de comissões e comitês; criar o movimento “ESG PINE” com funcionários; construir nossa matriz de materialidade; atualizar o propósito do Banco; e estudar a adesão pública aos compromissos institucionais que fazem conexão com nossa agenda.

Além disso, celebramos recentemente nossa associação à Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas), estreitando nossa relação com o mercado de capitais. Alinhados com a nossa estratégia ESG, acreditamos que um mercado de capitais eficiente permite reconhecer, respeitar e alinhar interesses econômicos com questões sociais e ambientais, sendo chave para o desenvolvimento econômico do país.

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Com relação ao Covid-19, continuamos monitorando os efeitos desta pandemia que podem afetar nossas operações e que possam afetar adversamente nossos resultados, e seguimos engajados no combate à pandemia, mantendo nossas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se a intensificação do trabalho remoto; a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do COVID-19; e a contínua comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento.

BACEN – Resolução nº 3.068

Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, declaramos ter capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$ 5.869,6 milhões, representando 84,0% do total de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos em dezembro de 2021.

6. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, no período de janeiro a dezembro de 2021, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

7. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri.pine.com), o Banco mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

8. AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos acionistas e clientes pela confiança depositada, e aos colaboradores por toda dedicação e excelente trabalho na construção de um mercado financeiro cada vez mais competitivo e ético. Ciosos da responsabilidade de financiar rápido e servir bem nossos clientes, buscamos constantemente novas formas de melhorar nossos produtos e serviços, em benefício das pessoas e empresas.

A Administração

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
BALANÇO PATRIMONIAL
 (Em milhares de Reais - R\$)



ATIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	4	222.709	155.094	222.710	155.095
Ativos financeiros		13.303.243	11.827.957	13.820.357	12.321.914
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	93.012	75.342	93.012	75.342
Títulos e valores mobiliários	6.a	6.977.486	5.235.424	6.979.808	5.235.424
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	1.659.529	2.279.498	1.659.529	2.279.498
Operações de crédito	7	3.675.546	3.256.707	3.675.546	3.256.707
Outros ativos financeiros	8	897.670	980.986	1.412.462	1.474.943
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(229.833)	(298.107)	(229.833)	(298.107)
(-) Operações de crédito e outros créditos		(229.833)	(298.107)	(229.833)	(298.107)
Ativos fiscais	9.a	1.011.667	1.012.677	1.012.586	1.014.679
Investimento em participações em coligadas e controladas	10	707.529	629.962	474	474
Outros ativos	11	341.841	418.724	427.421	490.994
Imobilizado de uso	12	26.620	26.684	26.620	26.684
Intangível		3.862	3.347	3.862	3.347
(-) Depreciação e amortização		(20.595)	(18.546)	(20.595)	(18.546)
(-) Imobilizado de uso	12	(18.883)	(17.736)	(18.883)	(17.736)
(-) Intangível		(1.712)	(810)	(1.712)	(810)
TOTAL DO ATIVO		15.367.043	13.757.792	15.263.602	13.696.534
PASSIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivos financeiros		14.255.718	12.526.212	14.146.561	12.457.295
Depósitos	13.a	7.211.086	7.342.921	7.101.929	7.274.004
Captações no mercado aberto	13.b	4.485.015	2.010.735	4.485.015	2.010.735
Recursos de aceites e emissão de títulos	13.c	589.150	535.175	589.150	535.175
Obrigações por empréstimos e repasses	13.d	41.602	59.422	41.602	59.422
Dívida subordinada	14	132.506	142.435	132.506	142.435
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	1.792.181	2.434.449	1.792.181	2.434.449
Outros passivos financeiros		4.178	1.075	4.178	1.075
Provisões	15	21.779	18.319	21.779	18.319
Outros passivos	16	310.413	420.567	316.129	428.226
TOTAL DO PASSIVO		14.587.910	12.965.098	14.484.469	12.903.840
Patrimônio líquido	17	779.133	792.694	779.133	792.694
Capital social		1.202.393	1.202.393	1.202.393	1.202.393
De domiciliados no país		1.073.526	1.073.526	1.073.526	1.073.526
De domiciliados no exterior		128.867	128.867	128.867	128.867
Outros resultados abrangentes		(4.929)	14.517	(4.986)	14.517
Prejuízos acumulados		(418.331)	(424.216)	(418.274)	(424.216)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	779.133	792.694	779.133	792.694
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.367.043	13.757.792	15.263.602	13.696.534

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação)



	Nota	Individual			Consolidado		
		2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		557.771	990.603	666.445	557.957	990.789	666.465
Operações de crédito	18.a	263.770	454.613	341.047	263.770	454.613	341.047
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	259.072	446.881	249.005	259.258	447.067	249.025
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	(55.964)	5.836	(72.527)	(55.964)	5.836	(72.527)
Resultado de operações de câmbio		90.893	83.273	148.920	90.893	83.273	148.920
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(467.526)	(825.870)	(519.314)	(466.273)	(823.975)	(516.710)
Operações de captação no mercado	18.b	(464.500)	(819.605)	(498.584)	(463.247)	(817.710)	(495.980)
Operações de empréstimos e repasses	18.c	(8.244)	(13.728)	(52.769)	(8.244)	(13.728)	(52.769)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	5.218	7.463	32.039	5.218	7.463	32.039
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		90.245	164.733	147.131	91.684	166.814	149.755
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(84.267)	(171.073)	(272.209)	(82.696)	(166.489)	(246.916)
Receitas de prestação de serviços	18.d	11.105	22.511	24.890	13.423	28.458	32.861
Rendas de tarifas bancárias		7.169	11.406	9.457	7.169	11.406	9.457
Despesas de pessoal	18.e	(47.162)	(89.523)	(86.994)	(47.162)	(89.523)	(87.082)
Outras despesas administrativas	18.f	(48.639)	(89.597)	(87.202)	(49.955)	(92.919)	(91.944)
Despesas tributárias	18.g	(1.205)	(6.416)	(5.947)	(8.064)	(18.995)	(17.152)
Resultado de participação em controladas	10.a	(2.391)	2.945	(30.716)	-	-	-
Outras receitas operacionais	18.h	12.505	18.442	16.767	44.734	83.225	25.993
Outras despesas operacionais	18.i	(15.649)	(40.841)	(112.464)	(42.841)	(88.141)	(119.049)
RESULTADO OPERACIONAL		5.978	(6.340)	(125.078)	8.988	325	(97.161)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	18.j	12.273	30.687	4.541	11.168	28.587	(21.422)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		18.251	24.347	(120.537)	20.156	28.912	(118.583)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19	(3.545)	(3.513)	72.718	(5.393)	(8.021)	70.764
PARTICIPAÇÕES NO RESULTADO	22	(10.604)	(14.949)	(15.805)	(10.604)	(14.949)	(15.805)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		4.102	5.885	(63.624)	4.159	5.942	(63.624)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO EM NÚMERO MÉDIO PONDERADO DE AÇÕES							
Lucro líquido (Prejuízo) por ação ordinária		0,0543	0,0779	(0,8418)	-	-	-
Lucro líquido (Prejuízo) por ação preferencial		0,0565	0,0811	(0,8766)	-	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 (Em milhares de Reais - R\$)



	Nota	Individual			Consolidado		
		2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido (Prejuízo) do semestre/exercício		4.102	5.885	(63.624)	4.159	5.942	(63.624)
Outros ajustes abrangentes	17.d	(46)	(19.446)	15.263	(103)	(19.503)	15.263
Ativos financeiros disponíveis para venda		(316)	(36.032)	24.764	(410)	(36.126)	24.764
Hedges de fluxo de caixa		-	1	(9)	-	1	(9)
Imposto de renda e contribuição social		38	15.911	(12.487)	76	15.949	(12.487)
Outros ⁽¹⁾		232	674	2.995	231	673	2.995
Lucro líquido (Prejuízo) abrangente do semestre/exercício		4.056	(13.561)	(48.361)	4.056	(13.561)	(48.361)

(1) Refere-se ao diferimento de ações, conforme Resolução CMN nº 3.921 de 25/11/2010.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas
BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais - R\$)


	Nota	Capital Social Realizado	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Individual
					Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	17	1.202.393	(746)	(360.592)	841.055
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	-	13.621	-	13.621
MTM <i>Hedge</i> de fluxo de caixa	17.d	-	(5)	-	(5)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	-	1.647	-	1.647
Prejuízo do exercício		-	-	(63.624)	(63.624)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17	1.202.393	14.517	(424.216)	792.694
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17	1.202.393	14.517	(424.216)	792.694
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	-	(19.817)	-	(19.817)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	-	370	-	370
Lucro líquido do exercício		-	-	5.885	5.885
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17	1.202.393	(4.929)	(418.331)	779.133
Saldos em 30 de junho de 2021		1.202.393	(4.883)	(422.433)	775.077
MTM de títulos disponíveis para venda		-	(173)	-	(173)
MTM <i>Hedge</i> de fluxo de caixa		-	1	-	1
Outros ajustes de avaliação patrimonial		-	126	-	126
Lucro líquido do semestre		-	-	4.102	4.102
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.202.393	(4.929)	(418.331)	779.133

	Nota	Capital Social Realizado	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Consolidado
					Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	17	1.202.393	(746)	(360.592)	841.055
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	-	13.621	-	13.621
MTM <i>Hedge</i> de fluxo de caixa	17.d	-	(5)	-	(5)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	-	1.647	-	1.647
Prejuízo do exercício		-	-	(63.624)	(63.624)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17	1.202.393	14.517	(424.216)	792.694
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17	1.202.393	14.517	(424.216)	792.694
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	-	(19.874)	-	(19.874)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	-	370	-	370
Lucro líquido do exercício		-	-	5.942	5.942
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17	1.202.393	(4.986)	(418.274)	779.133
Saldos em 30 de junho de 2021		1.202.393	(4.883)	(422.433)	775.077
MTM de títulos disponíveis para venda		-	(230)	-	(230)
MTM <i>Hedge</i> de fluxo de caixa		-	1	-	1
Outros ajustes de avaliação patrimonial		-	126	-	126
Lucro líquido do semestre		-	-	4.159	4.159
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.202.393	(4.986)	(418.274)	779.133

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)**

(Em milhares de Reais - R\$)



	Nota	2º Sem. 2021	31/12/2021	Individual 31/12/2020	2º Sem. 2021	31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS							
Lucro líquido (Prejuízo) ajustado		(16.824)	(14.091)	(223.947)	(18.949)	(9.943)	(255.591)
Lucro líquido (Prejuízo) do semestre/exercício		4.102	5.885	(63.624)	4.159	5.942	(63.624)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(26.661)	(19.086)	(86.493)	(26.661)	(19.086)	(86.493)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(5.218)	(7.463)	(32.039)	(5.218)	(7.463)	(32.039)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		6.328	1.317	(72.718)	6.537	2.463	(73.646)
Depreciação e amortização	18.f	1.113	2.279	2.149	1.113	2.279	2.149
Provisão para contingências		1.258	2.956	(2.520)	1.258	2.956	(2.520)
Provisão para garantias financeiras prestadas		(137)	2.966	582	(137)	2.966	582
Resultado de participação em controladas	10.a	2.391	(2.945)	30.716	-	-	-
Variação de ativos e passivos		253.606	162.402	215.774	226.109	83.632	304.410
(Aumento) Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez		2.939	(3.120)	35.352	2.939	(3.120)	35.352
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários		(721.003)	(1.761.508)	(2.309.742)	(723.382)	(1.763.887)	(2.307.267)
(Aumento) Redução de operações de crédito		(118.600)	(479.650)	(368.526)	(118.600)	(479.650)	(368.526)
(Aumento) Redução de outros ativos financeiros		166.602	86.112	(251.605)	182.591	65.214	(256.330)
(Aumento) Redução de outros ativos		7.406	76.883	48.045	(7.259)	63.573	106.111
(Aumento) Redução de instrumentos financeiros derivativos		(72.579)	(22.299)	(115.413)	(72.579)	(22.299)	(115.413)
Aumento (Redução) de depósitos		(181.645)	(131.835)	1.441.879	(199.535)	(172.075)	1.484.749
Aumento (Redução) de operações compromissadas		1.430.979	2.474.280	1.665.341	1.430.979	2.474.280	1.665.341
Aumento (Redução) de recursos de aceites e emissões de títulos		(99.346)	53.975	798	(99.346)	53.975	798
Aumento (Redução) de obrigações por empréstimos e repasses		(6.363)	(17.820)	(63.492)	(6.363)	(17.820)	(63.492)
Aumento (Redução) de outros passivos		(154.784)	(112.616)	133.137	(163.336)	(114.559)	123.087
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades operacionais		236.782	148.311	(8.173)	207.160	73.689	48.819
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO							
Alienação (Aquisição) de imobilizado de uso		-	(166)	(750)	-	(166)	(750)
Alienação (Aquisição) de intangível		-	(515)	(671)	-	(515)	(671)
Aumento (Redução) de capital em controladas	10	(29.622)	(74.622)	-	-	-	-
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de investimento		(29.622)	(75.303)	(1.421)	-	(681)	(1.421)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)**

(Em milhares de Reais - R\$)



		Individual			Consolidado		
	Nota	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO							
Dividendos recebidos		-	-	57.991	-	-	-
(Aumento) Redução em obrigações por dívida subordinada	14	(63.288)	(9.929)	10.978	(63.288)	(9.929)	10.978
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de financiamento		(63.288)	(9.929)	68.969	(63.288)	(9.929)	10.978
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA							
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	4	142.068	230.436	84.568	142.069	230.437	85.568
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		26.661	19.086	86.493	26.661	19.086	86.493
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	4	312.601	312.601	230.436	312.602	312.602	230.437

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 (Em milhares de Reais - R\$)



	Nota	Individual			Consolidado		
		2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Receitas		590.392	1.040.271	641.675	596.828	1.061.787	626.344
Receitas da intermediação financeira		557.771	990.603	666.445	557.957	990.789	666.465
Receitas de prestação de serviços	18.d	11.105	22.511	24.890	13.423	28.458	32.861
Rendas de tarifas bancárias		7.169	11.406	9.457	7.169	11.406	9.457
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	5.218	7.463	32.039	5.218	7.463	32.039
Outras		9.129	8.288	(91.156)	13.061	23.671	(114.478)
Despesas de intermediação financeira		(472.744)	(833.333)	(551.353)	(471.491)	(831.438)	(548.749)
Insumos adquiridos de terceiros	18.f	(39.786)	(71.982)	(70.087)	(41.102)	(75.304)	(74.830)
Materiais, energias e outros		(227)	(417)	(352)	(227)	(417)	(352)
Serviços de terceiros		(29.363)	(52.558)	(44.687)	(30.020)	(54.335)	(47.505)
Outros		(10.196)	(19.007)	(25.048)	(10.855)	(20.552)	(26.973)
Valor adicionado (consumido) bruto		77.862	134.956	20.235	84.235	155.045	2.765
Depreciação e amortização	18.f	(1.113)	(2.279)	(2.149)	(1.113)	(2.279)	(2.149)
Valor adicionado (consumido) líquido produzido pela entidade		76.749	132.677	18.086	83.122	152.766	616
Valor adicionado recebido em transferência		(2.391)	2.945	(30.716)	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	10.a	(2.391)	2.945	(30.716)	-	-	-
Valor adicionado (consumido) total a distribuir		74.358	135.622	(12.630)	83.122	152.766	616
Distribuição do valor adicionado (consumido)		74.358	135.622	(12.630)	83.122	152.766	616
Remuneração do trabalho		57.766	104.472	102.799	57.766	104.472	102.887
Proventos	18.e	30.579	57.164	55.902	30.580	57.165	55.990
Benefícios e treinamento	18.e	7.039	13.169	12.745	7.038	13.168	12.745
Encargos sociais	18.e	9.544	19.190	18.347	9.544	19.190	18.347
Participação nos lucros		10.604	14.949	15.805	10.604	14.949	15.805
Remuneração de governos		4.750	9.929	(66.771)	13.457	27.016	(53.613)
Federais	18.g	324	4.747	4.219	1.663	7.732	6.426
Municipais	18.g	881	1.669	1.728	6.401	11.263	10.725
Imposto de renda e contribuição social	19	3.545	3.513	(72.718)	5.393	8.021	(70.764)
Remuneração de capitais de terceiros		7.740	15.336	14.966	7.740	15.336	14.966
Aluguéis e arrendamento de bens	18.f	7.740	15.336	14.966	7.740	15.336	14.966
Remuneração de capitais próprios		4.102	5.885	(63.624)	4.159	5.942	(63.624)
Lucro Líquido (Prejuízo) retido		4.102	5.885	(63.624)	4.159	5.942	(63.624)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Pine") é uma companhia aberta, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento e de câmbio.

As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras Individuais do Pine, que incluem sua Agência de Grand Cayman e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Pine e Controladas, são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional do Pine, incluindo sua dependência no Exterior e, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de 31 de dezembro de 2021, na reunião realizada em 14 de fevereiro de 2022.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas contemplam as operações do Pine, sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e entidades de propósito específico apresentadas conforme abaixo:

Atividade	Participação % no capital total em	
	31/12/2021	31/12/2020
Dependências no exterior		
Agência Grand Cayman	100,0000	100,0000
Subsidiárias		
Pine Planejamento e Serviços Ltda	99,9900	99,9900
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	99,9998	99,9998
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99,9998	99,9998
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	99,9999	99,9999
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99,9990	99,9990
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	99,9900	99,9900
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	99,9900	99,9900

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras do Pine foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Resolução CMN nº 4.144/12 – CPC 00 (R1) - Pronunciamento conceitual básico
 Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos
 Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis
 Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas, CPC 24 - Eventos subsequentes; e CPC 41 - Resultado por ação
 Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo intangível
 Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações
 Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
 Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
 Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo imobilizado
 Resolução CMN nº 4.747/19 – CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda
 Resolução CMN nº 4.877/20 – CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados
 Resolução CMN nº 4.748/19 – CPC 46 - Mensuração do valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do valor justo aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020. Não foram identificados impactos significativos em suas informações financeiras dada a sua adoção.

Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo é executado pela área de riscos, que desta forma, está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por uma área independente do tomador de risco.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1: Instrumentos financeiros com referência de preços em mercados organizados e com elevada liquidez. A carteira contida neste nível é composta de títulos públicos, derivativos listados e outros títulos negociados do mercado ativo.

Nível 2: A apuração do valor justo dos produtos com nível reduzido de liquidez é feita através dos terminais de precificação de dados públicos e em plataformas de precificação de mercado. Os títulos privados são calculados com base no valor presente dos fluxos de pagamento futuros, descontados por taxas de juros livre de risco mais o spread de crédito, utilizamos também o rating da contraparte que reflita a qualidade creditícia do emissor, os derivativos de balcão são calculados com as curvas e preços disponibilizados pela B3.

Nível 3: O valor justo dos produtos com baixíssima liquidez de mercado é calculado com base em modelos desenvolvidos internamente, pautados pela confiabilidade da informação e pelo conservadorismo, no nível 3 são classificados como ativos de baixíssima liquidez os títulos privados com mudança substancial de risco.

Os instrumentos financeiros classificados pelo valor justo no Nível 1 são precificados com base na coleta de preços divulgados pelos mercados organizados, no Nível 2 são utilizados os preços contidos e derivados de cotações públicas em mercados ativos e no Nível 3 são mensurados mediante modelos internos de cálculo. O volume de operações precificadas pelo seu valor justo na sua quase totalidade estão distribuídos no Nível 1, com exceção aos instrumentos financeiros derivativos que são classificados em Nível 2 e aos títulos privados em situação de discussão judicial no montante de R\$99.758 que são classificados em Nível 3.

A Resolução CMN nº 4.720/19, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020 e a Resolução BCB nº 2/20 com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021, estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras e informações financeiras de períodos inferiores a um ano, incluindo: a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente e a apresentação de Informações financeiras de forma completa.

Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros:

Propriedades para Investimento

A Resolução CMN nº 4.967/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, dispõe sobre os critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Instrumentos Financeiros

A Resolução CMN nº 4.966/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. O objetivo é buscar a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. O Pine já iniciou as avaliações sobre os impactos e alterações necessárias.

Investimentos

A Resolução CMN nº 4.817/20, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Conversão de Taxas

A Resolução CMN nº 4.924/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, consolida e dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis. A resolução cita as mudanças do CPC 47 e a possibilidade de utilização de uma taxa alternativa à de câmbio à vista para conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional.

Plano de Contas (Cosif)

A Resolução BCB nº 92/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

a) Consolidação

Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, os saldos e os resultados das transações entre o Pine e suas subsidiárias e entidades de propósito específico foram eliminados.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério pro rata temporis, substancialmente com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Pine para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários do Pine são classificados nas categorias "títulos para negociação", "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" são aqueles para os quais o Pine não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", deduzidos dos efeitos tributários.

Os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são aqueles para os quais o Pine tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos. O ágio e deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos de vigência dos títulos.

Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

O valor justo dos títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado, que não são negociados em mercados ativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Pine usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço e nas condições de crédito dos emissores. O Pine utiliza a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo do valor justo desses ativos financeiros disponíveis para venda.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular Bacen nº 3.082/02, e a Carta-Circular Bacen nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações com opções, a termo, futuros e swaps são contabilizados obedecendo aos seguintes critérios:

- Operações com opções: Os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não-exercício;

- Operações de futuro: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta do ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;

- Operações de swap: os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados como receita ou despesa pro rata dia até a data do balanço;

- Operações a termo: pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção do Pine, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

- Hedge de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período;

- Hedge de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objeto de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



g) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução do CMN nº 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015), dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais pelas instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que tratam a Resolução incluem:

- Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001;
- Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e
- Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta Resolução, o Pine passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

h) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O Pine classifica sua carteira de crédito por rating que varia de AA à H, considerando premissas internas alinhadas com a Resolução CMN nº 2.682/99. Essas premissas representam julgamentos e levam em consideração, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores e os níveis de inadimplência. Baseado nesses critérios a provisão para perda esperada é considerada suficiente pelo Pine. Entretanto, por se tratar de julgamentos aplicados, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito demonstrada na nota explicativa 7.d poderá divergir da perda futura a ser incorrida.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação.

As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra prejuízo e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, sendo que os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota explicativa 7.

i) Baixa de ativos financeiros

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a baixa de um ativo financeiro se dá quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC); e
- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 do Bacen.

j) Ativos não financeiros mantidos para venda

Outros valores e bens referem-se, principalmente, ativos não financeiros mantidos para venda, compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento. Os ativos não financeiros mantidos para venda são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

k) Despesas antecipadas

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de "Despesas antecipadas". A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos e registrada na rubrica "Outras despesas administrativas".

l) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

m) Investimento em participações em coligadas e controladas, Imobilizado de uso e Intangível

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- A participação em controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial;
- A participação em não controladas é avaliada pelo método de custo;
- Os bens do ativo imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens;
- O ativo intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

n) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



o) Operações compromissadas

Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) a preço fixo são reconhecidas no Balanço Patrimonial como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob as rubricas "Aplicações interfinanceiras de liquidez" e "Captações no mercado aberto".

p) Outros passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

q) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, e Carta-Circular Bacen nº 3.429/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- Contingências passivas: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a probabilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. As ações que julgamos como possíveis a probabilidade de perda não são provisionadas, havendo apenas a divulgação das ações relevantes e, para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação. Os processos são avaliados de forma recorrente e a probabilidade de perda envolve elevado nível de julgamento, entre eles a perda histórica, incluindo quando necessário, o apoio de assessores jurídicos; e

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Pine, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

r) Resultados de exercícios futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente relacionados à garantias e fianças prestadas. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

s) Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$240 (no exercício), e contribuição social 20%.

A alíquota da CSLL, para Bancos de qualquer espécie, foi elevada de 20% para 25% com vigência a partir de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, nos termos do Art. 3º, inciso II-A Lei nº 7.689/88.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre o prejuízo fiscal, base negativa e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota explicativa 9.d, está baseada em projeções de resultados para os próximos 10 anos e fundamentada em estudo técnico que inclui julgamentos e premissas.

t) Participações no resultado

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelado e homologado pelo PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado" pelo período de competência.

u) Lucro líquido (Prejuízo) por ação

Resultado básico por ação

O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro líquido (prejuízo) atribuível aos titulares de ações ordinárias da companhia, o numerador, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria, o denominador, durante o período.

Resultado diluído por ação

Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a companhia deve ajustar o lucro ou o prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias, o capital próprio ordinário, da companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas, em circulação, para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

Os resultados básico e diluído por ação são iguais e são apresentados em apenas uma linha na Demonstração do Resultado e está indicado como "Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação em Número Médio Ponderado de Ações".

v) Garantias financeiras prestadas

A Resolução CMN nº 4.512 de 28 de julho de 2016 e a Carta-Circular Bacen nº 3.782 de 19 de setembro de 2016 estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, na adequada conta do passivo, tendo como contrapartida o resultado do período. As perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão é suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente.

O Pine adota premissas internas para o cálculo de provisão de fiança e garantias prestadas. Essas premissas representam julgamentos e levam em consideração, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação ao cliente e tipos de fiança. Baseado nesses critérios, a provisão é considerada suficiente pelo Pine.

x) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras requer que o Pine efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, tais como valor de mercado de ativos e derivativos e provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa; determinação de prazo para realização dos créditos tributários; constituição e reversão de provisões para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



y) Resultado não recorrente

A Resolução BCB nº 2 de 06 de agosto de 2020 estabeleceu que considera-se resultado não recorrente, o resultado que:

- I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O resultado não recorrente do Pine, está evidenciado na Nota 25.h, de forma segregada.

z) Eventos subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades ⁽¹⁾	222.709	155.094	222.710	155.095
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5) ⁽²⁾	89.892	75.342	89.892	75.342
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	312.601	230.436	312.602	230.437

(1) Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, refere-se, substancialmente, a depósitos no exterior em moedas estrangeiras.

(2) Em 31 de dezembro de 2020, refere-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas conforme abaixo:

Papel/Vencimento	Individual e Consolidado				
				31/12/2021	31/12/2020
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Aplicações em operações compromissadas					
LTN - Letras do Tesouro Nacional	10.499	-	-	10.499	45.003
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	18.997
NTN - Notas do Tesouro Nacional	3.000	-	-	3.000	-
Total de aplicações em operações compromissadas	13.499	-	-	13.499	64.000
Aplicações em depósitos interfinanceiros					
Certificados de depósitos interfinanceiros - CDI Pós	-	4.150	3.120	7.270	1.050
Depósitos vinculados ao Crédito Rural	-	72.243	-	72.243	10.292
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	-	76.393	3.120	79.513	11.342
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	13.499	76.393	3.120	93.012	75.342

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a carteira de títulos e valores mobiliários são compostas conforme abaixo:

								31/12/2021		Individual		
								Total		31/12/2020		
	Valor de Mercado/Contábil							Total		Total		
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado	Valor de Mercado/Contábil	Valor de Curva	Marcação a Mercado
Títulos disponíveis para venda												
Títulos públicos	-	-	-	425.707	266.109	10.238	702.054	710.637	(8.583)	2.298.351	2.274.807	23.544
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	374.794	189.793	-	564.587	565.781	(1.194)	1.074.869	1.079.289	(4.420)
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	-	50.913	-	-	50.913	54.965	(4.052)	282.631	281.822	809
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	76.316	10.238	86.554	89.891	(3.337)	940.851	913.696	27.155
Títulos privados	-	-	7.952	32.069	69.094	22.711	131.826	131.948	(122)	146.416	142.634	3.782
Debêntures ⁽¹⁾	-	-	7.952	32.069	69.094	22.711	131.826	131.948	(122)	144.679	141.899	2.780
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.737	735	1.002
Total de títulos disponíveis para venda	-	-	7.952	457.776	335.203	32.949	833.880	842.585	(8.705)	2.444.767	2.417.441	27.326
Títulos para negociação ⁽²⁾												
Títulos públicos	-	-	4	8.352	264.920	307	273.583	275.550	(1.967)	262.359	264.534	(2.175)
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	264.920	-	264.920	266.816	(1.896)	252.412	255.491	(3.079)
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	4	8.352	-	307	8.663	8.734	(71)	9.947	9.043	904
Títulos privados	401	-	-	-	-	-	401	401	-	441	441	-
Ações de companhias abertas	401	-	-	-	-	-	401	401	-	441	441	-
Total de títulos para negociação	401	-	4	8.352	264.920	307	273.984	275.951	(1.967)	262.800	264.975	(2.175)
Títulos mantidos até o vencimento												
Títulos públicos	-	-	247.990	993.849	1.589.549	3.038.234	5.869.622	5.869.622	-	2.527.857	2.527.857	-
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	561.227	-	561.227	561.227	-	-	-	-
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	247.990	418.020	-	-	666.010	666.010	-	282.269	282.269	-
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	575.829	1.028.322	3.038.234	4.642.385	4.642.385	-	2.245.588	2.245.588	-
Total de tit. mantidos até o vencimento	-	-	247.990	993.849	1.589.549	3.038.234	5.869.622	5.869.622	-	2.527.857	2.527.857	-
Total de títulos	401	-	255.946	1.459.977	2.189.672	3.071.490	6.977.486	6.988.158	(10.672)	5.235.424	5.210.273	25.151

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



								31/12/2021		Consolidado		
								Total		31/12/2020		
	Valor de Mercado/Contábil							Total		Total		
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado	Valor de Mercado/Contábil	Valor de Curva	Marcação a Mercado
Títulos disponíveis para venda												
Títulos públicos	-	-	-	428.030	266.108	10.238	704.376	713.054	(8.678)	2.298.351	2.274.807	23.544
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	374.794	189.792	-	564.586	565.781	(1.195)	1.074.869	1.079.289	(4.420)
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	-	53.236	-	-	53.236	57.382	(4.146)	282.631	281.822	809
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	76.316	10.238	86.554	89.891	(3.337)	940.851	913.696	27.155
Títulos privados	-	-	7.952	32.069	69.094	22.711	131.826	131.948	(122)	146.416	142.634	3.782
Debêntures ⁽¹⁾	-	-	7.952	32.069	69.094	22.711	131.826	131.948	(122)	144.679	141.899	2.780
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.737	735	1.002
Total de títulos disponíveis para venda	-	-	7.952	460.099	335.202	32.949	836.202	845.002	(8.800)	2.444.767	2.417.441	27.326
Títulos para negociação ⁽²⁾												
Títulos públicos	-	-	4	8.352	264.920	307	273.583	275.550	(1.967)	262.359	264.534	(2.175)
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	264.920	-	264.920	266.816	(1.896)	252.412	255.491	(3.079)
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	4	8.352	-	307	8.663	8.734	(71)	9.947	9.043	904
Títulos privados	401	-	-	-	-	-	401	401	-	441	441	-
Ações de companhias abertas	401	-	-	-	-	-	401	401	-	441	441	-
Total de títulos para negociação	401	-	4	8.352	264.920	307	273.984	275.951	(1.967)	262.800	264.975	(2.175)
Títulos mantidos até o vencimento												
Títulos públicos	-	-	247.990	993.849	1.589.549	3.038.234	5.869.622	5.869.622	-	2.527.857	2.527.857	-
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	561.227	-	561.227	561.227	-	-	-	-
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	247.990	418.020	-	-	666.010	666.010	-	282.269	282.269	-
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	575.829	1.028.322	3.038.234	4.642.385	4.642.385	-	2.245.588	2.245.588	-
Total de títulos mantidos até o vencimento	-	-	247.990	993.849	1.589.549	3.038.234	5.869.622	5.869.622	-	2.527.857	2.527.857	-
Total de títulos	401	-	255.946	1.462.300	2.189.671	3.071.490	6.979.808	6.990.575	(10.767)	5.235.424	5.210.273	25.151

(1) Em 31 de dezembro de 2021, as condições e expectativas consideradas na avaliação de certos títulos disponíveis para venda não se concretizaram, em consequência, os montantes de R\$15.196 (31 de dezembro de 2020 R\$9.594) de perdas permanentes, foram reconhecidos no resultado, na conta de Resultado de Operações com Títulos de Valores Mobiliários.

(2) Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados pelo prazo do título.

Atendendo ao disposto da Circular Bacen nº 3.068/01, o Banco Pine possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

Conforme estabelecido no artigo 5º da Circular Bacen nº 3.068/01, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balancetes semestrais. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não houve reclassificação de categoria.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários registrados na categoria "disponíveis para venda" e "para negociação" foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão e pelas Agências Internacionais de Informações, quando disponíveis ou por metodologia própria que considera a utilização mais ampla possível de dados observáveis. Em 31 de dezembro de 2021, a marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "disponíveis para venda" possui um ajuste negativo acumulado no montante de R\$4.788 no Individual e R\$4.845 no Consolidado, registrados no patrimônio líquido do Pine, no Individual e no Consolidado, líquidos dos efeitos tributários (ajuste positivo acumulado de R\$15.029 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2020). A marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "para negociação" resultou em um ajuste negativo no montante de R\$1.967 no Individual e no Consolidado (ajuste negativo no montante de R\$2.175 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro 2020) no resultado.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Individual			Consolidado		
	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de operações com títulos de renda fixa	268.211	464.827	265.231	268.556	465.172	265.251
Despesas de operações com títulos de renda fixa	(9.030)	(17.656)	(16.148)	(9.189)	(17.815)	(16.148)
Resultado de operações com títulos de renda variável	7.383	8.460	286	7.383	8.460	286
Despesas de operações com títulos de renda variável	(7.492)	(8.750)	(364)	(7.492)	(8.750)	(364)
Total	259.072	446.881	249.005	259.258	447.067	249.025

c) Instrumentos financeiros derivativos

i) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para gerenciamento dos riscos de mercado dos seus balanços, resultantes de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Para atender esta demanda o Pine oferece alternativas de mitigação de riscos de mercado aos seus clientes, através de instrumentos adequados.

ii) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Crédito e Cenários de stress. Com base nessas informações, as Mesas de Tesouraria providenciam os instrumentos financeiros derivativos necessários, em conformidade com a política de riscos de mercado e de crédito, previamente definidas pelo Pine. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites considera, dentre outras variáveis, os potenciais cenários de stress dos ativos objetos.

O conhecimento do cliente, a avaliação do setor em que atua, seu perfil de apetite a riscos, acompanhada da prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela Instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swap com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres, incluindo operações de balcão, de menor relevância, em relação ao total das exposições do Pine.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Pine vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

iii) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Pine utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, *Intercontinental Exchange - ICE* e *Bloomberg*. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

iv) Valores registrados em contas patrimoniais e de compensação, segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento, valores de custo e de mercado

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

Instrumentos financeiros derivativos	Individual e Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
ATIVO						
Swap - diferencial a receber	2.312	1.491.882	1.494.194	4.234	2.100.326	2.104.560
Contratos a termo - a receber	64.471	21.989	86.460	146.409	7.031	153.440
Prêmios de opções a exercer	78.875	-	78.875	21.079	419	21.498
Total a receber	145.658	1.513.871	1.659.529	171.722	2.107.776	2.279.498
PASSIVO						
Swap - diferencial a pagar	(22.647)	(1.743.479)	(1.766.126)	(1.029)	(2.407.429)	(2.408.458)
Contratos a termo - a pagar	(22.115)	(3.940)	(26.055)	(23.100)	(367)	(23.467)
Prêmios de opções lançadas	-	-	-	(2.156)	(368)	(2.524)
Total a pagar	(44.762)	(1.747.419)	(1.792.181)	(26.285)	(2.408.164)	(2.434.449)
Valor líquido	100.896	(233.548)	(132.652)	145.437	(300.388)	(154.951)

v) Instrumentos financeiros derivativos por indexador

	Individual e Consolidado							
	31/12/2021				31/12/2020			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado/ Patrimônio líquido	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado/ Patrimônio líquido
Swap								
Risco de mercado								
Posição ativa:	4.307.837	1.478.881	-	4.442.326	2.086.066	-	-	-
Juros	4.257.907	1.421.290	-	4.359.018	2.028.160	-	-	-
Moeda	49.930	57.591	-	83.308	57.906	-	-	-
Posição passiva:	4.307.837	-	(1.763.191)	4.442.326	-	(2.408.458)	-	-
Juros	4.231.425	-	(1.741.701)	4.340.843	-	(2.390.602)	-	-
Moeda	76.412	-	(21.490)	101.483	-	(17.856)	-	-
Valor líquido		1.478.881	(1.763.191)	57.640	2.086.066	(2.408.458)		(27.293)
Hedge Accounting								
Fluxo de Caixa ⁽¹⁾								
Posição ativa:	11.778	15.313	-	17.666	18.494	-	-	-
Moeda	11.778	15.313	-	17.666	18.494	-	-	-
Valor líquido		15.313	-	1.686	18.494	-	-	7.314
Risco de mercado								
Posição ativa:	227.285	-	(2.935)	-	-	-	-	-
Juros	227.285	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido		-	(2.935)	(1.663)	-	-	-	-
Valor líquido de Swap		1.494.194	(1.766.126)	57.663	2.104.560	(2.408.458)		(19.979)
Contratos a termo								
Posição ativa:	2.357.846	86.460	-	2.073.155	153.440	-	-	-
Juros	1.231.932	19.773	-	823.971	37.096	-	-	-
Moeda	1.017.088	57.000	-	1.184.696	108.161	-	-	-
Commodities	108.826	9.687	-	64.488	8.183	-	-	-
Posição passiva:	2.357.846	-	(26.055)	2.073.155	-	(23.467)	-	-
Juros	1.125.913	-	(8.576)	1.249.184	-	(19.427)	-	-
Moeda	928.950	-	(6.969)	780.724	-	(4.040)	-	-
Commodities	302.983	-	(10.510)	43.247	-	-	-	-
Valor líquido		86.460	(26.055)	44.737	153.440	(23.467)		512.376

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Opções								
Prêmios de opções a exercer	-	78.875	-	-	21.498	-	-	-
Moeda	-	78.875	-	-	21.498	-	-	-
Prêmios de opções lançadas	-	-	-	55.000	-	(2.524)	-	-
Juros	-	-	-	-	-	(2.524)	-	-
Moeda	-	-	-	55.000	-	-	-	-
Valor líquido		78.875	-	91.782	21.498	(2.524)	19.854	
Total a receber (pagar) e ganho (perda)		1.659.529	(1.792.181)	194.182	2.279.498	(2.434.449)	512.251	

(1) Em 31 de dezembro de 2021, o valor de R\$841 positivo (R\$400 negativo em 31 de dezembro de 2020) refere-se ao MTM do hedge de fluxo de caixa reconhecido no Patrimônio Líquido.

vi) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	Individual e Consolidado							
	31/12/2021				31/12/2020			
	Valor de Referência		Ajuste diário a Receber (pagar)	Resultado	Valor de Referência		Ajuste diário a Receber (pagar)	Resultado
	Compra	Venda			Compra	Venda		
Mercado interfinanceiro ⁽¹⁾	2.363.828	76.883	1.340		871.040	2.027.325	994	
Moeda	197.490	1.120.576	20.476		-	1.669.983	4.341	
Cupom cambial futuro	476.326	495.256	394		592.371	557.519	(14)	
Commodities	277.319	318.032	98		45.865	146.507	-	
Total	3.314.963	2.010.747	22.308	(188.346)	1.509.276	4.401.334	5.321	(584.778)

(1) Em 31 de dezembro de 2021, contém, inclusive, Instrumento de Hedge com Futuros - DI (Nota 6.c.xb).

vii) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

Valor de referência - Compensação	Individual e Consolidado							
	31/12/2021				31/12/2020			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Total	
Swap	32.750	63.392	229.006	4.202.855	18.897	4.546.900	4.459.992	
Contratos a termo	1.490.074	498.061	369.711	-	-	2.357.846	2.073.155	
Opções	-	-	-	-	-	-	55.000	
Futuros	3.270.357	385.159	1.195.758	440.946	33.490	5.325.710	5.910.610	
Total	4.793.181	946.612	1.794.475	4.643.801	52.387	12.230.456	12.498.757	

viii) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as operações de swap, contratos a termo e opções, cujos valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas conforme abaixo:

Custodiante	Individual e Consolidado							
	31/12/2021				31/12/2020			
	Swaps	Contratos a termo	Opções	Futuros	Swaps	Contratos a termo	Opções	Futuros
Bolsa	-	-	-	5.325.710	-	-	55.000	5.910.610
B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão	-	-	-	4.712.840	-	-	55.000	5.691.377
Bolsas no exterior	-	-	-	612.870	-	-	-	219.233
Balcão	4.546.900	2.357.846	-	-	4.459.992	2.073.155	-	-
Instituições Financeiras	3.043.478	-	-	-	75.188	-	-	-
Empresas	1.503.422	2.357.846	-	-	4.384.804	2.073.155	-	-
Total	4.546.900	2.357.846	-	5.325.710	4.459.992	2.073.155	55.000	5.910.610

ix) Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia para operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 tem a seguinte composição:

Título	Individual e Consolidado	
	Valor de Mercado	
	31/12/2021	31/12/2020
LFT - Letra financeira do tesouro	6.555	583.655
NTN - Nota do tesouro nacional	765.752	-
Total	772.307	583.655

x) Hedge Accounting

x.a) Hedge de Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082, de 30/01/2002.

O objetivo do relacionamento deste *hedge* é reduzir as exposições da captação em moeda estrangeira e em taxas de juros (Libor, Cupom de UF e UF) e transformá-la em moeda nacional com taxa de juros pré-fixada, protegendo os fluxos de caixa de pagamento de juros da dívida (USD e CLP) e tornando o fluxo de caixa constante.

Em 31 de dezembro de 2021, foi lançado ao patrimônio líquido no valor positivo de R\$841 (R\$400 em 31 de dezembro de 2020), decorrentes de marcação a mercado de instrumentos de hedge (swaps) em operações de hedge accounting de fluxo de caixa e no valor negativo de R\$844 (R\$396 em 31 de dezembro de 2020), decorrentes de marcação a mercado do objeto do hedge. Não houve parcela inefetiva em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

	Individual e Consolidado							
	31/12/2021				31/12/2020			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de Hedge								
Contratos de swap (ponta ativa)	11.778	26.329	27.170	841	17.666	36.778	36.378	(400)
Total	11.778	26.329	27.170	841	17.666	36.778	36.378	(400)
Objeto de Hedge								
Repasses do exterior	11.778	26.339	27.183	(844)	17.666	36.791	36.395	396
Total	11.778	26.339	27.183	(844)	17.666	36.791	36.395	396

x.b) Hedge de Risco de Mercado

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082, de 30/01/2002.

O objetivo do relacionamento deste *hedge* é reduzir as exposições das captações pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pós-fixada, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.

A partir do segundo semestre de 2021, o Pine contratou estrutura de hedge accounting de risco de mercado.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



	Individual e Consolidado			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de Hedge				
Contratos de swap (ponta ativa)	227.285	231.558	216.318	(15.240)
Total	227.285	231.558	216.318	(15.240)
Objeto de Hedge				
Captações	227.285	231.558	210.867	(20.691)
Total	227.285	231.558	210.867	(20.691)
Instrumento de Hedge				
Futuros (DI)	496.203	527.716	495.716	(32.000)
Total	496.203	527.716	495.716	(32.000)
Objeto de Hedge				
Captações	496.203	527.716	485.417	(42.299)
Total	496.203	527.716	485.417	(42.299)

7. CARTEIRA DE CRÉDITO, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as informações da carteira de operações de crédito expandida, estão sumarizadas conforme abaixo:

a) Por tipo de operação

Descrição	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Capital de giro	2.350.265	2.140.413	2.350.265	2.140.413
Resolução CMN nº 3.844	11.473	38.800	11.473	38.800
Conta corrente garantida	233.465	120.592	233.465	120.592
Repasse de instituições oficiais do Brasil	14.420	23.024	14.420	23.024
Financiamento em moeda estrangeira	14.729	10.742	14.729	10.742
Financiamentos a exportação	524.372	413.920	524.372	413.920
Títulos descontados	526.822	509.216	526.822	509.216
Subtotal de operações de crédito	3.675.546	3.256.707	3.675.546	3.256.707
Devedores por compra de valores e bens ⁽¹⁾	200.135	218.886	201.486	220.269
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber ⁽²⁾	318.374	367.106	318.374	367.106
Avais e fianças honradas	81.994	87.663	81.994	87.663
Carteira de crédito	4.276.049	3.930.362	4.277.400	3.931.745
Créditos abertos para importação	2.437	29.892	2.437	29.892
Garantias prestadas	358.950	419.242	358.950	419.242
Garantias prestadas e responsabilidades	361.387	449.134	361.387	449.134
Títulos privados ⁽³⁾	131.826	146.416	131.826	146.416
Títulos com risco de crédito	131.826	146.416	131.826	146.416
Total carteira expandida	4.769.262	4.525.912	4.770.613	4.527.295

(1) Registrados em "Outros créditos - Diversos" (Nota 9.a).

(2) Registrados em "Carteira de câmbio" (Nota 8).

(3) Representados, principalmente, por debêntures e certificados de recebíveis, compostos na carteira do Pine (Nota 6.a).

b) Por vencimento

Prazo	Individual			Consolidado		
	31/12/2021		31/12/2020	31/12/2021		31/12/2020
	A Vencer	Vencidos	Total	A Vencer	Vencidos	Total
Até 3 meses	1.179.207	12.022	1.191.229	1.179.207	12.022	1.191.229
De 3 a 12 meses	1.590.262	13.052	1.603.314	1.590.262	13.052	1.578.376
De 1 a 3 anos	1.203.371	-	1.203.371	1.204.722	-	1.191.527
De 3 a 5 anos	142.756	-	142.756	142.756	-	199.992
De 5 a 15 anos	135.379	-	135.379	135.379	-	95.810
Acima de 15 anos	-	-	-	-	-	19.603
Total carteira de crédito	4.250.975	25.074	4.276.049	4.252.326	25.074	3.931.745
Até 3 meses	35.295	24.711	60.006	35.295	24.711	60.006
De 3 a 12 meses	108.657	-	108.657	108.657	-	194.861
De 1 a 3 anos	154.885	-	154.885	154.885	-	123.038
De 3 a 5 anos	35.492	-	35.492	35.492	-	96.868
De 5 a 15 anos	2.347	-	2.347	2.347	-	3.904
Total garantias prestadas e responsabilidades	336.676	24.711	361.387	336.676	24.711	449.134
Até 3 meses	-	-	-	-	-	2.033
De 3 a 12 meses	7.952	-	7.952	7.952	-	14.314
De 1 a 3 anos	32.068	-	32.068	32.068	-	32.068
De 3 a 5 anos	69.094	-	69.094	69.094	-	-
De 5 a 15 anos	-	-	-	-	-	70.296
Acima de 15 anos	22.712	-	22.712	22.712	-	22.692
Total títulos com risco de crédito	131.826	-	131.826	131.826	-	146.416
Total carteira expandida	4.719.477	49.785	4.769.262	4.720.828	49.785	4.527.295

c) Por ramo de atividade

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Administração pública	245.848	180.263	245.848	180.263
Agropecuário	553.350	581.824	553.350	581.824
Alimentos e bebidas	252.102	271.725	252.102	271.725
Comércio	534.628	590.056	534.628	590.056
Construção e imobiliário	629.191	562.347	630.542	563.730
Financeiro	29.686	40.766	29.686	40.766
Papel e celulose	37.544	102.737	37.544	102.737
Químico e petroquímico	290.953	188.227	290.953	188.227
Educação, saúde e outros serviços sociais	144.784	50.775	144.784	50.775
Siderurgia e metalurgia	69.436	45.255	69.436	45.255
Telecomunicações	144.714	114.710	144.714	114.710
Transportes	312.943	216.885	312.943	216.885
Açúcar e álcool	384.484	366.835	384.484	366.835
Indústria	149.100	151.241	149.100	151.241
Serviços	177.611	176.586	177.611	176.586
Outros	812.888	885.680	812.888	885.680
Total da carteira expandida	4.769.262	4.525.912	4.770.613	4.527.295

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



d) Carteira de crédito por nível de risco e provisionamento

Nível				31/12/2021		Individual
	A Vencer	Vencidos	Total	Provisão	Total	31/12/2020
AA	540.555	-	540.555	-	376.016	-
A	997.839	-	997.839	4.989	969.416	4.847
B	1.351.225	296	1.351.521	13.515	1.153.056	11.531
C	1.026.327	34.092	1.060.419	31.812	1.094.733	32.842
D	50.936	2.065	53.001	5.300	61.852	15.102
E	58.276	929	59.205	17.763	42.592	20.870
F	88.667	-	88.667	44.333	60.820	41.966
G	91.548	2.500	94.048	81.327	92.767	91.839
H	20.891	9.903	30.794	30.794	79.110	79.110
Total	4.226.264	49.785	4.276.049	229.833	3.930.362	298.107

Nível				31/12/2021		Consolidado
	A Vencer	Vencidos	Total	Provisão	Total	31/12/2020
AA	541.906	-	541.906	-	377.399	-
A	997.839	-	997.839	4.989	969.416	4.847
B	1.351.225	296	1.351.521	13.515	1.153.056	11.531
C	1.026.327	34.092	1.060.419	31.812	1.094.733	32.842
D	50.936	2.065	53.001	5.300	61.852	15.102
E	58.276	929	59.205	17.763	42.592	20.870
F	88.667	-	88.667	44.333	60.820	41.966
G	91.548	2.500	94.048	81.327	92.767	91.839
H	20.891	9.903	30.794	30.794	79.110	79.110
Total	4.227.615	49.785	4.277.400	229.833	3.931.745	298.107

Em 31 de dezembro de 2021, considerando o cenário econômico, as dificuldades na negociação de créditos e as incertezas indicadas na possível recuperação econômica, foi estabelecido o valor de R\$15.493 (R\$55.468 em 31 de dezembro de 2020) de provisão, considerado satisfatório pela Administração e superior aos mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

e) Por nível de concentração do total da carteira expandida do Pine

	31/12/2021		Individual		31/12/2021		Consolidado	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maiores devedores								
Maior devedor	98.673	2,07	100.341	2,22	98.673	2,07	100.341	2,22
2º ao 10º	652.574	13,68	708.823	15,66	652.574	13,68	708.823	15,66
11º ao 20º	510.485	10,70	482.480	10,66	510.485	10,70	482.480	10,66
21º ao 50º	856.464	17,96	839.943	18,56	856.464	17,95	839.943	18,55
51º ao 100º	716.873	15,03	716.434	15,83	716.873	15,03	716.434	15,82
Demais devedores	1.934.193	40,56	1.677.891	37,07	1.935.544	40,57	1.679.274	37,09
Total carteira expandida	4.769.262	100,00	4.525.912	100,00	4.770.613	100,00	4.527.295	100,00

f) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme Resolução CMN nº 2.682/99

	Individual e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	298.107	448.885
Constituição/(Reversão)	(7.463)	(32.039)
Baixas para prejuízo	(60.811)	(118.739)
Saldo final	229.833	298.107

Resultado com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, impairment e descontos	Individual e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Provisão (Reversão) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.463	32.039
Recuperação de crédito baixados como prejuízo (Nota 7.g)	16.565	3.218
Impairment - Debêntures	(15.196)	(9.594)
Despesas com Cessão (Nota 18.i)	(216)	(59.256)
Descontos concedidos	(2.446)	(29.886)
Outras Provisões ⁽¹⁾	(24.192)	(11.941)
Total	(18.022)	(75.420)

(1) Refere-se a provisão sobre variação cambial de Adiantamento de contrato de câmbio e provisão de Ativos não financeiros mantidos para venda.

g) Recuperação de crédito

No período findo em 31 de dezembro de 2021, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$16.565 (R\$3.218 no período findo em 31 de dezembro de 2020).

h) Renegociação de contratos

Em 31 de dezembro de 2021 existiam contratos renegociados no valor de R\$457.945 (R\$488.905 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações anteriormente às renegociações.

i) Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Pine no valor de R\$58 (R\$82.334 em 31 de dezembro de 2020). Essas cessões resultaram em prejuízo líquido em relação ao valor de face no valor de R\$216 (R\$36.031 em 31 de dezembro de 2020), não descontado a provisão no valor de R\$82 (R\$39.899 em 31 de dezembro de 2020). Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica "Outras Despesas Operacionais". Adicionalmente, foram cedidos contratos anteriormente baixados como prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$33.090, essas cessões geraram um ganho no valor de R\$9.850 registrados na rubrica "Operações de Crédito", que corresponde ao valor de venda dessas cessões.

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Avais e fianças honradas	81.994	87.663	81.994	87.663
Carteira de câmbio (Nota 8.a)	367.213	487.870	367.213	487.870
Devedores por depósito em garantia (Nota 15.b)	56.927	55.335	59.354	57.623
Diversos (Nota 8.b)	285.912	306.681	797.736	797.757
Negociação e Intermediação de Valores	86.167	18.892	86.167	18.892
Rendas a receber	14.434	20.603	14.975	21.196
Relações interfinanceiras	5.023	3.942	5.023	3.942
Total	897.670	980.986	1.412.462	1.474.943
Circulante	563.650	665.634	574.985	670.731
Não Circulante	334.020	315.352	837.477	804.212

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



a) Carteira de Câmbio

	Individual e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	322.247	420.409
Direitos sobre venda de câmbio	35.048	57.382
Rendas a receber	9.918	10.079
Total	367.213	487.870
Circulante	332.170	487.870
Não Circulante	35.043	-
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	34.344	57.808
Obrigações por compra de câmbio	308.456	416.855
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(308.456)	(357.027)
Total	34.344	117.636
Circulante	34.344	117.636

b) Diversos

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos e antecipações salariais	528	312	528	312
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	173	151	173	207
Adiantamentos por conta de imobilizações	10.764	6.860	15.355	7.646
Devedores por compra de valores e bens ⁽¹⁾	200.135	218.886	201.486	220.269
Imposto de renda a compensar	72.115	67.757	73.830	69.538
Valores a receber de sociedades ligadas	10	13	-	-
Títulos e créditos a receber ⁽²⁾	-	-	502.006	482.623
Devedores diversos - País e exterior	2.187	12.702	4.358	17.162
Total	285.912	306.681	797.736	797.757
Circulante	49.659	56.196	60.453	60.700
Não Circulante	236.253	250.485	737.283	737.057

(1) Refere-se aos recebíveis pela venda a prazo de Ativos não financeiros mantidos para venda.

(2) Em 31 de dezembro de 2021, no Consolidado refere-se, principalmente, aos direitos sobre o Valor Geral de Vendas (VGV) do Loteamento Entre Verdes no montante de R\$435.727 e recebíveis a prazo, no montante de R\$66.279.

9. ATIVOS FISCAIS

a) Créditos Tributários

Com base na Resolução n° CMN 4.720/19 e a Resolução BCB n° 2/20, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social, estão compostos conforme abaixo:

	31/12/2021			Individual		
	31/12/2020			31/12/2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	101.889	81.511	183.400	109.665	87.732	197.397
Créditos baixados para prejuízo	112.754	90.203	202.957	101.709	81.368	183.077
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	92	74	166	92	74	166
Prejuízo fiscal/base negativa	205.404	164.204	369.608	205.902	164.600	370.502
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	244.720	-	244.720	252.387	-	252.387
Outras provisões	6.009	4.807	10.816	5.082	4.066	9.148
Total	670.868	340.799	1.011.667	674.837	337.840	1.012.677

	31/12/2021			Consolidado		
	31/12/2020			31/12/2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	102.445	81.711	184.156	111.137	88.262	199.399
Ajuste de títulos disponíveis para venda	24	14	38	-	-	-
Créditos baixados para prejuízo	112.754	90.203	202.957	101.709	81.368	183.077
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	92	74	166	92	74	166
Prejuízo fiscal/base negativa	205.482	164.251	369.733	205.902	164.600	370.502
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	244.720	-	244.720	252.387	-	252.387
Outras provisões	6.009	4.807	10.816	5.082	4.066	9.148
Total	671.526	341.060	1.012.586	676.309	338.370	1.014.679

b) Obrigações Fiscais Diferidas

	31/12/2021			Individual		
	31/12/2020			31/12/2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	2.280	1.824	4.104	2.025	1.620	3.645
Ajuste de títulos para negociação	626	501	1.127	633	507	1.140
Ajuste de títulos disponíveis para venda	86	69	155	7.937	6.349	14.286
Mercado futuro - Lei n° 11.196	1.381	1.105	2.486	9.326	7.461	16.787
MTM Derivativos	36.029	28.823	64.852	106.616	85.292	191.908
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	143.690	-	143.690	(14.557)	-	(14.557)
MTM hedge de fluxo de caixa	208	168	376	99	79	178
Total (Nota 16.a)	184.300	32.490	216.790	112.079	101.308	213.387

	31/12/2021			Consolidado		
	31/12/2020			31/12/2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	2.391	1.891	4.282	2.120	1.677	3.797
Ajuste de títulos para negociação	626	501	1.127	633	507	1.140
Ajuste de títulos disponíveis para venda	86	69	155	7.937	6.349	14.286
Mercado futuro - Lei n° 11.196	1.381	1.105	2.486	9.326	7.461	16.787
MTM Derivativos	36.029	28.823	64.852	106.616	85.292	191.908
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	143.690	-	143.690	(14.557)	-	(14.557)
MTM hedge de fluxo de caixa	208	168	376	99	79	178
Total (Nota 16.a)	184.411	32.557	216.968	112.174	101.365	213.539

c) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	1.012.677	906.927	1.014.679	907.980
Constituição	39.867	189.293	51.231	209.156
Reversão	(40.877)	(83.543)	(53.324)	(102.457)
Saldo final	1.011.667	1.012.677	1.012.586	1.014.679

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Obrigações fiscais diferidas	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	213.387	186.875	213.539	187.008
Constituição	50.075	148.360	52.027	150.106
Reversão	(46.672)	(121.848)	(48.598)	(123.575)
Saldo final	216.790	213.387	216.968	213.539

d) Expectativa de realização dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	Individual				Consolidado			
	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente
Até 1 ano	164.206	119.247	283.453	263.655	164.206	119.247	283.453	263.655
De 1 a 2 anos	29.536	19.680	49.216	42.439	30.194	19.941	50.135	43.231
De 2 a 3 anos	12.559	8.081	20.640	16.332	12.559	8.081	20.640	16.332
De 3 a 4 anos	8.607	4.284	12.891	9.632	8.607	4.284	12.891	9.632
De 4 a 5 anos	98.392	19.298	117.690	79.435	98.392	19.298	117.690	79.435
De 5 a 8 anos	295.634	120.781	416.415	236.465	295.634	120.781	416.415	236.465
De 8 a 10 anos	61.934	49.428	111.362	54.762	61.934	49.428	111.362	54.762
Total	670.868	340.799	1.011.667	702.720	671.526	341.060	1.012.586	703.512

Obrigações fiscais diferidas	Individual			Consolidado		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano			20.698			37.159
De 1 a 2 anos			811			922
De 2 a 3 anos			389			389
De 3 a 4 anos			16.227			10.787
De 4 a 5 anos			47			2.214
De 5 a 8 anos			143.848			143.848
De 8 a 10 anos			2.280			1.827
Total			184.300			32.490

10. INVESTIMENTOS

a) Participações em controladas e coligadas avaliadas ao Método de equivalência patrimonial

	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas
							31/12/2021
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	99,9900	9.999	10	663	5	663	5
Pine Investimentos DTVM Ltda. ⁽³⁾ ⁽⁴⁾ ⁽⁵⁾	99,9998	892.299	4.765	4.824	(169)	4.824	(226)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99,9998	499.999	500	2.127	24	2.127	24
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário ⁽¹⁾ ⁽⁶⁾	99,9999	565.796.649	565.797	565.967	2.221	565.967	2.221
Pine Corretora de Seguros Ltda. ⁽²⁾	99,9990	492.156	100	29.101	3.664	29.101	3.664
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	99,9900	52.199.999	52.200	51.221	(386)	51.221	(386)
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	99,9900	86.030.599	86.031	53.152	(2.357)	53.152	(2.357)
Total					3.002	707.055	2.945

	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas
							31/12/2020
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	99,9900	9.999	10	658	4	658	4
Pine Investimentos DTVM Ltda.	99,9998	892.299	13.384	15.427	528	15.427	528
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99,9998	499.999	500	2.103	1.509	2.103	1.509
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário	99,9999	500.796.649	500.797	498.746	(11.324)	498.746	(11.324)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99,9990	99.999	100	5.436	5.179	5.436	5.179
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	99,9900	52.199.999	52.200	51.607	(303)	51.607	(303)
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	99,9900	84.030.599	86.031	55.511	(26.309)	55.511	(26.309)
Total					(30.716)	629.488	(30.716)

(1) Em 14 de junho de 2021, houve aumento de capital no montante de R\$25.000, totalmente subscrito e integralizado.

(2) Em 14 de junho de 2021, houve aumento de capital nos montantes de R\$5.000, mediante a incorporação de parte do saldo das Reservas Estatutárias e R\$20.000, totalmente subscrito e integralizado.

(3) Em 30 de setembro de 2021, refere-se ao MTM negativo de Títulos Públicos, classificado como Disponível para Venda, no montante de R\$133.

(4) Em 22 de outubro de 2021, houve redução de capital no montante de R\$10.378, mediante diminuição proporcional do valor nominal das quotas.

(5) Em 03 de dezembro de 2021, houve aumento de capital no montante de R\$1.450, mediante a incorporação do saldo das Reservas Estatutárias e R\$308, mediante a incorporação de parte do saldo da Reserva Legal, totalmente subscrito e integralizado.

(6) Em 27 de dezembro de 2021, houve aumento de capital no montante de R\$40.000, mediante emissão de novas quotas do mesmo valor unitário, totalmente subscrito e integralizado.

b) Outros Investimentos

O Pine é um dos acionistas Fundadores da Central de Registro de Títulos e Ativos S.A. (CERTA), sociedade por ações de capital fechado, em conjunto com outros bancos participantes, cujo aporte foi no montante de R\$474, avaliado pelo método de custo.

11. OUTROS ATIVOS

a) Ativos não financeiros mantidos para venda

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imóveis	332.671	394.712	397.506	471.414
Provisão para perdas	(16.337)	(12.150)	(17.633)	(16.631)
Outros	-	3.059	-	3.059
Total	316.334	385.621	379.873	457.842
Circulante	316.334	385.621	379.873	457.842

b) Despesas antecipadas

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios de seguros	15.144	12.973	37.185	13.022
Aluguéis ⁽¹⁾	10.166	19.865	10.166	19.865
Gastos na emissão de títulos no Exterior	95	180	95	180
Outras	102	85	102	85
Total	25.507	33.103	47.548	33.152
Circulante	17.675	13.577	20.191	13.591
Não Circulante	7.832	19.526	27.357	19.561

(1) Em 31 de dezembro de 2021, refere-se, substancialmente, a aquisição de direito de uso de camarotes e espaço do Allianz Parque.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



12. IMOBILIZADO DE USO

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, sistema de processamento de dados, e sistema de transporte, 20%, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e sistema de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

	Individual e Consolidado			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imobilizados de Uso				
Instalações, Moveis e Equipamentos de Uso	21.603	(15.048)	6.555	7.515
Outros Imobilizados de Uso				
Sistema de Segurança e Comunicação	2.739	(1.656)	1.083	1.055
Sistema de Processamento de Dados	2.278	(2.179)	99	370
Sistema de Transporte	-	-	-	8
Total	26.620	(18.883)	7.737	8.948

13. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os recursos de instituições financeiras são compostos pelos depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses.

	Individual e Consolidado			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos (Nota 13.a)	7.211.086	7.342.921	7.101.929	7.274.004
Captações no mercado aberto (Nota 13.b)	4.485.015	2.010.735	4.485.015	2.010.735
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13.c)	589.150	535.175	589.150	535.175
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13.d)	41.602	59.422	41.602	59.422
Total	12.326.853	9.948.253	12.217.696	9.879.336
Circulante	6.571.003	4.699.971	6.504.318	4.679.792
Não Circulante	5.755.850	5.248.282	5.713.378	5.199.544

a) Depósitos

Composição por Vencimento	Individual e Consolidado					
	Individual			Consolidado		
	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Depósitos Interfinanceiros	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Depósitos Interfinanceiros
Sem vencimento	195.382	-	-	128.697	-	-
Até 30 dias	-	222.857	-	-	222.857	-
De 31 a 60 dias	-	150.150	-	-	150.150	-
De 61 a 90 dias	-	137.143	35.811	-	137.143	35.811
De 91 a 180 dias	-	245.793	61.055	-	245.793	61.055
De 181 a 360 dias	-	361.880	435.380	-	361.880	435.380
Acima de 360 dias	-	5.365.635	-	-	5.323.163	-
Total	195.382	6.483.458	532.246	128.697	6.440.986	532.246

Composição por Vencimento	Individual e Consolidado					
	Individual			Consolidado		
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros
Sem vencimento	169.368	-	-	168.487	-	-
Até 30 dias	-	128.218	-	-	128.218	-
De 31 a 60 dias	-	98.744	10.243	-	98.743	10.243
De 61 a 90 dias	-	105.320	-	-	105.320	-
De 91 a 180 dias	-	749.061	240	-	730.622	240
De 181 a 360 dias	-	1.060.401	8.016	-	1.059.543	8.016
Acima de 360 dias	-	4.499.815	513.495	-	4.451.077	513.495
Total	169.368	6.641.559	531.994	168.487	6.573.523	531.994

b) Captações no Mercado Aberto

	Individual e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Carteira Própria		
LTN - letra do tesouro nacional	589.685	134.528
LFT - letra financeira do tesouro	854.800	-
NTN - notas do tesouro nacional	2.990.508	1.800.587
Debêntures	50.022	75.620
Total	4.485.015	2.010.735
Circulante	4.485.015	2.010.735

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Individual e Consolidado				
	31/12/2021		31/12/2020		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Letras de crédito imobiliário	14.030	82.391	223.796	320.217	174.717
Letras de crédito do agronegócio	37.800	65.205	159.493	262.498	300.747
Letras financeiras	6.435	-	-	6.435	59.711
Total	58.265	147.596	383.289	589.150	535.175

d) Obrigação por Empréstimos e Repasses

	Individual e Consolidado				
	31/12/2021		31/12/2020		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Repasses do país - instituições oficiais	1.912	5.571	6.926	14.409	23.019
Operações de repasses do exterior	-	27.188	-	27.188	36.398
Operações de empréstimos no exterior	5	-	-	5	5
Total	1.917	32.759	6.926	41.602	59.422

14. DÍVIDA SUBORDINADA

Por prazo	Individual e Consolidado				
	31/12/2021		31/12/2020		
	Até 3 meses	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	31/12/2021	31/12/2020
Letras Financeiras	30.603	24.197	77.706	132.506	142.435
Total	30.603	24.197	77.706	132.506	142.435

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Papel	Individual e Consolidado					
	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/12/2021
Letras Financeiras						
	27.915	2018	2024	CDI	150% a 155%	28.600
	2.000	2019	2024	CDI	140%	2.003
	13.776	2019	2025	CDI	140% a 150%	15.851
	1.500	2019	2025	IPCA	10%	1.825
	5.300	2019	2026	CDI	149% a 150%	5.506
	1.000	2020	2026	CDI	140,00%	1.014
	17.092	2021	2027	IPCA	10%	18.237
	300	2021	2027	CDI	166%	305
	9.496	2021	2028	IPCA	10,15%	10.140
	45.000	2021	2028	CDI	153% a 189%	49.025
Total	123.379					132.506

Papel	Individual e Consolidado					
	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/12/2020
Letras Financeiras						
	16.500	2011	2021	CDI	145%	63.398
	26.915	2018	2024	CDI	150% a 153%	28.139
	2.000	2019	2024	CDI	140%	2.001
	13.776	2019	2025	CDI	140% a 150%	15.041
	16.500	2019	2025	IPCA	9,76%	18.128
	5.000	2019	2026	CDI	150%	5.018
	8.500	2019	2026	IPCA	10,15%	9.331
	300	2019	2026	CDI	149%	375
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.004
Total	90.491					142.435

15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Individual e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para passivos contingentes - fiscais (Nota 15.b)	369	369
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas (Nota 15.b)	6.987	6.588
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 15.b)	6.724	6.629
Fianças Prestadas (Nota 21)	7.699	4.733
Total	21.779	18.319
Não Circulante	21.779	18.319

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não existiam ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Depósitos Judiciais		Individual		Depósitos Judiciais		Consolidado	
	Provisão		Provisão		Provisão		Provisão	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contingências Fiscais e Obrigações Legais	50.395	49.499	369	369	52.746	51.787	369	369
Contingências Trabalhistas	5.724	4.973	6.987	6.588	5.724	4.973	6.987	6.588
Contingências Cíveis	808	863	6.724	6.629	884	863	6.724	6.629
Fianças Prestadas (Nota 21)	-	-	7.699	4.733	-	-	7.699	4.733
Total	56.927	55.335	21.779	18.319	59.354	57.623	21.779	18.319

O Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no Art. 3º, §1º, da Lei nº 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação à essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Em relação ao COFINS, a referida decisão resultou no levantamento de valores não convertidos em renda em favor da União, pelo Banco Pine e Pine Investimentos. Não obstante, a PGFN ingressou com medida executiva, em relação à qual o Pine apresentou defesa e aguarda decisão definitiva. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não haviam depósitos judiciais referentes à COFINS.

Em relação ao PIS, o processo encontra-se sobrestado pelo fato de estar afetado pela repercussão geral reconhecida pela STF (Tema 372). Em 31 de dezembro de 2021, os depósitos relativos ao PIS, representavam R\$48.047 no Individual e R\$48.360 no Consolidado (R\$47.179 no Individual e R\$47.486 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021, os créditos fiscais a compensar, decorrentes de pagamentos efetuados a maior no curso dessas ações, representavam os montantes de COFINS de R\$9.191 no Individual e no Consolidado (R\$14.043 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não foram lavrados autos de infração em face do Pine e da Pine Investimentos.

c) Movimentação das provisões passivas

	31/12/2021				Individual e Consolidado			
					31/12/2020			
	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	369	6.588	6.629	13.586	369	6.863	7.875	15.107
Constituição (reversão)	-	(310)	3.266	2.956	-	(996)	(1.525)	(2.521)
Atualização	-	709	(3.171)	(2.462)	-	721	279	1.000
Saldo final	369	6.987	6.724	14.080	369	6.588	6.629	13.586

d) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis

Trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o Pine não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o Pine não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

Fiscais: Em 31 de dezembro de 2021 o Pine possuía processos fiscais classificados como possíveis no valor de R\$184 no Individual e no Consolidado (R\$184 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



16. OUTROS PASSIVOS

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	788	52	788	52
Carteira de câmbio (Nota 8.a)	34.344	117.636	34.344	117.636
Credores diversos - país e exterior	10.416	40.268	10.797	44.524
Fiscais e previdenciárias (Nota 16.a)	220.812	217.305	226.144	220.588
Negociação e intermediação de valores	14.091	2.032	14.091	2.032
Resultado de exercícios futuros	11.885	20.149	11.885	20.149
Outras	18.077	23.125	18.080	23.245
Total	310.413	420.567	316.129	428.226
Circulante	118.898	174.612	121.996	180.507
Não Circulante	191.515	245.955	194.133	247.719

a) Fiscais e previdenciárias

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	240	238	248	242
Impostos e contribuições sobre salários	3.253	2.913	3.253	2.913
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	-	2.602	1.777
ISS	151	135	160	157
IRRF	105	156	105	156
PIS e Cofins a recolher	273	476	334	622
Provisão para Pis e Cofins	-	-	2.474	1.182
Provisão para IR e CS diferidos (Nota 9.b)	216.790	213.387	216.968	213.539
Total	220.812	217.305	226.144	220.588
Circulante	41.182	23.749	43.896	25.269
Não Circulante	179.630	193.556	182.248	195.319

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Conforme Estatuto Social, em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado totaliza R\$1.202.393 (R\$1.202.393 em 31 de dezembro de 2020) e está dividido em 148.157.764 ações nominativas, sendo 75.577.842 ordinárias e 72.579.922 preferenciais (148.157.764 em 31 de dezembro de 2020) sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

b) Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Conforme Reuniões do Conselho de Administração realizadas, foi deliberado o não pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio no período findo em 31 de dezembro de 2021.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	(8.705)	27.326	(8.800)	27.326
Títulos e valores mobiliários	(8.705)	27.326	(8.800)	27.326
Hedge fluxo de caixa	(3)	(4)	(3)	(4)
Objeto do Hedge	(844)	396	(844)	396
Instrumento do Hedge	841	(400)	841	(400)
Outros	(254)	(927)	(254)	(927)
Efeito Tributário	4.033	(11.878)	4.071	(11.878)
Total	(4.929)	14.517	(4.986)	14.517

18. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Operações de crédito

	Individual e Consolidado		
	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos a depositantes	12.848	19.308	10.960
Rendas de empréstimos	209.971	366.876	262.353
Rendas de financiamentos	40.951	68.429	67.734
Total	263.770	454.613	341.047

b) Operações de captação no mercado

	Individual			Consolidado		
	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de depósitos interfinanceiros	1.123	1.703	2.386	1.123	1.703	2.386
Despesas de depósitos a prazo	300.938	594.146	428.117	299.682	592.248	425.513
Despesas de operações compromissadas	118.203	151.618	29.945	118.206	151.621	29.945
Despesas de operações com TVM no exterior ⁽¹⁾	42	84	(1.837)	42	84	(1.837)
Despesas de contribuição ao FGC	7.179	12.494	8.019	7.179	12.494	8.019
Despesas com LCA	12.077	19.440	8.630	12.077	19.440	8.630
Despesas com LF	14.893	26.538	19.018	14.893	26.538	19.018
Despesas com LCI	10.045	13.582	4.306	10.045	13.582	4.306
Total	464.500	819.605	498.584	463.247	817.710	495.980

(1) Contempla variação cambial.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



c) Operações de empréstimos e repasses

	Individual e Consolidado		
	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de repasses do País - instituições oficiais	360	758	1.627
Despesas de repasses do exterior - Resolução CMN nº 3.844	261	515	482
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior ⁽¹⁾	7.623	12.455	50.660
Total	8.244	13.728	52.769

(1) Contempla variação cambial.

d) Receitas de prestação de serviços

	Individual			Consolidado		
	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Comissão de fiança	5.394	11.720	13.939	5.394	11.720	13.939
Comissão de intermediação	201	412	2.210	201	412	4.044
Rendas de cobrança	2.561	4.588	3.790	2.561	4.588	3.790
Rendas com tarifas	1.503	3.644	2.862	1.503	3.644	2.862
Outras ⁽¹⁾	1.446	2.147	2.089	3.764	8.094	8.226
Total	11.105	22.511	24.890	13.423	28.458	32.861

(1) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, refere-se, substancialmente, a receitas de prestação de serviços de seguros da Pine Corretora.

e) Despesas de pessoal

	Individual			Consolidado		
	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Proventos	25.606	46.950	44.367	25.606	46.950	44.455
Benefícios	6.989	13.082	12.652	6.989	13.082	12.652
Encargos sociais	9.544	19.190	18.347	9.544	19.190	18.347
Honorários da diretoria	4.469	9.349	10.835	4.469	9.349	10.835
Treinamento	49	86	93	49	86	93
Estagiários	505	866	700	505	866	700
Total	47.162	89.523	86.994	47.162	89.523	87.082

f) Outras despesas administrativas

	Individual			Consolidado		
	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de água, energia e gás	108	248	194	108	248	194
Despesas com aluguéis	7.163	14.165	13.747	7.163	14.165	13.747
Despesas de arrendamento de bens	577	1.171	1.219	577	1.171	1.219
Despesas com contribuições filantrópicas	-	-	10	-	-	10
Despesas de comunicações	2.956	6.014	5.153	2.956	6.014	5.153
Despesas de manutenção e conservação de bens	471	901	877	471	901	877
Despesas de material	119	169	158	119	169	158
Despesas de processamento de dados	8.873	15.972	13.850	8.873	15.972	13.850
Despesas de relações públicas	1.175	1.682	1.119	1.175	1.738	1.332
Despesas de seguros	2.645	5.017	3.933	2.653	5.033	3.950
Despesas com serviços do sistema financeiro	5.890	11.598	10.601	5.893	11.604	10.647
Despesas com serviços de terceiros	501	950	1.112	1.007	1.922	2.799
Despesas com serviços de vigilância e segurança	1.113	2.179	2.304	1.113	2.535	2.661
Despesas com serviços técnicos especializados	8.384	13.263	9.669	8.533	13.650	10.185
Despesas de transporte	241	373	294	242	374	294
Despesas de viagens	305	340	155	305	340	157
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	4.037	8.517	16.167	4.045	8.525	16.211
Despesas de amortização e depreciação	1.113	2.279	2.149	1.113	2.279	2.149
Emolumentos judiciais e cartorários	93	261	271	194	448	461
Outras despesas administrativas	2.875	4.498	4.220	3.415	5.831	5.890
Total	48.639	89.597	87.202	49.955	92.919	91.944

g) Despesas tributárias

	Individual			Consolidado		
	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
ISS	878	1.666	1.719	925	1.786	1.936
Cofins	235	3.999	3.508	1.287	6.314	5.168
PIS	38	650	570	266	1.151	927
Outros ⁽¹⁾	54	101	150	5.586	9.744	9.121
Total	1.205	6.416	5.947	8.064	18.995	17.152

(1) Refere-se, substancialmente, a despesas com IPTU dos loteamentos da Pine Entre Verdes.

h) Outras receitas operacionais

	Individual			Consolidado		
	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de encargos e despesas	(3)	3	456	(3)	3	456
Atualização monetária ativa	778	1.105	1.075	822	1.169	1.164
Atualização de créditos judiciais	3.574	3.965	130	3.574	3.965	130
Reversão provisão fiança	137	316	786	137	316	786
Reversão provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	4.984	9.885	14.035	4.990	9.891	14.204
Outras rendas operacionais ⁽¹⁾	3.035	3.168	285	35.214	67.881	9.253
Total	12.505	18.442	16.767	44.734	83.225	25.993

(1) Em 31 de dezembro de 2021, refere-se principalmente, aos direitos sobre o Valor Geral de Vendas (VGV) da Pine Entre Verdes relacionados à venda de lotes do Consórcio Entre Verdes.

i) Outras despesas operacionais

	Individual			Consolidado		
	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de processos trabalhistas e cíveis	6.242	12.841	11.515	6.248	12.847	11.515
Despesa de cessão	216	216	59.256	216	216	59.256
Provisão de fiança	-	3.282	1.368	-	3.282	1.368
Outras despesas operacionais ⁽¹⁾	9.191	24.502	40.325	36.377	71.796	46.910
Total	15.649	40.841	112.464	42.841	88.141	119.049

(1) Em 31 de dezembro de 2021, refere-se, principalmente, a provisão para Adiantamento sobre contrato de câmbio no montante de R\$20.005, no Individual e Consolidado e a baixa dos direitos sobre o valor geral de vendas (VGV) da Pine Entre Verdes relacionados à venda de lotes do Consórcio Entre Verdes, no montante de R\$45.332 no Consolidado.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



j) Resultado não operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Resultado não Operacional corresponde, principalmente, ao resultado na venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito e imobilizados de uso. Os saldos referentes a despesas com Ativos não Financeiros Mantidos para Venda, foram reclassificados da rubrica 'Outras Despesas Administrativas' para 'Resultado Não Operacional'.

	Individual			Consolidado		
	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Receitas não operacionais	16.503	42.685	21.979	18.408	50.261	57.728
Despesas não operacionais	(4.230)	(11.998)	(17.438)	(7.240)	(21.674)	(79.150)
Total	12.273	30.687	4.541	11.168	28.587	(21.422)

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido (prejuízo):

	Individual			Consolidado		
	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido/(Prejuízo) antes do IRPJ, da CSLL e deduzidos as participações no resultado	7.647	9.398	(136.342)	9.552	13.963	(134.388)
Lucro líquido/(Prejuízo) antes da tributação	7.647	9.398	(136.342)	9.552	13.963	(134.388)
Alíquota vigente (Nota 3.s)	50%	50%	45%	50%	50%	45%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(3.824)	(4.699)	61.354	(4.776)	(6.982)	60.475
Diferenças permanentes	279	1.186	11.364	(617)	(1.039)	10.289
Varição cambial de investimento no exterior	1.847	1.504	3.798	1.847	1.504	3.798
Alteração da alíquota da CSLL ⁽¹⁾	29	116	-	(105)	116	-
Outros ajustes	(1.597)	(434)	7.566	(2.359)	(2.659)	6.491
Imposto de renda e contribuição social	(3.545)	(3.513)	72.718	(5.393)	(8.021)	70.764

(1) A alíquota da CSLL, para Bancos de qualquer espécie, foi elevada de 20% para 25% com vigência a partir de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, nos termos do Art. 3º, inciso II-A da Lei nº 7.689/88.

20. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Desde o exercício de 2012, o Pine aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.921/10.

O Plano de Remuneração tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Pine; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução CMN nº 3.921/10.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Pine; (ii) o resultado geral do Pine, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Pine está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no conjunto de indicadores institucionais e de sua unidade de negócio (vii) a performance qualitativa e quantitativa dos Administradores, baseada nos valores do Banco.

A Remuneração Variável será calculada:

- a) até 50% do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie; e
- b) o correspondente aos 50% restantes da remuneração variável será pago em instrumentos baseados em ações, que são diferidos em 3 anos.

A entrega dos instrumentos baseados em ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Pine conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que é responsável por (i) propor ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da Instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução CMN nº 3.921/10.

No período findo em 31 de dezembro de 2021, referente a remuneração variável, foi apurado o montante de R\$2.226 (R\$2.053 em 31 de dezembro de 2020) e a despesa no montante de R\$3.267 (R\$9.362 em 31 de dezembro de 2020) de acordo com os critérios definidos no plano.

	Individual e Consolidado		
	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração fixa	4.471	9.356	10.835
Remuneração variável	528	2.226	2.053
Benefícios de curto prazo	1.627	4.148	4.220
Total	6.626	15.730	17.108

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados, principalmente, por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos, se condicionados, poderão ser descontinuados.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



b) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, principalmente com as empresas discriminadas na Nota 2, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

	Prazos até	Taxa de juros % CDI	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Administradores ⁽¹⁾			8.390	8.393	(221)	(197)
Depósitos à vista	Sem vencimento		324	435	-	-
Depósitos a prazo	29/06/2028	100% a 120%	941	6.317	(156)	(116)
Captação no mercado aberto	03/01/2022	95%	3.501	-	-	-
Recursos de letras de crédito do agronegócio	29/05/2023	90% a 100%	240	186	(16)	(3)
Recursos de letras de crédito imobiliário	29/01/2024	91% a 100%	519	135	(8)	(4)
Recursos de letras financeiras	14/06/2028	150%	2.865	1.320	(41)	(74)
Familiares imediatos ⁽¹⁾			13.028	23.613	(489)	(353)
Operações de crédito	15/02/2022		2.119	-	119	-
Depósitos à vista	Sem vencimento		3	214	-	-
Depósitos a prazo	18/02/2028	98% a 120%	1.424	15.988	(241)	(62)
Captação no mercado aberto	03/01/2022	95%	500	-	-	-
Recursos de letras de crédito do agronegócio	05/06/2023	96% a 100%	204	321	(11)	(8)
Recursos de letras de crédito imobiliário	05/02/2024	97,5% a 100%	420	163	(11)	(7)
Recursos de letras financeiras	14/06/2028	150%	8.358	6.927	(345)	(276)
Empresas ligadas			69.439	73.661	(492)	(807)
Valores a receber						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.			-	1	1	3
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.			-	3	3	(3)
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.			-	1	1	2
Pine Corretora de Seguros Ltda.			2	8	6	7
Depósitos à vista						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Sem vencimento		132	-	-	-
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	Sem vencimento		24.862	164	-	-
Pine Corretora de Seguros Ltda.	Sem vencimento		86	219	-	-
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	Sem vencimento		9	19	-	-
Pine Ativos Imobiliários Ltda.	Sem vencimento		1.876	5.209	-	-
Depósitos a prazo						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	-	99%	-	13.368	-	(299)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	15/12/2023	99%	1.027	1.059	(12)	(9)
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	29/11/2023	99%	179	174	(2)	(2)
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	-	99%	-	17.759	-	(225)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	25/11/2024	99%	6.734	5.072	(81)	(60)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	15/05/2023	99%	192	624	(4)	(7)
Pine Ativos Imobiliários Ltda.	01/04/2024	99%	34.340	29.981	(404)	(214)

(1) Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, dos acionistas com mais de 5% do total de ações, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

						31/12/2021
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Acionistas						
Pessoa Física	75.577.842	100,00	15.160.402	20,89	90.738.244	61,24
Conselho de Administração	-	-	1.281.394	1,77	1.281.394	0,86
Administradores	-	-	463.762	0,64	463.762	0,31
Total	75.577.842	100,00	16.905.558	23,30	92.483.400	62,41

						31/12/2020
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Acionistas						
Pessoa Física	75.577.842	100,00	15.160.302	20,89	90.738.144	61,24
Conselho de Administração	-	-	1.559.894	2,15	1.559.894	1,05
Administradores	-	-	2.206.392	3,04	2.206.392	1,49
Total	75.577.842	100,00	18.926.588	26,08	94.504.430	63,78

21. COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

A provisão para perdas prováveis associadas a garantias financeiras prestadas, operações que requerem que o prestador da garantia efetue pagamentos definidos contratualmente a fim de reembolsar o detentor de um instrumento de dívida ou outro instrumento de natureza semelhante por perda decorrente do não pagamento da obrigação pelo devedor na data prevista, é constituída por modelo estatístico interno cuja metodologia se baseia em práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, no risco da contraparte, no comportamento histórico da carteira, na modalidade ou produto da garantia financeira prestada e nas expectativas futuras de perdas. O modelo é revisado periodicamente conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 4.512/16.

Tipo de Garantia Financeira	Individual e Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	3.410	1	-	-
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	307.859	274	371.697	503
Outras Fianças Bancárias	47.681	7.424	47.545	4.230
Total	358.950	7.699	419.242	4.733

22. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados homologado pelo Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em distribuir lucros e resultados aos colaboradores, levando em consideração: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Desempenho individual acompanhado através de metas; e (c) Avaliação de competências baseadas nos valores do Banco. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado".

23. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Introdução

O Pine apresenta como diferencial a postura conservadora na gestão dos riscos inerentes às suas atividades, através da abordagem de gerenciamento integrado de riscos e capital, sendo sua supervisão realizada por comitês colegiados que apoiam as decisões da Administração.

As práticas de gerenciamento integrado e controle de risco, refletindo as melhores práticas de mercado, buscam identificar e definir limites de monitoramento das perdas financeiras de forma a assegurar que os objetivos do conglomerado sejam cumpridos, que as metas de lucratividade sejam alcançadas, de forma sustentável e em observância ao apetite de riscos definido, sempre mantendo transparência na governança corporativa.

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos é definida pelo Conselho de Administração, que estabelece as funções subsidiárias ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital, ao CRO e à Diretoria, no que tange as atribuições de aprovação de modelos de cálculo, dos fatores de risco, das métricas e indicadores para controle e monitoramento de limites e alertas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



O gerenciamento integrado de Riscos do Pine abrange os grupos de riscos tratados no contexto de riscos financeiros, riscos operacionais e riscos estratégicos, isolados e/ou conjuntamente.

b) Gerenciamento Integrado de Riscos

O processo de gerenciamento integrado de riscos no Pine compreende o conjunto de atividades integradas de gestão e no controle, desde a definição de estratégias, diretrizes, cálculo, divulgação periódica de informações de gestão, controle e monitoramento (Teste de Uso).

A estrutura de governança do gerenciamento integrado de riscos, compreende:

- Conselho de Administração, para definição do apetite de risco e aprovação das políticas de risco;
- Comitê de Gestão de Riscos e Capital, para supervisão e coordenação gerais;
- Comitê de Portfolio, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (crédito e sócio ambiental);
- Comitê ALCO (Asset and Liability Committee) e Comitê de Riscos e Tesouraria, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (liquidez);
- Comitê de Risco Operacional, Controles Internos, GCN e SI, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (operacional, continuidade de negócio, segurança cibernética);
- CRO (Chief Risk Officer), para acompanhamento e implementação das definições e diretrizes estabelecidas;
- Área Tesouraria, para acompanhamento do mercado e negociação de operações de zeragem no mercado;
- Demais Áreas de Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, para negociação de operações com clientes e para registro, processamento e contabilização;
- Área de Controladoria, para acompanhamento gerencial de operações e programação orçamentária; e
- Área de Controle de Riscos, para cálculo de riscos e controle de limites.

Os processos e as políticas de gerenciamento e controle de riscos são submetidos a revisões periódicas, com objetivo de garantir alinhamento às melhores práticas de mercado, bem como o atendimento à regulamentação em vigor.

As atividades de controle de riscos são realizadas de forma centralizada por área independente em relação às áreas de Tesouraria, Controladoria, Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, garantindo isenção no reporte e implementação das ações corretivas identificadas.

RAS

A avaliação e definição do apetite de riscos são realizadas de forma estruturada e coordenada através da Declaração de Apetite a Riscos (RAS, Risk Appetite Statement), instrumento de gestão que integra os diversos tipos de risco e implementa seu monitoramento periódico, frente aos níveis estabelecidos, em atendimento aos objetivos da Administração e em conformidade com a programação orçamentária de negócio e aos requerimentos regulatórios. A RAS estabelece os indicadores através de limites e alertas, com acompanhamento periódico, sejam estratégicos ou superiores, sejam táticos ou operacionais.

c) Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O Pine possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Pine.

d) Categorias de Riscos

Risco de Crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, incluindo variação das taxas de juros, de câmbio, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Risco Socioambiental

O Risco Socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, próprios ou de clientes e parceiros, pela Instituição.

Risco de Conformidade

O Risco de Conformidade (ou regulatório) é definido como a possibilidade da instituição sofrer sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de Leis, Regulamentações, Recomendações dos órgãos de supervisão e Códigos de auto regulação aplicáveis.

Risco Reputacional (ou imagem)

O Risco Reputacional é definido pela possibilidade de perdas financeiras decorrentes da impossibilidade da instituição em manter e ou estabelecer novas relações no mercado e em sua base de clientes.

e) Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição, concentração, suficiência de garantias e adimplência de valores a receber de clientes e contrapartes;
- Avaliação e monitoramento da necessidade de provisionamento para perdas, alocação adicional de garantias, e/ou reestruturação de crédito, considerando os indicadores de inadimplência, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de crédito, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métrica de Controle e Gestão

As análises do risco de crédito são realizadas com base nas seguintes métricas:

Rating e Limite de Crédito

A classificação de risco de inadimplência (rating) e a concessão de limite de crédito, realizados de forma estruturada e coordenada e formalizado através da PLC (Proposta de Limite de Crédito), têm por objetivo avaliar e atribuir a exposição máxima esperada com clientes e contrapartes, produtos, volumes, prazos e de garantia exigidas.

Monitoramento de Concentração

O monitoramento de concentração tem por objetivo definir e monitorar a exposição máxima esperada por rating, classificação de risco, cliente, contraparte, segmento econômico, região geográfica e prazo.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Monitoramento de Indicadores de Inadimplência

O monitoramento de inadimplência tem por objetivo acompanhar e definir os níveis aceitáveis de provisionamento de perda frente aos prazos de atraso no recebimento de valores a receber de clientes e contrapartes. Destes indicadores destaca-se o índice 'Over 90', que demonstra, ao longo do tempo o comportamento da carteira, permitindo a identificação e implementações de ações corretivas.

f) Gerenciamento de Risco de Liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis adequados de liquidez;
- Avaliação da necessidade de manutenção de liquidez mínima para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de necessidade de liquidez, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métricas de Controle e Gestão

As análises do risco de liquidez são realizadas com base nas seguintes métricas:

Liquidez Efetiva na Data

A liquidez efetiva na data tem por objetivo apurar o saldo realizado e a projeção para D+1 e as movimentações já contratadas nos saldos dos ativos que compõem a liquidez efetiva, títulos públicos livres, compromissada Selic e disponível em ME.

Liquidez Target

A liquidez target tem por objetivo demonstrar o valor esperado a manutenção da continuidade dos negócios correntes, calculado em função do objetivo estratégico e do valor considerando margem de segurança em excesso à 'Liquidez Mínima'.

Liquidez Cenário Projetado e Cenário Estresse

A liquidez cenários projetado e estresse têm por objetivo demonstrar cenários prospectivos de liquidez, construídos a partir da 'Liquidez na Data', em consonância com a programação orçamentária e de negócio, considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Liquidez Mínima (Cenário Projetado e Cenário Estresse)

A liquidez mínima, nos cenários projetado e estresse, tem por objetivo demonstrar os montantes mínimos representativos de 'colchão' a ser mantido, calculado de forma prospectiva, em consonância com a programação orçamentária e de negócio considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Plano de Contingência de Liquidez

O plano de contingência de liquidez tem por objetivo estabelecer um conjunto de medidas, procedimentos e responsabilidades a serem adotados em situações de necessidade de liquidez, que alterem o perfil de prazo e volume de recebimentos de ativos e passivos.

g) Gerenciamento de Risco de Mercado

O gerenciamento de risco de mercado compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição às variações de mercado;
- Avaliação da necessidade de adequação das exposições, através de hedge, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Intenção de Negociação

O risco de mercado é apurado em conformidade com a estratégia de negócio e a intenção de negociação das operações, podendo ser:

A 'Carteira de Negociação' (trading) é composta por operações negociadas com a intenção de giro, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem de assimetrias de mercado. O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão DDR (Demonstrativo Diário de Riscos) BACEN, compatível com a abordagem VaR.

A 'Carteira Bancária' (banking) é composta pelas demais operações não classificadas na 'Carteira de Negociação' (trading). O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão IRRBB (Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária) BACEN, compatível com a abordagem movimentos adversos no resultado e no capital em decorrência de choque nas curvas de juros.

Métricas de Controle e Análises

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

Análise de Valor em Risco (Value at Risk – VaR)

O VaR tem por objetivo apurar a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança. Utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%, com apuração por mercado, vértices de vencimento e por fator de risco.

Análise de Resultado Gerencial à Mercado

A análise de resultado a mercado tem por objetivo apurar o resultado gerencial econômico a mercado (MtM), pelo apreamento dos ativos e passivos, segregando seu impacto conforme a natureza do resultado, se contábil e/ou gerencial.

Análise de Sensibilidade e de Estresse

A análise de sensibilidade tem por objetivo avaliar a variação do valor de mercado da carteira considerando o deslocamento de 1 ponto-base (DV01) nas curvas de juros ou conforme cenários pré-estabelecidos.

O quadro demonstra a análise da sensibilidade para as operações com instrumentos financeiros, em decorrência da possibilidade de variação cambial, juros ou quaisquer outros fatores. Para a apuração dos impactos às taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s, para a data base:

Fator de Risco	Exposição	Análise de Sensibilidade		
		31/12/2021		
		Cenários		
		Provável ⁽ⁱ⁾	Possível ⁽ⁱⁱ⁾	Remoto ⁽ⁱⁱⁱ⁾
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	(1.873.540)	11.340.118	22.680.236
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	(3.169.824)	1.485.525	2.971.051
Taxa TJLP (TJLP)	Variações na TJLP	(9.058)	(117.317)	(234.634)
Taxa Referencial (TR)	Variações na TR	446.692	3.424.328	6.848.657
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	22.770	164.836	329.673
Taxas de Cupom de Outras Moedas	Variação cupom cambial	(8)	3.361	6.722
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	Variação nas taxas OffShore	-	(322)	(644)
Cesta de Moedas	Variação na cotação da cesta de moedas	(135.347)	(227.796)	(455.592)
Total (soma não correlacionada)*		(5.662.259)	8.752.377	17.504.754
Total (soma correlacionada)**		(4.718.315)	16.072.734	32.145.468

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS			
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS			
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)			
Cenários			
Cenário I - Provável	Cenário composto pela soma dos preços ou taxas de mercado do dia 31 de dezembro de 2021 e suas respectivas volatilidades apuradas através do método de EWMA ($\lambda=94$).		
Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	11,80%	2,04%	12,04%
Índice de Preços (IPCA)	6,06%	3,55%	6,27%
Taxa TJLP (TJLP)	6,07%	0,72%	6,12%
Taxa Referencial (TR)	8,74%	0,76%	8,81%
Taxa de Cupom de Dólar	1,00%	2,50%	1,03%
Taxa de Cupom de Outras Moedas	0,23%	0,86%	0,23%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	0,22%	0,02%	0,22%
Cesta de Moedas	5,58	13,71%	6,34
Cenário II - Possível	Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:		
Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	11,80%	25%	14,74%
Índice de Preços (IPCA)	6,06%	25%	7,57%
Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	6,07%	25%	7,59%
Taxa Referencial (TR)	8,74%	25%	10,93%
Taxa de Cupom de Dólar	1,00%	25%	1,25%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	0,23%	25%	0,29%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	0,22%	25%	0,28%
Cesta de Moedas	5,58	25%	6,97
Cenário III - Remoto	Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:		
Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	11,80%	50%	17,69%
Índice de Preços (IPCA)	6,06%	50%	9,09%
Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	6,07%	50%	9,11%
Taxa Referencial (TR)	8,74%	50%	13,11%
Taxa de Cupom de Dólar	1,00%	50%	1,50%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	0,23%	50%	0,35%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	0,22%	50%	0,33%
Cesta de Moedas	5,58	50%	8,37
h) Gerenciamento de Outros Riscos Relevantes			
O gerenciamento dos demais riscos relevantes compreende um conjunto de atividades:			
• Processo contínuo de monitoramento de indicadores representativos dos eventos críticos;			
• Avaliação da necessidade de adequação e melhoria de processos, ferramentas e soluções, para fazer frente à programação de negócio e incorporar novas exigências regulatórias, tecnologias e práticas de mercado, inclusive garantindo a implementação do plano de continuidade de negócio, sob condições de estresse; e			
• Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.			
Política de Responsabilidade Sócio Ambiental (PRSA)			
A PRSA tem por objetivo estabelecer e apresentar a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental por meio de diretrizes que permeiam a estratégia da Instituição em relação ao tema socioambiental. Tal Política contém princípios que norteiam as ações de natureza socioambiental nos negócios e nas relações do Pine com as partes interessadas, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas da cadeia de valor e buscando o desenvolvimento sustentável.			
As partes interessadas são os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que podem ser impactadas pelas atividades da Instituição. O Pine faz consultas e diálogos estruturados com suas Partes Interessadas, a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão dos negócios e promover aprendizados contínuos para ambos os lados. A PRSA estimula a participação das Partes Interessadas em seu processo de elaboração.			
No processo de avaliação e concessão de crédito levamos em consideração a análise de riscos socioambientais do cliente, ou seja, se o Compliance encontrar alguma inconsistência referente ao tema socioambiental, o cliente poderá ter um impacto negativo no seu rating de crédito que será definido pela área de Análise de Crédito.			
Neste processo considera-se uma lista restritiva que identifica segmentos ou organizações para as quais o Pine tem restrições na concessão de crédito ou financiamento. Essa lista leva em consideração projetos e empresas que estejam envolvidos com práticas trabalhistas ilegais, que firam os Direitos Humanos ou, ainda, que produzam, comercializem ou utilizem produtos, substâncias ou atividades consideradas nocivas à sociedade e ao meio ambiente. Para evitar danos à sua reputação e não fomentar negócios que não estão em conformidade com os princípios e as políticas, o Pine realiza uma avaliação contínua dos clientes atuais e potenciais que atuam em setores críticos do ponto de vista socioambiental.			
Tecnologia da Informação			
O Banco Pine se caracteriza pelo mindset digital e investe estrategicamente em melhoria contínua do ambiente tecnológico, incorporando as tendências de novos produtos e linguagens e adotando melhores práticas de mercado, na automatização contínua dos processos críticos e na formulação de solução sistêmica para integração dos processos internos visando escalabilidade, sinergia e agilidade.			
Plano de Continuidade de Negócios			
O Pine adota políticas conservadoras de armazenamento e segurança de dados e soluções tecnológicas que permitem a manutenção dos sistemas e informações essenciais com redundância e replicação em tempo real, para mitigar os impactos causados e falhas operacionais de hardware e software, no seu próprio ambiente tecnológico e na infraestrutura e conectividade de mercado.			
A estrutura e capacidade de processamento computacional garantem a manutenção dos níveis de performance e segurança para o funcionamento adequado dos aplicativos e soluções sistêmicas para atendimento ao cliente, tratamento de informações cadastrais, negociação de operações, controle financeiro e contabilização, controle de riscos, e processamento de dados.			
Segurança de Informação			
O Pine adota procedimentos estritos para garantia da segurança de informação. Qualquer violação de segurança causada por acesso não autorizado às informações ou sistemas, que podem ter efeito adverso relevante sobre o negócio, estão cobertas pelo monitoramento contínuo, seja para garantia da integridade física dos dados, seja também para fins de atendimento às exigências da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados, de 2018).			
i) Índice de Basileia			
O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2021, foi de 11,11% (11,67% em 31 de dezembro de 2020), calculado a partir do 'Conglomerado Prudencial'. De acordo com a Resolução CMN nº 4.957/21, o limite de imobilização permitido é de 50,0%.			
j) Índice de Imobilização			
O índice de Imobilização em 31 de dezembro de 2021, foi de 19,12% (17,35% em 31 de dezembro de 2020). De acordo com a Resolução CMN nº 2.286/96, o limite de imobilização permitido é de 50,0%.			
k) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3			
O Pine, de acordo com a Circular Bacen nº 3.930/93, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico ri.pine.com.			

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



24. OPERAÇÕES ATIVAS VINCULADAS

O Pine realiza operações ativas vinculadas nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Em 31 de dezembro de 2021, os saldos das operações ativas vinculadas e das correspondentes captações de recursos, bem como respectivos resultados apurados no período estão demonstrados abaixo:

	Individual e Consolidado		
			31/12/2021
	Moeda	Longo Prazo	Resultado
Operações ativas vinculadas			
Operações de crédito	R\$	25.622	1.262
Obrigações por operações ativas vinculadas			
Depósitos a prazo	R\$	27.155	491

Em 31 de dezembro de 2021, não existiam operações ativas vinculadas inadimplentes, bem como questionamento judicial sobre as operações ativas ou sobre os recursos captados para a aplicação nessas operações.

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Seguros

O Pine adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes estabelecidos, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros em 31 de dezembro de 2021, é demonstrada conforme abaixo:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Directors and Officers Liability (D&O)	Responsabilidade Civil para Administradores	50.000
Prédios, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a instalações, máquinas e equipamentos	17.090
Seguro global de banco	Valores em espécie	150
Seguro garantia	Judicial para Execução Fiscal	324.977

b) Leasing operacional

O Pine possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento sob a modalidade leasing operacional. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial, em razão de as operações contratadas não preverem a opção de compra dos bens. O custo dos contratos de arrendamento são reconhecidos na demonstração de resultado, na rubrica "Despesas administrativas - arrendamento de bens", no montante de R\$1.171 (31 de dezembro de 2020 - R\$1.219).

c) Valor justo de instrumentos financeiros

Apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do período.

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos				
Aplicações Interfinanceiras de liquidez ⁽ⁱ⁾	93.012	93.012	75.342	75.342
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱⁱ⁾	9.204.499	8.639.337	7.504.578	7.514.922
Operações de crédito ⁽ⁱⁱⁱ⁾	3.498.530	3.445.713	3.020.674	2.958.600
Outros créditos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	582.791	601.854	667.410	675.038
Total de ativos financeiros	13.378.832	12.779.916	11.268.004	11.223.902
Passivos				
Depósitos à vista ^(iv)	128.697	128.697	168.487	168.487
Depósitos interfinanceiros ^(iv)	532.246	532.246	531.994	531.994
Depósitos a prazo ^(v)	5.850.077	6.440.986	5.507.151	6.573.523
Captação no mercado aberto ⁽ⁱⁱ⁾	4.485.015	4.485.015	2.010.735	2.010.735
Recursos de aceites e emissão de títulos ^(v)	560.968	589.150	535.950	535.175
Obrigação por empréstimos e repasses ^(v)	41.700	41.602	61.764	59.422
Dívida subordinada ^(v)	132.506	132.506	142.435	142.435
Total de passivos financeiros	11.731.209	12.350.202	8.958.516	10.021.771

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- i) O valor justo das aplicações interfinanceiras de liquidez se aproxima substancialmente do seu valor contábil.
- ii) O valor justo dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e captação no mercado aberto reflete o seu valor contábil.
- iii) Operações de crédito e outros créditos são mensurados líquidos da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.
- iv) O valor justo estimado dos depósitos à vista e interfinanceiros se aproxima substancialmente do seu valor contábil.
- v) O valor justo estimado dos depósitos a prazo e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares.

d) Segmentos operacionais

O Pine opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e Pine Securities, com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica. O Pine não identificou segmentos operacionais reportáveis.

e) Acordos para compensação e liquidação de obrigações

Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional - Foram firmados acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263 de 24/02/2005, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

f) Covenants

O Pine possui empréstimos de longo prazo, incluindo organismos multilaterais, classificados na rubrica 'Obrigações por empréstimos e repasses' que possuem cláusulas contratuais de cumprimento de obrigações (covenants) que exigem determinadas condições de performance, tais como índice de rentabilidade e de eficiência. Estamos em avançada negociação para obtenção da dispensa do cumprimento de tais cláusulas. Em 31 de dezembro de 2021, efetuamos a reclassificação de R\$27.183 para curto prazo (R\$36.395 em 31 de dezembro de 2020).

g) Divulgação de outros serviços prestados pelos auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS	
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)	

h) Resultado recorrente e não recorrente	
Segregação dos resultados recorrentes e não recorrentes, de acordo com a política elaborada pelo Pine e conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20:	

	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido (Prejuízo) do período	4.159	5.942	(63.624)
Eventos não recorrentes (líquido dos efeitos tributários)	-	-	1.922
Outras despesas administrativas ⁽¹⁾	-	-	1.922
Lucro líquido (Prejuízo) recorrente do período	4.159	5.942	(61.702)

(1) Sentenças judiciais sobre retomada de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda.

26. OUTROS ASSUNTOS

a) Impactos da pandemia do COVID-19

Devido a continuidade da pandemia causada pelo Coronavírus (Covid-19) desde 2020, além da epidemia de Influenza que atingiu o país em 2021, o Banco Pine segue monitorando os fatores que podem afetar suas operações e resultados. Assim como em 2020, o Banco Pine segue atuando tempestivamente em resposta ao dinamismo do cenário atual, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais autoridades. Com o avanço da vacinação no país foi possível realizar um plano de retomada gradual aos escritórios, por meio da implantação de um modelo híbrido de trabalho, reflexo dos investimentos em tecnologia, que permitiram as interações virtuais com mais agilidade. Esse modelo leva em consideração: (a) a limitação em 50% da capacidade da infraestrutura local do Pine, controlada por meio de um sistema de agendamento digital, (b) a definição de protocolo de acompanhamento junto aos profissionais da saúde para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do COVID-19 e/ou Influenza, e (c) estabelecimento de um processo de comunicação e transparência com os colaboradores por meio de e-mails, portal interno de colaboradores e vídeos periódicos feitos pelo RH comunicando novidades referentes à pandemia. Cabe destacar que apesar das medidas mencionadas, o Banco mantém suas atividades operacionais, com agilidade e flexibilidade nos canais de atendimento, assim como o monitoramento da qualidade de crédito e da situação financeira dos clientes.

O Pine continuou capturando oportunidades e avançando no planejamento estratégico, sempre pautado nos modelos de riscos que ajudaram a elevar as margens e controlar a qualidade dos ativos. O denotado reaquecimento da atividade econômica após o período mais crítico da pandemia resultou no crescimento da originação de crédito no ano de 2021. Além disso, a mudança na composição do mix de produtos em 2021 refletiu nos prazos de produção de crédito, aumentando os recebíveis de curto prazo pela companhia.

O Banco Pine continua com o monitoramento constante dos limites operacionais e de apetite a riscos, e para mais informações sobre os resultados do Banco, consulte o relatório gerencial do quarto trimestre disponível no site de Relações com Investidores <https://ri.pine.com>.

b) Operação de Swap

O Conselho de Administração do Pine, em reunião realizada no dia 21 de janeiro de 2021, aprovou a celebração de um ou mais contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros (*total return equity swap – “TRS”*) com liquidação financeira (“Operação”), tendo por referência ações de emissão da Companhia, com o objetivo de proteção de balanço (“hedge”). Os contratos poderão acarretar a exposição em até 5.000.000 (cinco milhões) de ações preferenciais de emissão da Companhia (PINE4), sendo respeitado o limite estabelecido no artigo 8º da Instrução CVM nº 567/15. A finalidade da Operação é neutralizar os eventuais efeitos da oscilação das cotações das ações PINE4, no contexto dos planos de remuneração variável que são pagos aos administradores da Companhia, nos termos da Resolução CMN nº 3.921, em Reais com cálculo baseado no valor de mercado das ações PINE4. Como se trata de uma operação TRS com liquidação exclusivamente financeira, a celebração dos contratos de swap não resultará na aquisição ou alienação de ações pela Companhia e não terá impacto sobre a composição do seu controle acionário ou da sua estrutura administrativa.

As contratações dos Swap foram concluídos em maio de 2021. Não foram identificados impactos significativos nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de 31 de dezembro de 2021.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de fevereiro de 2022, foi aprovado o Aumento do Capital social do Banco dentro do limite do capital autorizado nos termos do Estatuto Social da Companhia, no valor de, no mínimo, R\$42.871.037,66 (quarenta e dois milhões, oitocentos e setenta e um mil, trinta e sete reais e sessenta e seis centavos) e, no máximo, R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), mediante a emissão de, no mínimo, 26.794.399 (vinte e seis milhões, setecentos e noventa e quatro mil, trezentos e noventa e nove) ações, sendo 22.317.633 (vinte e dois milhões, trezentos e dezessete mil, seiscentos e trinta e três) ações ordinárias e 4.476.766 (quatro milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, setecentos e sessenta e seis) ações preferencias, e, no máximo, 43.750.000 (quarenta e três milhões e setecentos e cinquenta mil) novas ações, sendo 22.317.632 (vinte e dois milhões, trezentos e dezessete mil, seiscentos e trinta e dois) ações ordinárias e 21.432.367 (vinte e um milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, trezentos e sessenta e sete) ações preferenciais de emissão do Banco, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Como vantagem adicional aos subscritores de Ações no Aumento de Capital, será atribuído 1 (um) bônus de subscrição, em série única, para cada 3 (três) ações subscritas, sendo que cada bônus, se exercido, dará direito a 1(uma) ação ON e 2 (duas) ações PN. Os administradores do Banco entendem que o Aumento de Capital fortalecerá a estrutura de capital, e consequentemente a capacidade de o Banco crescer seu portfólio de crédito, aumentar sua base de clientes e seguir investindo em pessoas, processos e tecnologias, que lhe permitam perpetuar seu propósito, incrementar seus níveis de rentabilidade, e intensificar novos negócios. O valor base de emissão das ações objeto do aumento de capital foi fixado em R\$ 1,60 (um real e sessenta e cinco centavos) por ação, fixado sem diluição injustificada para os atuais acionistas do Banco, nos termos do inciso III do §1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, levando-se em consideração o preço das ações de emissão do Banco no fechamento do pregão da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) no dia 11 de fevereiro de 2022. Após este aumento, o capital social do Banco, atualmente no valor de R\$1.202.393.173,42 (um bilhão, duzentos e dois milhões, trezentos e noventa e três mil, cento e setenta e três reais e quarenta e dois centavos) passará a ser de, no mínimo, R\$1.245.264.211,08 (um bilhão, duzentos e quarenta e cinco milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, duzentos e onze reais e oito centavos) e de, no máximo, R\$1.272.393.173,42 (um bilhão, duzentos e setenta e dois milhões, trezentos e noventa e três mil, cento e setenta e três reais e quarenta e dois centavos). Mais informações sobre o referido aumento podem ser obtidas no Aviso aos Acionistas disponibilizado no site de Relações com Investidores do Banco Pine.

A DIRETORIA

CONTADORA
Renata Leme Borges dos Santos - CRC SP 241045/O-0

Notas Explicativas



BANCO
PINE

CNPJ 62.144.175/0001-20

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.

31 de dezembro de 2021

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Preparadas de Acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - IFRS



Notas Explicativas

Índice	Página
Relatório do Auditor Independente.....	1
Balanco Patrimonial.....	9
Demonstração do Resultado.....	10
Demonstração do Resultado Abrangente.....	11
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	12
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto).....	13
Notas Explicativas	
1. Contexto Operacional.....	14
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	14
3. Principais Práticas Contábeis.....	14
4. Segmentos Operacionais.....	23
5. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	23
6. Empréstimos e Adiantamentos a Instituições Financeiras.....	23
7. Instrumentos Financeiros de Dívida e de Capital.....	23
8. Instrumentos Financeiros Derivativos para Negociação (Ativo e Passivo) e Hedge.....	24
9. Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, Garantias Prestadas e Títulos com Risco de Crédito.....	26
10. Carteira de Ativos Financeiros por Estágio e Provisão para Perdas de Crédito Esperadas.....	28
11. Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda.....	28
12. Devedores Por depósito em Garantia.....	28
13. Outros Ativos.....	28
14. Imobilizado.....	29
15. Intangível.....	29
16. Depósitos de Instituições Financeiras.....	29
17. Depósitos de Clientes.....	29
18. Captações no Mercado Aberto.....	29
19. Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários.....	29
20. Obrigações por empréstimos e Repasses.....	30
21. Outras Originações.....	30
22. Dívida Subordinada.....	30
23. Outros Passivos Financeiros.....	30
24. Provisões.....	30
25. Obrigações Fiscais - Outras.....	31
26. Outros Passivos.....	31
27. Patrimônio Líquido.....	31
28. Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	32
29. Receitas com Juros e Similares.....	32
30. Despesas com Juros e Similares.....	32
31. Receitas de Tarifas e Comissões.....	32
32. Despesas de Tarifas e Comissões.....	32
33. Ganhos (Perdas) com Ativos e Passivos Financeiros (Líquidos) Avaliados ao Valor Justo.....	33
34. Variações Cambiais.....	33
35. Outras Receitas (Despesas) Operacionais.....	33
36. Despesas com Pessoal.....	33
37. Outras Despesas Administrativas.....	33
38. Provisões Líquidas.....	33
39. Resultado na Alienação de Bens.....	33
40. Imposto de Renda e Contribuição Social.....	34
41. Limites Operacionais.....	34
42. Garantias Prestadas.....	34
43. Transações com Partes Relacionadas.....	36
44. Outras Divulgações.....	36
45. Gerenciamentos de Riscos.....	37
46. Outros Assuntos.....	43
47. Eventos Subsequentes.....	43

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine S.A. ("Banco") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

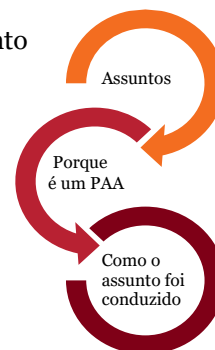
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração de títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado	
Conforme divulgado nas notas 3 (k) e 7, o Banco mantém investimentos em títulos de dívida de companhias de capital fechado classificados como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo. Esses investimentos em títulos de dívida não são negociados em mercado ativo. Dessa forma, no processo de mensuração do valor justo, a Administração aplicou seu julgamento em relação à definição do modelo aplicado e às premissas adotadas. Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, uma vez que o uso de diferentes modelos de mensuração ou de premissas poderiam produzir variações no valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas.	Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes sobre os controles relevantes identificados nesse processo, tais como os controles de validação da captura das premissas e da aplicação dessas no processo de mensuração do valor justo dos títulos de dívida. Analizamos a metodologia de mensuração do valor justo desses títulos de dívida e a razoabilidade das premissas adotadas pela Administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas em exercícios anteriores. Efetuamos, também, para amostras selecionadas, testes de recálculo do valor justo dos títulos de dívida, com base nas premissas adotadas pela Administração. Consideramos que os modelos e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.
Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em empréstimos e adiantamentos a clientes	
Conforme divulgado nas notas 3 (m) e 10, o Banco e suas controladas registram provisão para perdas de crédito esperadas para seus empréstimos e adiantamento a clientes considerando os requerimentos da norma contábil IFRS 9. A determinação da provisão para perdas de crédito esperadas em empréstimos e	Atualizamos nosso entendimento dos procedimentos adotados pela Administração para análise, avaliação e aplicação da IFRS 9, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria com o auxílio de nossos especialistas, relacionados a avaliação da aderência aos requisitos da referida norma quanto ao processo de determinação da provisão para perdas de crédito esperadas em

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

Porque é um PAA

adiantamentos a clientes, considerando os requerimentos da IFRS 9, é uma área que envolve um elevado nível de julgamento da Administração na classificação dos créditos nos estágios previstos no IFRS 9, bem como na determinação do montante de provisão necessária, mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam diversas premissas e que consideram fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência, a situação financeira da contraparte, garantias e políticas de renegociação.

Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

empréstimos e adiantamentos a clientes.

Em relação à metodologia e apuração da perda de crédito esperada, aplicamos procedimentos relacionados à (i) análise das políticas contábeis em comparação aos requerimentos do IFRS 9, (ii) entendimento e recálculo, em base amostral, da mensuração da provisão para perdas, que considera a base de dados, os modelos e premissas adotadas pela Administração, (iii) comparação de dados e premissas utilizados com dados de mercado, quando aplicável, (iv) testes sobre a classificação dos empréstimos e recebíveis nos estágios previstos pela IFRS 9, e (v) análise e consistência das divulgações realizadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e registro contábil da provisão para perdas de crédito esperadas em empréstimos e adiantamentos a clientes são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Valor recuperável do crédito tributário

Conforme divulgado nas notas 3 (j) e 40, o Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela Administração, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidos pela Administração, para projeção de lucros tributários futuros.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia alterar significativamente a

Nossos principais procedimentos consideraram a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela Administração.

Comparamos as premissas críticas utilizadas com as projeções orçamentárias elaboradas pela Administração e, quando aplicável, com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado.

Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
projeção de lucros tributários, e consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.	
Mensuração do valor recuperável de ativos não circulantes mantidos para venda	
Conforme divulgado nas notas 3 (o) e 11, o Banco possui ativos não circulantes mantidos para venda compostos principalmente por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo menos o custo de venda, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.	Nossos procedimentos consideraram, dentre outros, a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizada pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.
A administração considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, metodologia de cálculo e premissas estabelecidas pela administração.	Adicionalmente, efetuamos testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo desenvolvida pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.
Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois envolve a utilização de premissas e julgamentos por parte da administração na mensuração do valor recuperável desses imóveis e a sua relevância no contexto das demonstrações financeiras.	Consideramos que a metodologia e as premissas adotadas pela administração no registro do valor recuperável desses ativos são razoáveis em todos aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.
Contingências fiscais	
Conforme divulgado nas notas 3 (x) e 24 (b), o Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, inerentes às suas operações, os quais são avaliados de forma recorrente, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda.	Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e no entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos.
A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da Administração que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.	Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e confirmamos com os assessores jurídicos os dados dos principais processos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda.
As contingências fiscais podem ser encerradas	Consideramos que os critérios adotados pela

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

Porque é um PAA

após um longo espaço temporal e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também de aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, devido aos aspectos processuais e ao nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são apropriados.

Ambiente de tecnologia da informação

Devido à diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco em sua operação.

Nossos procedimentos consideraram os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas.

Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável.

Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e controles estabelecidos pela Administração apresentaram uma base razoável de eficácia para suportar os principais processos de negócios que geram informações críticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
 (Em milhares de Reais - R\$)


ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	5	222.710	155.095
Ativos financeiros avaliados ao valor justo		2.769.715	4.987.065
Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)		1.933.514	2.542.298
Instrumentos de dívida	7	273.584	262.359
Instrumentos de capital	7	401	441
Derivativos	8	1.659.529	2.279.498
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		836.201	2.444.767
Instrumentos de dívida	7	836.201	2.444.767
Ativos financeiros ao custo amortizado		10.128.393	6.351.768
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	6	93.012	75.342
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	4.342.045	3.968.507
(-) Provisão para perdas esperadas	10.b	(176.285)	(219.937)
Instrumentos de dívida	7.a	5.869.621	2.527.856
Outros ativos		1.115.310	1.145.521
Ativos não circulantes mantidos para venda	11	815.601	909.863
Outros		299.709	235.658
Devedores por depósitos em garantia	12	59.354	57.623
Imposto de renda a compensar		73.830	69.538
Outros ativos	13	166.525	108.497
Ativos Fiscais		784.136	775.796
Imposto de renda e contribuição social diferidos	40.e	784.136	775.796
Imobilizado	14	22.956	31.298
Imobilizado de uso		22.956	31.298
Intangível	15	2.150	2.537
Intangíveis		2.150	2.537
TOTAL DO ATIVO		15.045.370	13.449.080

PASSIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivos financeiros		14.169.415	12.516.635
Passivos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)		1.792.181	2.434.449
Instrumentos financeiros derivativos	8	1.792.181	2.434.449
Passivos financeiros ao custo amortizado		12.377.234	10.082.186
Depósitos de instituições financeiras	16	532.246	531.994
Depósitos de clientes	17	7.152.398	7.217.474
Captações no mercado aberto	18	4.485.016	2.010.735
Obrigações por títulos e valores mobiliários	19	6.435	59.711
Obrigações por empréstimos e repasses	20	40.662	59.639
Outras obrigações	21	-	22.758
Dívidas subordinadas	22	132.506	142.435
Outros passivos financeiros	23	27.971	37.440
Provisões	24	38.443	39.329
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões		38.074	38.960
Provisões para riscos fiscais		369	369
Obrigações Fiscais	25	13.711	1.777
Outras		13.711	1.777
Outros Passivos	26	20.547	67.670
TOTAL DO PASSIVO		14.242.116	12.625.411
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27	803.254	823.669
Capital social - País		1.073.526	1.073.526
Capital social - Exterior		128.867	128.867
Outros resultados abrangentes		(4.522)	14.299
Prejuízos acumulados		(394.617)	(393.023)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.045.370	13.449.080

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação)



	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receitas com juros e similares	29	1.525.289	1.209.672
Despesas com juros e similares	30	(874.248)	(495.578)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS		651.041	714.094
Receitas de tarifas e comissões	31	64.169	42.937
Despesas de tarifas e comissões	32	(8.362)	(6.860)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		(490.500)	(590.457)
Resultado de ativos financeiros mensurados ao VJR		10.338	(63.321)
Instrumentos de dívida	33.a	3.456	9.129
Instrumentos de capital	33.a	1.046	77
Derivativos	33.b	5.836	(72.527)
Variações cambiais	34	(500.838)	(527.136)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(32.355)	12.649
Empréstimos e adiantamentos a clientes		(17.159)	22.243
Instrumentos de dívida mensuradas ao valor justo através de outros resultados abrangentes e ao custo amortizado		(15.196)	(9.594)
Outras receitas (despesas) operacionais	35	22.304	(52.728)
RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL		206.297	119.635
Despesas administrativas		(209.071)	(204.174)
Despesas com pessoal	36	(99.853)	(96.491)
Despesas tributárias		(20.195)	(18.629)
Outras despesas administrativas	37	(89.023)	(89.054)
Depreciações e amortizações	14	(4.256)	(3.974)
Provisões (líquidas)	38	(6.254)	(6.519)
Resultado na alienação de bens	39	23.770	(46.740)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		10.486	(141.772)
Imposto de renda e contribuição social	40.a	(8.026)	70.764
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) CONSOLIDADO		2.460	(71.008)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) POR AÇÃO (em Reais)			
Lucro Líquido (Prejuízo) básico e diluído por ação (em Reais - R\$)			
Ações ordinárias		0,02	(0,48)
Ações preferenciais		0,02	(0,48)
Lucro Líquido (Prejuízo) atribuído/diluído (em Reais - R\$)			
Ações ordinárias		1.255	(36.222)
Ações preferenciais		1.205	(34.786)
Média ponderada das ações emitidas - básica			
Ações ordinárias		75.577.842	75.577.842
Ações preferenciais		72.579.922	72.579.922

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas
BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES CONSOLIDADA
 (Em milhares de Reais - R\$)


	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido (Prejuízo) consolidado		2.460	(71.008)
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado Consolidada			
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		(19.874)	13.620
Variação de valor justo		(36.126)	24.764
Efeito fiscal		16.252	(11.144)
Hedges fluxo de caixa		683	1.509
Variação de valor justo		1.241	2.744
Efeito fiscal		(558)	(1.235)
Outros		370	1.647
Lucro Líquido (Prejuízo) abrangente		(16.361)	(54.232)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA
 (Em milhares de Reais - R\$)


	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.202.393	(2.477)	(318.677)	881.239
Prejuízo consolidado do exercício	-	-	(71.008)	(71.008)
Outros resultados abrangentes	-	16.776	(3.338)	13.438
Ativos financeiros ao VJORA	-	24.764	-	24.764
Hedges fluxos de caixa	-	2.744	-	2.744
Imposto de renda diferido	-	(12.379)	-	(12.379)
Outros resultados abrangentes	-	1.647	(3.338)	(1.691)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.202.393	14.299	(393.023)	823.669
Lucro Líquido consolidado do exercício	-	-	2.460	2.460
Outros resultados abrangentes	-	(18.821)	(4.054)	(22.875)
Ativos financeiros ao VJORA	-	(36.126)	-	(36.126)
Hedges fluxos de caixa	-	1.241	-	1.241
Imposto de renda diferido	-	15.694	-	15.694
Outros resultados abrangentes	-	370	(4.054)	(3.684)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.202.393	(4.522)	(394.617)	803.254

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas
BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA
 (Em milhares de Reais - R\$)


	Nota	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido (Prejuízo) ajustado		23.749	(233.304)
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício		2.460	(71.008)
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(19.086)	(86.493)
Depreciação e Amortização		10.382	3.974
Impostos diferidos		(8.616)	(73.647)
Provisão para perdas de ativos financeiros		32.355	(12.649)
Provisões / Reversões para contingências (líquidas)		6.254	6.519
Variação de ativos e passivos operacionais		50.912	277.019
(Aumento) Redução de Ativos financeiros ao VJR e VJORA - Instrumentos de dívida e de capital		1.578.560	222.103
(Aumento) Redução de Derivativos (líquidos)		(22.299)	(115.412)
(Aumento) Redução de Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras		(3.120)	35.352
(Aumento) Redução de Empréstimos e adiantamentos a clientes		(417.190)	(611.351)
(Aumento) Redução de Ativos financeiros ao custo amortizado - Instrumentos de dívida		(3.374.120)	(2.515.207)
(Aumento) Redução de Ativos não circulantes mantidos para venda		94.262	112.924
(Aumento) Redução de Devedores por depósitos em garantia		(1.731)	2.384
(Aumento) Redução de Imposto de renda a compensar		(4.292)	4.274
(Aumento) Redução de Outros ativos		(58.028)	55.238
(Aumento) Redução de Imposto de renda e contribuição social diferidos		276	(7.981)
Aumento (Redução) de Depósitos de instituições financeiras		252	464.945
Aumento (Redução) de Depósitos de clientes		(65.076)	971.745
Aumento (Redução) de Captações no mercado aberto		2.474.281	1.665.341
Aumento (Redução) de Obrigações por títulos e valores mobiliários		(53.276)	48.859
Aumento (Redução) de Obrigações por empréstimos e repasses		(18.977)	(66.161)
Aumento (Redução) de Outros passivos financeiros		(9.469)	(14.143)
Aumento (Redução) de Provisões		(7.140)	(8.686)
Aumento (Redução) de Obrigações fiscais		11.934	(400)
Aumento (Redução) de Outras obrigações		(73.935)	33.195
Caixa líquido proveniente (aplicado em) de atividades operacionais		74.661	43.715
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso		(1.138)	3.627
(Aquisição) Alienação de intangível		(515)	55
Caixa líquido proveniente (aplicado em) atividades de investimento		(1.653)	3.682
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dívidas subordinadas		(9.929)	10.978
Caixa líquido (aplicado em) proveniente de atividades de financiamento		(9.929)	10.978
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		63.079	58.375
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	230.437	85.569
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		19.086	86.493
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	312.602	230.437

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)



1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. (“Pine”) é uma companhia aberta, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento e de câmbio.

As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Pine foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Consolidadas, e somente elas as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Informamos que foram aprovadas, em 23 de março de 2022, as Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS, de 31 de dezembro de 2020, pelo Conselho de Administração do Pine.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS incluem as normas contábeis emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)* e pelos respectivos órgãos antecessores, tendo sido atendidas todas as normas, cuja aplicação era mandatória sem exceções.

A Resolução nº 4.818/20, estabelece que a partir de 1º de janeiro de 2022, as instituições financeiras que divulgarem ou publicarem demonstrações financeiras consolidadas, devem adotar o padrão contábil internacional na elaboração dessas demonstrações.

b) Normas e interpretações que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2021.

Na data de preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, as seguintes normas que possuem data de adoção efetiva após 31 de dezembro de 2021 e ainda não foram adotadas pelo Banco Pine são:

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: A alteração tem como objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2023. O Banco Pine está avaliando os possíveis impactos quando da adoção da norma.

IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: A alteração tem como objetivo esclarecer como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente à transações futuras e outros eventos futuros, já as mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente à transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: A alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

IAS 37 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: Em maio de 2020, o IASB emitiu alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022. O Banco Pine está avaliando os possíveis impactos quando da adoção da norma.

IFRS 17 - Contratos de Seguros: Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS para contratos de seguros que visa substituir o IFRS 4. O IFRS 17 tem como data de implementação 1 de janeiro de 2021. Esta norma tem a objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. O Banco Pine está avaliando os possíveis impactos quando da adoção da norma.

Melhorias anuais: Em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:

- **IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros:** Simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
- **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:** esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros
- **IFRS 16 - Arrendamentos:** alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos exercícios apresentados nas Demonstrações Financeiras e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas controladas pelo Pine.

a) Base de consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Pine, que incluem sua Agência de Grand Cayman (Individual) e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Pine e Controladas (Consolidado), são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional do Pine, incluindo sua dependência no Exterior e, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo grupo.

Notas Explicativas

Destacamos abaixo as entidades incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas:

	Atividades	Participação no capital (%)	
		31/12/2021	31/12/2020
Dependências no exterior			
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	100,0000	100,0000
Subsidiárias			
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	Consultoria	99,9900	99,9900
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	DTVM	99,9998	99,9998
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	Consultoria	99,9998	99,9998
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	SPE	99,9999	99,9999
Pine Corretora de Seguros Ltda.	Corretora	99,9990	99,9990
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	SPE	99,9900	99,9900
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	SPE	99,9900	99,9900

Consolidação

O Pine consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

b) Base de avaliação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros e instrumentos financeiros reconhecidos e designados como objeto de *hedge* em transações qualificáveis de *hedge* de valor justo atribuível ao risco protegido.

c) Estimativas e julgamentos contábeis relevantes

A preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas em IFRS exige que à Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam à aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Mensuração das provisões para perdas esperadas

A mensuração da provisão para perda de crédito esperada requer o uso de modelos complexos e pressupostos significativos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. São necessários vários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para a mensuração das perdas esperadas, tais como:

- Determinação de critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha de modelos e pressupostos adequados para a mensuração das perdas esperadas;
- Estabelecimento de grupos de ativos financeiros similares para efeitos de mensuração das perdas esperadas.

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação entre partes não relacionadas. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado através de modelo interno com base nesse preço.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento.

(iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Pine terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser realizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em projeções de eventos e tendências de mercado.

(iv) Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

d) Regime de competência

A entidade prepara as suas Demonstrações Financeiras de acordo com o critério contábil da competência.

e) Gestão do capital

A gestão do capital é efetuada nos níveis regulatórios e econômicos e está baseada na análise dos índices de capital do Banco Central do Brasil.

f) Moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Cada empresa do Grupo determina sua própria moeda funcional conforme IAS 21 – “Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio”. Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras de cada entidade do Grupo são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua (moeda funcional).

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Pine, e inclusive da agência no exterior.

Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são aquelas originalmente denominadas ou com liquidação em moeda estrangeira. Tais transações são convertidas na moeda funcional usando as taxas de câmbio da data da transação ou da data da avaliação, na qual os itens são remensurados.

Os ganhos e perdas cambiais relacionados a caixa e equivalentes, empréstimos e adiantamentos, outros ativos, obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior, depósitos de clientes, obrigações por empréstimos e repasses, relações com correspondentes e dívidas subordinadas são apresentados na demonstração de resultado como receita (despesa) de juros.

Conversão de moeda funcional para moeda de apresentação para unidades no exterior

Notas Explicativas

Considerando que nenhuma das unidades do Grupo opera com moeda funcional de economia hiperinflacionária, os resultados e as posições financeiras das entidades do Grupo, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos da seguinte maneira:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço;
- Receitas e despesas são convertidas pelas taxas médias no período de apuração.

Na consolidação, diferenças cambiais decorrentes da conversão de investimento líquido em entidades no exterior são lançadas em “outros resultados abrangentes”.

Em caso de venda, total ou parcial, de negócio no exterior, as diferenças cambiais são reconhecidas no resultado como parte do ganho (perda) na venda.

g) Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado pelo método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e os recebimentos futuros durante a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro, considerando todos os termos contratuais, não incluindo perdas futuras em operações de crédito.

Os juros decorrentes da aplicação da taxa efetiva são contabilizados na rubrica "Receitas de juros e similares" na demonstração do resultado.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as taxas e comissões, os custos de transação, os descontos e os prêmios que são pagos ou recebidos e que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação incluem os custos incrementais que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração de resultados incluem:

- Juros de ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros;
- A parte efetiva de derivativos de *hedge* qualificados e designados em uma relação de *hedge* de fluxo de caixa, no mesmo período em que o item protegido é lançado em receitas/despesas de juros;
- Alterações no valor justo de derivativos qualificados (incluindo inefetividades do *hedge*) e dos respectivos itens protegidos, quando o risco de taxa de juros é o risco protegido.

Receitas e despesas de juros de todos os ativos e passivos financeiros para negociação são consideradas incidentes às operações de negociação do Pine e são apresentadas de forma agregada a todas as mudanças no valor justo dos ativos e passivos para negociação em “Resultado de ativos e passivos financeiros para negociação”.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Pine para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

i) Taxas e comissões

As receitas e as despesas de taxas e comissões que são parte integrante da taxa efetiva de juros de um ativo ou passivo financeiro são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros e são contabilizados na rubrica "Receitas de juros e similares" na demonstração do resultado.

As demais receitas de taxas e comissões são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados e são contabilizados na rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração do resultado.

Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

j) Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, usando taxas promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação a exercícios anteriores.

O imposto de renda diferido é incidente sobre as diferenças temporárias entre os saldos contábeis dos ativos e passivos e os saldos fiscais para fins de apuração tributária. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social devem ser reconhecidos somente se há expectativa de que serão realizados com a geração de lucros tributáveis estimados. Os créditos tributários são mensurados às taxas fiscais que são esperadas de serem aplicadas às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, com base em leis que estão promulgadas na data de balanço.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros sejam gerados para sua utilização, e devem ser revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos à medida que não seja mais provável que estes benefícios fiscais serão utilizados.

A despesa de imposto de renda compreende os impostos sobre a renda correntes e diferidos, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica "Imposto de renda e contribuição social", exceto nos casos em que se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

A alíquota da CSLL, para bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

k) Instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do Pine são efetuadas de acordo com a IFRS 9 e estão descritas a seguir:

(i) Reconhecimento inicial

Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, com exceção de operação de crédito e de depósitos de clientes, é reconhecido no balanço patrimonial quando o Pine se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao Pine. Enquanto as operações de crédito são reconhecidas quando o Pine transfere os recursos aos clientes.

Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais e do modelo de negócios utilizado pelo Pine no gerenciamento de seus instrumentos.

Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao seu valor justo e, exceto nos casos de ativos ou passivos financeiros registrados ao valor justo através do resultado, os custos atribuíveis à transação são adicionados a, ou subtraídos, desse valor.

(ii) Classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros

De acordo com os requerimentos do IFRS 9, a classificação de ativos financeiros é norteadada por dois grandes direcionadores: a) O modelo de negócios em que são gerenciados os ativos financeiros; b) A característica do fluxo de caixa dos ativos financeiros (Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros).

Notas Explicativas

(iii) Avaliação do modelo de negócio - Ativos Financeiros

O Pine classifica e mensura sua carteira de negociação e seus derivativos em VJR. O Pine pode designar instrumentos em VJR, de maneira irrevogável, se, ao fazer isso, eliminar e reduzir significativamente inconsistências de mensuração e reconhecimento.

Passivos financeiros, outros além dos relacionados a compromissos de empréstimos, são mensurados ao custo amortizado ou VJR quando são mantidos para negociação, se forem instrumentos derivativos ou a designação ao valor justo tiver sido aplicada.

(iv) Teste de SPPJ (“Somente Pagamento de Principal e Juros”) - Ativos Financeiros

Além da análise do modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, o Pine avalia os termos contratuais de tais ativos para verificar se os mesmos possuem fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros, atendendo ao teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

“Principal”, para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal).

Os elementos mais significativos dos juros num acordo de empréstimo básico são a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Para aplicar o teste de SPPJ, o Pine realiza julgamento e considera fatores relevantes, como, por exemplo, a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período pela qual a taxa de juros é definida.

Em contraste, termos contratuais que introduzem uma exposição relevante a riscos de volatilidade nos fluxos de caixa contratuais não são relacionados a um acordo de empréstimo básico, não resultado assim em fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros. Nesses casos, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de resultados, independente de qual modelo de negócios seja gerido.

(v) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro representem fluxos de caixa contratuais que resultem apenas em pagamentos de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de realização no vencimento; para os ativos financeiros, tal montante é ajustado por qualquer provisão para perda esperada de crédito.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera as perdas de crédito esperadas e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada (considera a perda de crédito esperada) ao custo amortizado do ativo financeiro. A receita de juros dos ativos financeiros mensurados a custo amortizado está incluída em 'Receitas com juros'.

Os passivos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados com tal no reconhecimento inicial.

(vi) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Itens ao valor justo através do resultado compreendem itens mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, de acordo com a IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo através do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, um ajuste de avaliação de crédito é incluído em sua marcação à mercado, de modo a refletir a qualidade de crédito da contraparte, representando assim as alterações no valor justo atribuível ao risco de crédito.

Quando um passivo financeiro é designado ao valor justo através do resultado, a variação no valor justo atribuível às mudanças na qualidade de crédito do Pine é apresentada em outros resultados abrangentes.

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao VJR e registrados como ativos financeiros quando seu valor justo é positivo e como passivos financeiros quando seu valor justo é negativo. Derivativos que possuem garantias e que são liquidados diariamente pelo valor líquido através de uma câmara de liquidação (por exemplo, operações de futuro) são registrados pelo valor pendente de liquidação de um dia para o outro.

(vii) Itens mantidos para negociação

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação, se:

- For adquirido para ser vendido ou recomprado no curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial, faz parte da carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam administrados em conjunto e para os quais há evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros no curto prazo.

(viii) Designação irrevogável de um instrumento financeiro como mensurado a valor justo através do resultado

No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro pode ser designado de modo irrevogável, como mensurado ao valor justo através do resultado, se tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (descasamento contábil) que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Pine não possuía ativos e passivos financeiros designados de forma irrevogável como mensurado ao valor justo por meio de resultado.

(ix) Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciem uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O Pine pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida pelo Pine em uma combinação de negócios.

Notas Explicativas

Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, a administração do Pine não optou por designar quaisquer instrumentos patrimoniais ao VJORA.

(x) Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios em que tais ativos estão sendo geridos e das características de fluxo de caixa do mesmo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas e que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e

- São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado das perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

A mensuração da redução ao valor recuperável é realizada com base no modelo de três estágios de perdas esperadas, conforme descrito na nota 3.m).

(xi) Técnicas de Avaliação x Hierarquia do valor justo e Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

- **Nível 1** - mensurações à valor justo obtidas a partir de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F) e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores também são classificados no nível 1 da hierarquia.

- **Nível 2** - mensurações obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Privados (com destaque na carteira de Debêntures) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

- **Nível 3** - mensurações são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Pine utiliza modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. No nível 3 são classificados, principalmente, ações cotadas em bolsa sem liquidez e títulos privados onde não possuem dados de mercado observáveis para determinar a melhor referência de valor justo. Não existem derivativos classificados no nível 3.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Pine para apurar seu valor justo:

	31/12/2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR) ⁽¹⁾	273.985	1.659.529	-	1.933.514
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	736.443	-	99.758	836.201
Passivos financeiros para negociação (derivativos)	-	1.792.181	-	1.792.181

	31/12/2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR) ⁽¹⁾	262.800	2.279.498	-	2.542.298
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	2.298.351	38.818	107.598	2.444.767
Passivos financeiros para negociação (derivativos)	-	2.434.449	-	2.434.449

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve transferência entre os níveis.

I) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

De acordo com o IFRS 7 e CPC 40 Instrumentos Financeiros – Divulgações, apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros e seu valor justo no final do exercício.

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	222.710	222.710	155.095	155.095
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	93.012	93.012	75.342	75.342
Empréstimos e adiantamentos a clientes ⁽ⁱⁱ⁾	4.311.154	4.342.045	3.986.191	3.968.507
Instrumentos de dívida ⁽ⁱⁱ⁾	5.869.621	5.869.621	2.527.856	2.527.856
Total dos ativos financeiros	4.626.876	4.657.767	4.216.628	4.198.944
Passivos financeiros				
Depósitos de instituições financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	532.246	532.246	531.994	531.994
Depósitos de clientes ^(iv)	6.411.045	7.152.398	5.988.650	7.217.474
Captações no mercado aberto ⁽ⁱⁱⁱ⁾	4.485.016	4.485.016	2.010.735	2.010.735
Obrigações por títulos e valores mobiliários ^(iv)	6.435	6.435	54.451	59.711
Obrigações por empréstimos e repasses ^(iv)	41.700	40.662	61.764	59.639
Outros passivos financeiros e Outras Obrigações ⁽ⁱⁱⁱ⁾	27.971	27.971	60.198	60.198
Dívidas subordinadas ^(iv)	132.506	132.506	142.435	142.435
Total dos passivos financeiros	11.636.919	12.377.234	8.850.227	10.082.186

Notas Explicativas

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

(i) O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, instrumentos de dívida, instrumentos de capital, instrumentos financeiros derivativos e empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras refletem seu valor contábil.

(ii) Empréstimos e adiantamentos a clientes e instrumentos de dívida são mensurados líquidos da provisão para *impairment*. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.

(iii) O valor justo estimado dos depósitos de instituições financeiras, captações no mercado aberto, obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros e outros passivos financeiros refletem seu valor contábil.

(iv) O valor justo estimado dos depósitos de clientes e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares. O valor justo dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, se aproxima substancialmente do seu valor contábil.

(v) Reclassificação de instrumentos financeiros

O Pine não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes. Passivos financeiros nunca são reclassificados.

O Pine não reclassificou seus ativos e passivos financeiros nos exercícios apresentados.

(vi) Desreconhecimento de ativos financeiros

- Renegociações

O Pine desreconhece um ativo financeiro, como, por exemplo, uma operação de crédito concedido a cliente, quando os termos e condições da operação forem renegociados em uma extensão que, substancialmente, torne uma nova operação, sendo a diferença reconhecida como no resultado do exercício como ganhos ou perdas de desreconhecimento.

A nova operação reconhecida é classificada no Estágio 1 para fins de mensuração de suas perdas esperadas, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito.

Se a renegociação não resulta em fluxos de caixa substancialmente diferentes, a modificação não ocasiona em um desreconhecimento da operação. Considerando a alteração nos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva original da operação, o Pine reconhece um ganho ou perda de modificação.

- Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o Pine transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, ou (ii) o Pine não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido. O desreconhecimento é feito pelo Grupo quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

m) Redução ao valor recuperável

(i) Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas:

O Pine registra provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para as garantias financeiras, que nesta seção serão todos considerados como “instrumentos financeiros sujeitos à perdas esperadas”.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses). A política do Pine para determinar se houve aumento significativo no risco de crédito encontra-se descrita na nota 45.h.

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na nota 45.h.

O Pine estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas Demonstrações Financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na nota 45.h.

Baseado no processo acima, o Pine distribui seus instrumentos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Pine reconhece uma provisão baseada em PE de 12 meses. No Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2: quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Pine registra uma provisão para PE Vida. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3: instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. O Banco registra uma provisão para PE Vida.

Cálculo das perdas esperadas

O Pine calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperada, descontada a valor presente. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default – PD*): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.

- Exposição no momento da inadimplência (Exposure at default - EAD): é uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos de principal e juros, utilização de limites e juros calculados sobre pagamentos não realizados.

Notas Explicativas

- Perda dada a inadimplência (*loss given default – LGD*): é uma estimativa de perda originada no caso da inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Os conceitos de PD, EAD e LGD, estão explicados mais detalhadamente na nota 45.f.

O período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro, a não ser que o Pine tenha o direito legal de liquidar antecipadamente.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

Estágio 1: O Pine calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada descontada a valor presente.

Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Pine reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs e LGDs são estimadas ao longo da vida do instrumento. A expectativa de insuficiência de caixa é descontada a valor presente.

Estágio 3: para operações consideradas com problemas de recuperação, o Pine reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizada para as operações do Estágio 2, no entanto a PD determinada em 100%.

Limites de crédito: ao estimar a PE Vida para limites de crédito não utilizados, o Pine estima a parcela do limite concedido que será utilizado ao longo de sua vida. A PE é então baseada no valor presente da insuficiência de fluxos de caixa se o limite for utilizado. A insuficiência de caixa esperada é descontada a valor presente.

(ii) Instrumentos de dívida mensurados ao VJORA

A PE de instrumentos de dívida mensurados ao VJORA não reduz o valor contábil desses ativos financeiros, que permanecem ao valor justo. Ao invés disso, o valor da PE é reconhecido em outros resultados abrangentes tendo como contrapartida o resultado. A perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é transferida para o resultado no momento do desconhecimento dos ativos.

(iii) Garantias financeiras prestadas (avais e fianças)

A insuficiência de caixa das garantias prestadas é a diferença entre (i) os desembolsos esperados para reembolsar o beneficiário da garantia, com o propósito de cobrir a sua perda de crédito incorrida (valor garantido) e (ii) qualquer valor que a entidade espera recuperar junto ao solicitante da garantia financeira, que normalmente é um de seus clientes (valor passível de recuperação).

(iv) Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o Banco utiliza uma série de informações macro econômicas prospectivas, como:

- IGPM;

- Produção Industrial (%).

O Pine realizou análises históricas e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O Pine considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

(v) Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (*low default portfolio – LDP*)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o Pine utiliza suas classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O Pine pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o Pine considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais e os títulos privados, classificados como *investment grade* pelas agências de rating na visão local.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, a IFRS 9 determina que não é necessário avaliar se houve ou não aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo que essas operações serão inicialmente alocadas no Estágio 1 (PE para 12 meses) e se, porventura, vierem a apresentar inadimplência, serão migradas automaticamente para o estágio 3, onde as perdas esperadas serão reconhecidas pela vida do contrato (PE Vida).

n) Derivativos mantidos para gerenciamento de riscos

Derivativos mantidos para gerenciamento de riscos incluem todos derivativos ativos e passivos que não são classificados como mantidos ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR).

O Pine designa certos derivativos mantidos para gerenciamento de riscos como instrumentos de *hedge* em relações de *hedge accounting*. Na designação inicial do *hedge*, o Pine documenta formalmente a relação de *hedge* entre os instrumentos de *hedge* e os itens objetos de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de risco e estratégias na contratação dos instrumentos de *hedge*, juntamente com a metodologia que será utilizada na mensuração da efetividade do *hedge*. O Pine avalia, no início e em bases periódicas, se os instrumentos de *hedge* são efetivos na compensação das variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens objetos de *hedge*, durante o período para o qual o *hedge* está designado, e se os resultados atuais de cada *hedge* estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade.

Toda parcela de inefetividade é reconhecida no resultado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais".

Hedge de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um *hedge* das variações nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido que poderá afetar o resultado, a proporção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. O valor reconhecido no patrimônio líquido é subtraído e transferido para o resultado no mesmo período do item objeto de *hedge*. Qualquer parcela inefetiva das variações do valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de *hedge* de fluxo de caixa, ou sua designação é revogada, a contabilização como *hedge* de fluxo de caixa é interrompida e o valor reconhecido no patrimônio líquido permanece registrado até que a transação prevista tenha impacto no resultado. Caso a transação prevista não seja mais provável de ocorrência, a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa é interrompida e o saldo registrado no patrimônio líquido é subtraído e transferido imediatamente para o resultado do exercício.

Notas Explicativas

o) Ativos não circulantes mantidos para venda

São considerados como tal os ativos não correntes cujo valor contábil será recuperado através de venda e não pelo seu uso contínuo.

Para que seja classificado como “mantido para a venda”, o ativo deve: estar disponível para a venda imediata; ter sua venda altamente provável, ou seja, deve haver um plano formal para sua alienação; estar em processo de identificação de um comprador e conclusão da venda; ser ativamente negociado em mercado de forma a permitir indicação de seu valor justo.

Imóveis e outros ativos não circulantes tomados ou recebidos como quitação total ou pagamento das obrigações dos devedores são considerados como ativos não correntes “mantidos para a venda” se atenderem as condições supracitadas.

São mensurados pelo menor montante entre seu valor justo menos custos de venda e o valor contábil na data em que foram classificados como “mantidos para a venda”. Estes bens não estão sujeitos à depreciação.

p) Ativos tangíveis

Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos tangíveis são avaliados pelo custo menos as depreciações acumuladas e perdas por *impairment*.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos tangíveis construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Softwares adquiridos integrados à funcionalidade de um ativo tangível são registrados como parte do ativo tangível.

Quando os principais componentes de um ativo tangível possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do ativo tangível.

(ii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada de cada parte de um ativo tangível.

As vidas úteis estimadas dos ativos tangíveis para os períodos atual e comparativo são:

Veículos: 5 anos
Sistemas de computação: 5 anos
Outros bens: 10 anos

IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substituiu a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) inicialmente, reconhecer o ativo de direito de uso e o passivo ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados no início do arrendamento. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019.

O Banco arrenda predominantemente ativos objetos dos contratos de arrendamento de negócios mobiliários e imobiliários referentes ao mecanismos de funcionamento de seu negócio.

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Banco.

O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data.

q) Ativos intangíveis

O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

(i) Licença de uso de sistemas - software

De acordo com o IFRS (IAS 38), os gastos com softwares adquiridos e desenvolvidos são classificados em três etapas distintas: 1. Etapa Preliminar do Projeto (despesa); 2. Etapa de Implantação do Projeto (capitalizar) e 3. Etapa Pós-implementação do Projeto (despesa).

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

(ii) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software* , a partir da data da sua disponibilidade para uso.

A vida útil estimada dos ativos intangíveis para os períodos atual e comparativo são:

Softwares: 5 anos
(iii) Outros intangíveis

Os demais ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos pelo Pine são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por *impairment* .

As amortizações são reconhecidas no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada dos ativos.

r) Outros ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e o valor de quaisquer outros valores e bens não considerados como ativo financeiro.

s) Outros passivos

Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida de adiantamentos e o valor de quaisquer outras obrigações não consideradas como passivo financeiro.

t) Impairment de ativos não-financeiros

De acordo com o IFRS (IAS 36), o *impairment* de ativos não financeiros tem como base o valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa que é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Em linhas gerais, o teste de *impairment* para o IFRS é efetuado com base no *recoverable amount* , que é o maior valor entre o valor justo (-) o custo para vender ou o valor em uso que representa o fluxo de caixa esperado pelo uso contínuo do ativo descontado ao valor presente.

Notas Explicativas

u) Depósitos, títulos emitidos, dívidas subordinadas, empréstimos e repasses e captações no mercado aberto

Os depósitos, os títulos emitidos, as dívidas subordinadas e os empréstimos e repasses são as fontes do Pine para financiamento de suas operações.

Os depósitos, os títulos emitidos, as dívidas subordinadas e os empréstimos e repasses são inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que o Pine designou os passivos a valor justo contra resultado.

Quando o Pine vende um ativo financeiro e simultaneamente assina um contrato de recompra do ativo (ou um ativo similar) a um preço fixo ou em uma data futura (“venda com compromisso de recompra” ou “empréstimo de títulos”), o contrato é contabilizado como captações no mercado aberto e o ativo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstrações financeiras do Pine.

v) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, o Pine tem uma obrigação presente, que pode ser estimada de modo confiável, e seja provável uma saída de benefícios econômicos para sua liquidação.

x) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com o IAS 37, da seguinte forma:

· Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

· Provisões: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas, quando é provável uma saída de recurso para liquidar tais perdas. A determinação da provisão necessária para esses processos é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas os processos para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação;

· Passivo contingente: é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Pine ou uma obrigação presente não reconhecida porque não é provável uma saída de recurso. Tais contingências, quando avaliadas como possível pelos assessores jurídicos, são divulgadas;

· Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

w) Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade etc. O Pine emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal dos seus negócios bancários.

De acordo com os requerimentos do IFRS 15, são registrados inicialmente ao valor justo ativos ou passivos de contrato de garantias financeiras, o quais representam geralmente o valor da comissão recebida ou a receber. Subsequentemente, os ativos e passivos de garantias financeiras são mensurados ao maior valor entre o valor justo inicialmente reconhecido (menos a apropriação do valor da comissão no resultado) e a melhor estimativa de gasto exigido para liquidar as obrigações. O Pine reconhece o valor presente de taxas, comissões e juros a receber das garantias financeiras prestadas na rubrica "Outros Passivos Financeiros".

x) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Pine no final do período, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

y) Capital acionário e reservas

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são deduzidos da mensuração inicial dos respectivos instrumentos de capital emitidos.

(i) Ações em tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no patrimônio líquido em ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada em conta específica do patrimônio líquido. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra conta de reservas no patrimônio líquido, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

(ii) Lucro ou prejuízo por ação

O Pine apresenta informações sobre o lucro ou prejuízo por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais segregadas por classe. O lucro ou prejuízo por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais do Pine pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O lucro ou prejuízo por ação diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação para os efeitos de todas as ações ordinárias e preferenciais com potencial diluição.

O Pine não possui instrumentos com potencial de diluição em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(iii) Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa.

Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.

Atividades de investimento: a aquisição e a venda de realizável a longo prazo e ativos tangíveis.

Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

Notas Explicativas

4. SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).

- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.

- Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Pine opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman, com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica.

O Pine não identificou segmentos operacionais reportáveis.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades (Caixa)	222.710	155.095
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras (Nota 6) ⁽¹⁾	89.892	75.342
Total	312.602	230.437

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

6. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2021	31/12/2020
Classificação IFRS 9		
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	93.012	75.342
Total	93.012	75.342
Tipo:		
Aplicações em operações compromissadas	13.499	64.000
Aplicações em depósitos interfinanceiros	79.513	11.342
Total	93.012	75.342

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE DÍVIDA E DE CAPITAL

a) Composição

Os instrumentos de dívida e de capital, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão compostos como segue:

Classificação	31/12/2021			31/12/2020		
	Valor Justo	Valor de Curva	Ajuste de MTM	Valor Justo	Valor de Curva	Ajuste de MTM
Instrumentos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)						
Instrumentos de dívida	273.584	273.879	(295)	262.359	264.398	2.039
Instrumentos de capital	401	401	-	441	441	-
Total	273.985	274.280	295	262.800	264.839	2.039
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados Abrangentes (VJORA)						
Instrumentos de dívida	836.201	840.142	(3.941)	2.444.767	2.416.173	(28.594)
Total	836.201	840.142	3.941	2.444.767	2.416.173	(28.594)
Instrumentos financeiros ao custo amortizado						
Instrumento de dívida	5.869.621	5.872.038	(2.417)	2.527.856	2.527.856	-
Total	5.869.621	5.872.038	2.417	2.527.856	2.527.856	-
Total Geral	6.979.807	6.986.460	6.653	5.235.423	5.208.868	(26.555)

b) Composição por classificação, tipo de papel e prazo de vencimento

A composição, por classificação, tipo de papel e prazo de vencimento dos saldos da rubrica Instrumentos de Dívida e de Capital é a seguinte:

Papel/Vencimento	31/12/2021						
	Valor de Mercado/Contábil						Total
	Sem vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Valor de Curva
Instrumentos fin. ao valor justo através do resultado							
Ações	401	-	-	-	-	-	401
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	264.920	-	-	264.920
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	4	8.352	-	16	292	8.664
Total	401	4	8.352	264.920	16	292	273.985
Instr. fin. ao valor justo através de outros res. abrangentes							
Debêntures	-	7.952	32.068	69.094	-	22.711	131.825
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	374.794	189.792	-	-	564.586
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	53.236	-	-	-	53.236
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	19.992	-	-	19.992
Notas no Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	56.324	10.238	-	66.562
Total	-	7.952	460.098	335.202	10.238	22.711	836.201
Instrumentos fin. ao custo amortizado							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	561.227	-	-	561.227
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	247.990	418.020	-	-	-	666.010
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	575.828	762.127	288.141	-	1.626.096
Notas no Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	266.195	2.750.093	-	3.016.288
Total	-	247.990	993.848	1.589.549	3.038.234	-	5.869.621
Total Geral	401	255.946	1.462.298	2.189.671	3.048.488	23.003	6.979.807

Notas Explicativas

Papel/Vencimento	31/12/2020						
	Valor de Mercado/Contábil						Total
	Sem vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Valor de Curva
Instrumentos fin. ao valor justo através do resultado							
Ações	441	-	-	-	-	-	441
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	44.713	207.699	-	252.412
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	4	8.539	355	-	8.898
Notas no Tesouro Nacional - NTN-F	-	1.049	-	-	-	-	1.049
Total	441	1.049	4	53.252	208.054	-	262.800
Instr. fin. ao valor justo através de outros res. abrangentes							
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	1.737	-	1.737
Debêntures	-	16.347	37.081	-	91.251	-	144.679
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	358.428	716.441	-	-	1.074.869
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	282.631	-	-	-	282.631
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	-	285.619	-	285.619
Notas no Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	-	655.232	-	655.232
Total	-	16.347	678.140	716.441	1.033.839	-	2.444.767
Instrumentos fin. ao custo amortizado							
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	282.269	-	-	-	282.269
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	380.218	154.404	-	534.622
Notas no Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	273.652	1.437.313	-	1.710.965
Total	-	-	282.269	653.870	1.591.717	-	2.527.856
Total Geral	441	17.396	960.413	1.423.563	2.833.610	-	5.235.423

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS PARA NEGOCIAÇÃO (ATIVO E PASSIVO) e HEDGE

a) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado dos seus balanços, resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Desta forma, o Pine oferece alternativas aos seus clientes de mitigação de riscos de mercado, através de instrumentos adequados, bem como para atender às suas próprias necessidades no gerenciamento destes riscos.

b) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Liquidez e Cenários de Estresse. Com base nessas informações, a tesouraria providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política de riscos de mercado e liquidez previamente definidas pela Administração. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de estresse.

O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pelo Pine com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swaps com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres. Importante destacar que no exterior existem operações de balcão, mas seus riscos são considerados baixos em relação ao total do Pine.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Pine vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

c) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Pine utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, Intercontinental Exchange - ICE e Bloomberg. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

d) Posição dos instrumentos financeiros derivativos de negociação

Instrumentos financeiros derivativos	31/12/2021			31/12/2020		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
ATIVO						
Swap - diferencial a receber	2.312	1.491.882	1.494.194	4.234	2.100.326	2.104.560
Contratos a termo - a receber	64.471	21.989	86.460	146.409	7.031	153.440
Prêmios de opções a exercer	78.875	-	78.875	21.079	419	21.498
Total a receber	145.658	1.513.871	1.659.529	171.722	2.107.776	2.279.498
PASSIVO						
Swap - diferencial a receber	(22.647)	(1.743.479)	(1.766.126)	(1.029)	(2.407.429)	(2.408.458)
Contratos a termo - a pagar	(22.115)	(3.940)	(26.055)	(23.100)	(367)	(23.467)
Prêmios de opções lançadas	-	-	-	(2.156)	(368)	(2.524)
Total a pagar	(44.762)	(1.747.419)	(1.792.181)	(26.285)	(2.408.164)	(2.434.449)
Valor líquido	100.896	(233.548)	(132.652)	145.437	(300.388)	(154.951)

Notas Explicativas

e) Valores de referência (*notional*) e valores justos de derivativos de negociação e hedge

	31/12/2021				31/12/2020			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado
Swap								
Risco de mercado								
Posição ativa:	4.307.837	1.478.881	-		4.442.326	2.104.560	-	
Juros	4.257.907	1.421.290	-		4.359.018	2.028.160	-	
Moeda	49.930	57.591	-		83.308	76.400	-	
Posição passiva:	4.307.837	-	(1.763.191)		4.442.326	-	(2.408.458)	
Juros	4.231.425	-	(1.741.701)		4.340.843	-	(2.390.602)	
Moeda	76.412	-	(21.490)		101.483	-	(17.856)	
Valor líquido		1.478.881	(1.763.191)	57.640		2.104.560	(2.408.458)	(27.293)
Hedge Accounting								
Fluxo de Caixa								
Posição ativa:	11.778	15.313	-		17.666	-	-	
Moeda	11.778	15.313	-		17.666	-	-	
Valor líquido		15.313	-	1.686		-	-	7.314
Risco de mercado								
Posição passiva:								
Juros	227.285	-	(2.935)		-	-	-	
Moeda	227.285	-	-		-	-	-	
Valor líquido	-	-	(2.935)	(1.663)	-	-	-	
Valor líquido de Swap		1.494.194	(1.766.126)	57.663		2.104.560	(2.408.458)	(19.979)
Contratos a termo								
Posição ativa:	2.357.846	86.460	-		2.073.155	153.440	-	
Juros	1.231.932	19.773	-		823.971	37.096	-	
Moeda	1.017.088	57.000	-		1.184.696	108.161	-	
Commodities	108.826	9.687	-		64.488	8.183	-	
Posição passiva:	2.357.846	-	(26.055)		2.073.155	-	(23.467)	
Juros	1.125.913	-	(8.576)		1.249.184	-	(19.427)	
Moeda	928.950	-	(6.969)		780.724	-	(4.040)	
Commodities	302.983	-	(10.510)		43.247	-	-	
Valor líquido		86.460	(26.055)	44.737		153.440	(23.467)	512.376
Opções								
Prêmios de opções a exercer:	242.956	78.875	-		-	21.498	-	
Juros	74.919	-	-		-	-	-	
Moeda	168.037	78.875	-		-	21.498	-	
Prêmios de opções lançadas:	-	-	-		55.000	-	(2.524)	
Juros	-	-	-		-	-	(2.524)	
Moeda	-	-	-		55.000	-	-	
Valor líquido		78.875	-	91.782		21.498	(2.524)	19.854
Total a receber (pagar) e ganho (perda)		1.659.529	(1.792.181)	194.182		2.279.498	(2.434.449)	512.251

f) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	31/12/2021				31/12/2020			
	Valor de Referência		Ajuste diário a receber (pagar)	Resultado	Valor de Referência		Ajuste diário a receber (pagar)	Resultado
	Compra	Venda			Compra	Venda		
Mercado interfinanceiro ⁽¹⁾	2.363.828	76.883	1.340		871.040	2.027.325	994	
Moeda	197.490	1.120.576	20.476		-	1.669.983	4.341	
Cupom cambial futuro	476.326	495.256	394		592.371	557.519	(14)	
Índice Bovespa (Ibovespa)	277.319	318.032	98		45.865	146.507	-	
Total	3.314.963	2.010.747	22.308	(188.346)	1.509.276	4.401.334	5.321	(584.778)

(1) Em 31 de dezembro de 2021, contém, inclusive, Instrumento de Hedge com Futuros - DI.

g) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

Valor de referência - Compensação	31/12/2021						31/12/2020
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Total
Swap	32.750	63.392	229.006	4.202.855	18.897	4.546.900	4.459.992
Contratos a termo	1.490.074	498.061	369.711	-	-	2.357.846	2.073.155
Opções	234.993	7.963	-	-	-	242.956	55.000
Futuros	3.270.357	385.159	1.195.758	440.946	33.490	5.325.710	5.910.610
Total	5.028.174	954.575	1.794.475	4.643.801	52.387	12.473.412	12.498.757

h) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as operações de swap, contratos a termo e opções, cujos valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas como segue:

Custodiante	31/12/2021				31/12/2020			
	Swaps	Contratos a termo	Opções	Futuros	Swaps	Contratos a termo	Opções	Futuros
Bolsa	-	-	-	5.325.710	-	-	55.000	5.910.610
B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão	-	-	-	4.712.840	-	-	55.000	5.691.377
Bolsas no exterior	-	-	-	612.870	-	-	-	219.233
Balcão	4.546.900	2.357.846	242.956	-	4.459.992	2.073.155	-	-
Instituições Financeiras	3.043.478	-	-	-	75.188	-	-	-
Empresas	1.503.422	2.357.846	242.956	-	4.384.804	2.073.155	-	-
Total	4.546.900	2.357.846	242.956	5.325.710	4.459.992	2.073.155	55.000	5.910.610

Notas Explicativas

i) Hedge Accounting

Hedge Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido pela IAS 39, já que o Pine optou por manter a sua estrutura de hedge seguindo os requisitos dessa norma, conforme permitido pelo IFRS 9.

O objetivo do relacionamento deste hedge é anular as exposições da captação em moeda estrangeira e em taxas de juros (Libor), e transformá-la em moeda nacional com taxa de juros pré fixada, protegendo os fluxos de caixa de pagamento de juros da dívida (USD) e tornando o fluxo de caixa constante.

Em 31 de dezembro de 2021, foi lançado ao patrimônio líquido no valor positivo de R\$841 (R\$400 em 31 de dezembro de 2020), decorrentes de marcação a mercado de instrumentos de hedge (swaps) em operações de hedge accounting de fluxo de caixa e no valor negativo de R\$844 (R\$396 em 31 de dezembro de 2020), decorrentes de marcação a mercado do objeto do hedge. Não houve parcela inefetiva em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

	31/12/2021				31/12/2020			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de Hedge								
Contratos de swap (ponta ativa)	11.778	26.329	27.170	841	17.666	36.778	36.378	(400)
Total	11.778	26.329	27.170	841	17.666	36.778	36.378	(400)
Objeto de Hedge								
Repasses do exterior	11.778	26.339	27.183	(844)	17.666	36.791	36.395	396
Total	11.778	26.339	27.183	(844)	17.666	36.791	36.395	396

Hedge de Riscos de Mercado

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido pela IAS 39, já que o Pine optou por manter a sua estrutura de hedge seguindo os requisitos dessa norma, conforme permitido pelo IFRS 9.

O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições das captações pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pós-fixada, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.

No exercício de 2021, o Pine contratou estrutura de hedge accounting de risco de mercado.

	31/12/2021			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de Hedge				
Contratos de swap (ponta ativa)	227.285	231.558	216.318	(15.240)
Total	227.285	231.558	216.318	(15.240)
Objeto de Hedge				
Captações	227.285	231.558	210.867	(20.691)
Total	227.285	231.558	210.867	(20.691)
Instrumento de Hedge				
Futuros (DI)	496.203	527.716	495.716	(32.000)
Total	496.203	527.716	495.716	(32.000)
Objeto de Hedge				
Captações	496.203	527.716	485.417	(42.299)
Total	496.203	527.716	485.417	(42.299)

j) Instrumentos Financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis

	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos	Montante relacionado no passivo financeiro	31/12/2021
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.483	647	836

	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos	Montante relacionado no passivo financeiro	31/12/2020
Instrumentos Financeiros Derivativos	13.765	3.769	9.995

Os Instrumentos Financeiros Derivativos não compensados no Balanço Patrimonial referem-se a operações nas quais existem acordos de compensação, mas que não atendem aos critérios de compensação do IAS 32, pois não tem a intenção de liquidá-los em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

9. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

a) Composição

	Valor Contábil	
	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e adiantamentos a clientes - Custo Amortizado		
Empréstimos e recebíveis	4.144.815	3.744.337
(-) Provisão para perdas por não recuperação (impairment)	(175.396)	(218.974)
Total	3.969.419	3.525.363
Títulos com risco de crédito		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	131.826	146.416
Ativos financeiros ao custo amortizado	201.486	220.269
Total	333.312	366.685
Garantias prestadas e responsabilidades		
(-) Provisão para perdas por não recuperação (impairment)	361.387	449.134
	(655)	(615)
Limites de crédito a liberar	197.710	141.450
(-) Provisão para perdas por não recuperação (impairment)	(234)	(348)
Total carteira expandida	5.037.224	4.701.606
Total (-) Provisão para perdas por não recuperação (impairment) - Custo Amortizado	(176.285)	(219.937)
Total carteira expandida, líquida de impairment	4.860.939	4.481.669

Notas Explicativas

b) Tipo de crédito

	31/12/2021	31/12/2020
Capital de giro	2.350.265	2.140.413
Resolução nº 3.844 (antiga Resolução nº 2.770)	11.473	38.800
Conta corrente garantida	233.465	120.592
Repasses do BNDES/Finame	14.420	23.024
Títulos descontados	14.729	10.742
Financiamento em moeda estrangeira	524.372	413.920
Financiamentos a exportação	526.822	509.216
Devedores por compra de valores e bens ⁽¹⁾	201.486	220.269
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber	318.374	367.106
Avais e Fianças Honradas	81.994	87.663
Valores a Receber	68.901	32.861
Total	4.346.301	3.964.606
Créditos abertos para importação	2.437	29.892
Garantias prestadas	358.950	419.242
Garantias prestadas e responsabilidades	361.387	449.134
Instrumentos de dívida privados ⁽²⁾	131.826	146.416
Títulos com risco de crédito	131.826	146.416
Limites de Crédito a Liberar	197.710	141.450
Total carteira expandida	5.037.224	4.701.606

(1) Valores a receber pela venda de ativos não circulantes mantidos para venda (nota 11).

(2) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é representado por debêntures (nota 7b).

O valor justo dos ativos financeiros é calculado mediante o desconto dos fluxos de caixa nas condições contratuais pelas taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares.

c) Por ramo de atividade

	31/12/2021	31/12/2020
Administração pública	245.848	180.263
Agropecuário	553.350	581.824
Alimentos e bebidas	252.102	271.725
Comércio	534.628	590.056
Construção e imobiliário	630.542	563.730
Financeiro	29.686	40.766
Papel e celulose	37.544	102.737
Químico e petroquímico	290.953	188.227
Educação, saúde e outros serviços sociais	144.784	50.775
Siderurgia e metalurgia	69.436	45.255
Telecomunicações	144.714	114.710
Transportes	312.943	216.885
Açúcar e álcool	384.484	366.835
Indústria	149.100	151.241
Serviços	177.611	176.586
Outros	1.079.499	1.059.991
Total de carteira expandida	5.037.224	4.701.606

d) Por nível de concentração

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maior devedor	98.673	1,96	100.341	2,13
2º ao 10º	652.574	12,96	708.823	15,08
11º ao 20º	510.485	10,13	482.480	10,26
21º ao 50º	856.464	17,00	839.943	17,87
51º ao 100º	716.873	14,23	716.434	15,24
Demais devedores	2.202.155	43,72	1.853.585	39,42
Total carteira expandida	5.037.224	100,00	4.701.606	100,00

e) Recuperação de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$16.565 (R\$3.218 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

f) Renegociação de contratos

Em 31 de dezembro de 2021 existiam contratos renegociados no valor de R\$457.945 (R\$488.905 em 31 de dezembro de 2020). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações anteriormente às renegociações.

g) Cessões de Crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Pine no valor de R\$58 (R\$82.334 em 31 de dezembro de 2020). Essas cessões resultaram em prejuízo líquido em relação ao valor de face no valor de R\$216 (R\$36.031 em 31 de dezembro de 2020), não descontado a provisão no valor de R\$82 (R\$39.899 em 31 de dezembro de 2020). Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica "Outras Despesas Operacionais". Adicionalmente, foram cedidos contratos anteriormente baixados como prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$33.090, essas cessões geraram um ganho no valor de R\$9.850 registrados na rubrica "Empréstimos e Adiantamentos a Clientes".

Notas Explicativas

10. CARTEIRA DE ATIVOS FINANCEIROS POR ESTÁGIO E PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITO ESPERADAS

a) Composição dos ativos financeiros ao custo amortizado e VJORA por estágio

As tabelas a seguir representam a composição dos ativos financeiros, segregados pelos estágios de risco de crédito da IFRS 9:

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros ao custo amortizado	3.898.065	3.449.271	263.169	318.954	273.823	275.624
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	93.012	75.342	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.805.053	3.373.929	263.169	318.954	273.823	275.624
Ativos fin. ao valor justo por meio de outros res. abrangentes (VJORA)	736.443	2.379.208	-	-	99.758	65.559
Instrumentos de dívida	736.443	2.379.208	-	-	99.758	65.559
Garantias prestadas e responsabilidades	334.329	425.029	2.347	-	24.711	24.105
Limites de crédito a liberar	194.814	140.404	2.696	1.046	200	-
Total	5.163.651	6.393.912	268.212	320.000	398.492	365.288

As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica de "Provisão para perdas de crédito esperadas". As tabelas a seguir representam a segregação das perdas esperadas por estágios e produtos, bem como a movimentação da provisão no exercício.

b) Composição do saldo das provisões para perdas de crédito esperadas por classificação de ativo financeiro

Estágios 1-2-3	31/12/2021				31/12/2020			
	1°	2°	3°	Total	1°	2°	3°	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado								
Empréstimos e adiantamentos a clientes e recebíveis	5.852	8.959	158.080	172.891	22.206	21.770	174.998	218.974
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	2.507	-	-	2.507	-	-	-	-
Garantias prestadas e responsabilidades	15	-	639	654	58	-	557	615
Limites de crédito a liberar	176	57	-	233	313	35	-	348
Total Geral	8.550	9.016	158.719	176.285	22.577	21.805	175.555	219.937

c) Movimentação dos saldos das provisões para perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Estágios 1-2-3	31/12/2021			
	1°	2°	3°	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2021	22.577	21.805	175.555	219.937
Movimentos				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(396)	1.130	-	734
Estágio 1 para o Estágio 3	(56)	-	3.474	3.418
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(133)	2.543	2.410
Estágio 2 para o Estágio 1	-	(407)	-	(407)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	7.116	2.987	76.791	86.894
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs ⁽¹⁾	(7.553)	(14.371)	(1.905)	(23.829)
Estorno de provisão de contratos liquidados e desreconhecimento de ativos financeiros	(13.138)	(1.995)	(97.739)	(112.872)
Total dos movimentos	(14.027)	(12.789)	(16.836)	(43.652)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.550	9.016	158.719	176.285

(1) Refere-se à ativos financeiros que não sofreram migração de estágio no exercício e que sofreram alteração do EAD e/ou PD e/ou LGD no exercício.

Estágios 1-2-3	31/12/2020			
	1°	2°	3°	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2020	15.634	53.242	290.000	358.876
Movimentos				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 3	-	-	612	612
Estágio 2 para o Estágio 1	3.323	(21.143)	-	(17.820)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	19.149	43.227	169.822	232.198
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs ⁽¹⁾	(771)	(44)	(284)	(1.099)
Estorno de provisão de contratos liquidados e desreconhecimento de ativos financeiros	(14.758)	(53.477)	(284.595)	(352.830)
Total dos movimentos	6.943	(31.437)	(114.445)	(138.939)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	22.577	21.805	175.555	219.937

(1) Refere-se à ativos financeiros que não sofreram migração de estágio no exercício e que sofreram alteração do EAD e/ou PD e/ou LGD no exercício.

11. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

	31/12/2021	31/12/2020
Bens Não de Uso	379.873	457.842
Loteamento Entre Verdes	435.728	452.021
Total	815.601	909.863

12. DEVEDORES POR DEPÓSITO EM GARANTIA

Em 31 de dezembro de 2021, referem-se a depósitos por interposição fiscal, no montante de R\$59.623 (R\$57.623 em 31 de dezembro de 2020), representados principalmente por depósitos sobre imposto PIS no valor de R\$48.360 (R\$47.486 em 31 de dezembro de 2020).

13. OUTROS ATIVOS

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos	4.422	3.175
Comissões sobre avais e fianças	14.434	20.603
Negociação e intermediação de valores com a bolsa	86.167	18.892
Despesas antecipadas	45.921	25.315
Liquidação de câmbio pronto	2.324	28.725
Outros recebíveis	13.257	11.787
Total	166.525	108.497

Notas Explicativas

14. IMOBILIZADO

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, sistema de processamento de dados, e sistema de transporte, 20%, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e sistema de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

			31/12/2021	31/12/2020
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imobilizados de Uso				
Instalações, Moveis e Equipamentos de Uso	21.603	(15.048)	6.555	7.515
Outros Imobilizados de Uso				
Sistema de Segurança e Comunicação	2.739	(1.656)	1.083	1.055
Sistema de Processamento de Dados	2.278	(2.179)	99	370
Sistema de Transporte	-	-	-	8
Imobilizado de arrendamento ^{(1) (2)}	37.957	(22.738)	15.219	22.350
Total	64.577	(41.621)	22.956	31.298

(1) O Pine utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes. No contexto dos contratos de aluguel existentes, a taxa incremental referente à locação de edifício correspondem à 12,64%, enquanto a taxa incremental referente ao leasing de máquinas e equipamentos corresponde a 16,12%

(2) Em 31 de dezembro de 2021, refere-se, substancialmente, a depreciação do Ativo de Direito de Uso, reconhecido contra Resultado, no montante de R\$776 (31/12/2020 - R\$1.825).

15. INTANGÍVEL

O intangível corresponde aos gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais e são amortizados pelo método linear à taxa anual de 10%.

			31/12/2021	31/12/2020
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Licença de uso de sistemas - <i>software</i>	3.862	(1.712)	2.150	2.537
Total	3.862	(1.712)	2.150	2.537

16. DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

		31/12/2021	31/12/2020
Classificação			
Passivo financeiro ao custo amortizado		532.246	531.994
Total		532.246	531.994

Vencimento			
De 31 a 60 dias		-	10.243
De 61 a 90 dias		35.811	-
De 91 a 180 dias		61.055	240
De 181 a 360 dias		435.380	8.016
Acima de 360 dias		-	513.495
Total		532.246	531.994

17. DEPÓSITOS DE CLIENTES

		31/12/2021	31/12/2020
Classificação			
Passivo financeiro ao custo amortizado		7.152.398	7.217.474
Total		7.152.398	7.217.474

Tipo			
Depósitos à vista		128.698	168.487
Depósitos a prazo		6.440.986	6.573.523
Letras de crédito de agronegócio		262.497	300.747
Letras de crédito imobiliário		320.217	174.717
Total		7.152.398	7.217.474

Por vencimento			
Sem vencimento		128.698	168.487
Até 30 dias		232.452	149.889
De 31 a 60 dias		187.474	135.114
De 61 a 90 dias		142.055	123.637
De 91 a 180 dias		326.647	741.571
De 181 a 360 dias		428.622	1.232.653
Acima de 360 dias		5.706.450	4.666.123
Total		7.152.398	7.217.474

18. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

		31/12/2021	31/12/2020
Carteira Própria			
LTN - letra do tesouro nacional		589.685	134.528
LFT - letra financeira do tesouro		854.800	-
NTN - notas do tesouro nacional		2.990.509	1.800.587
Debêntures		50.022	75.620
Subtotal		4.485.016	2.010.735
Total		4.485.016	2.010.735

19. OBRIGAÇÕES POR TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

No País	Taxa de Juros	31/12/2021	31/12/2020
Letras Financeiras	10,04% a.a.	6.435	59.711
Total		6.435	59.711

Notas Explicativas

20. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	31/12/2021	31/12/2020
Repasse do país - instituições oficiais	14.409	23.019
Operações de repasse do exterior	26.248	36.615
Operações de empréstimos do exterior	5	5
Total	40.662	59.639

	Moeda de Emissão	Taxa de Juros	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	31/12/2021
Por vencimento						Total
Repasse do país - instituições oficiais	R\$	5,11% a.a.	1.912	5.571	6.926	14.409
Operações de repasse do exterior	US\$	5,85% a.a.	-	26.248	-	26.248
Operações de empréstimos do exterior	US\$	1,66% a.a.	5	-	-	5
Total			1.917	31.819	6.926	40.662

	Moeda de Emissão	Taxa de Juros	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	31/12/2020
Por vencimento						Total
Repasse do país - instituições oficiais	R\$	3,09% a.a.	2.987	5.655	14.377	23.019
Operações de repasse do exterior	US\$	5,85% a.a.	3	36.612	-	36.615
Operações de empréstimos do exterior	US\$	1,66% a.a.	5	-	-	5
Total			2.995	42.267	14.377	59.639

21. OUTRAS ORIGAÇÕES

	31/12/2021	31/12/2020
Contrato de prestação de Serviço ⁽¹⁾	22.758	23.450
Representatividade da obrigação de desempenho realizada	100,00%	2,95%
Receita reconhecida no exercício ⁽²⁾	22.758	692
Total	-	22.758

(1) Em 31 de dezembro de 2020, refere-se ao saldo remanescente, após o reconhecimento da receita do exercício anterior.
(2) No exercício de 2021, houve cessão do contrato de direito de exclusividade, sem cláusulas de obrigação de desempenho.

22. DÍVIDA SUBORDINADA

	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	31/12/2021	31/12/2020
Por prazo					
Letras financeiras	30.603	24.197	77.706	132.506	142.435
Total	30.603	24.197	77.706	132.506	142.435

Papel	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/12/2021
Letras Financeiras						
	27.915	2018	2024	CDI	150% a 155%	28.600
	2.000	2019	2024	CDI	140%	2.003
	13.776	2019	2025	CDI	140% a 150%	15.851
	1.500	2019	2025	IPCA	9,76%	1.825
	5.300	2019	2026	CDI	149% a 150%	5.506
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.014
	17.092	2021	2027	IPCA	9,67%	18.237
	300	2021	2027	CDI	166%	305
	9.496	2021	2028	IPCA	10,15%	10.140
	45.000	2021	2028	CDI	153% a 189%	49.025
Total	123.379					132.506

Papel	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/12/2020
Letras Financeiras						
	16.500	2011	2021	CDI	145%	63.398
	26.915	2018	2024	CDI	150% a 153%	28.139
	2.000	2019	2024	CDI	140%	2.001
	13.776	2019	2025	CDI	140% a 150%	15.041
	16.500	2019	2025	IPCA	9,76%	18.128
	5.000	2019	2026	CDI	150%	5.018
	8.500	2019	2026	IPCA	10,15%	9.331
	300	2019	2026	CDI	149%	375
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.004
Total	90.491					142.435

23. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado de exercícios futuros - comissão de fiança	11.885	20.149
Passivo de arrendamento	16.086	17.291
Total	27.971	37.440

24. PROVISÕES

a) Provisões para passivos contingentes, riscos fiscais, compromissos e outras provisões

	31/12/2021	31/12/2020
Contingências trabalhistas	6.987	6.588
Contingências cíveis	6.724	6.629
Contingências fiscais	369	369
Provisão para despesas de pessoal	16.664	21.010
Provisões para garantias financeiras prestadas	7.699	4.733
Total	38.443	39.329

Notas Explicativas

b) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

(i) Provisão para riscos fiscais

O Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no Art. 3º, §1º. da Lei nº 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação à essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Em relação ao COFINS, a referida decisão resultou no levantamento de valores não convertidos em renda em favor da União, pelo Banco Pine e Pine Investimentos. Não obstante, a PGFN ingressou com medida executiva, em relação à qual o Pine apresentou defesa e aguarda decisão definitiva. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não haviam depósitos judiciais referentes à COFINS.

Em relação ao PIS, o processo encontra-se sobrestado pelo fato de estar afetado pela repercussão geral reconhecida pela STF (Tema 372). Em 31 de dezembro de 2021, os depósitos relativos ao PIS, representavam R\$48.047 no Individual e R\$48.360 no Consolidado (R\$47.179 no Individual e R\$47.486 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021, os créditos fiscais a compensar, decorrentes de pagamentos efetuados a maior no curso dessas ações, representavam os montantes de COFINS de R\$9.191 no Individual e no Consolidado (R\$14.043 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não foram lavrados autos de infração em face do Pine e da Pine Investimentos.

(ii) Contingências classificadas como prováveis são provisionadas

	31/12/2021			31/12/2020		
	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido
Contingências Fiscais	369	52.746	(52.377)	369	51.787	(50.651)
Contingências Trabalhistas	6.987	5.724	1.263	6.588	4.973	4.101
Contingências Cíveis	6.724	884	5.840	6.629	863	1.651
Total	14.080	59.354	(45.274)	13.586	57.623	(44.899)

(iii) Movimentação das provisões passivas

	31/12/2021				31/12/2020			
	Fiscais/ Obrigação Legal	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais/ Obrigação Legal	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	369	6.588	6.629	13.586	369	6.863	7.875	15.107
Constituição (reversão)	-	(310)	3.266	2.956	-	(1.067)	(1.615)	(2.682)
Atualização	-	709	(3.171)	(2.462)	-	792	369	1.161
Saldo final	369	6.987	6.724	14.080	369	6.588	6.629	13.586

(iv) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis:

Trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o Pine não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Pine não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

Fiscais: Em 31 de dezembro de 2021 o Pine possuía processos fiscais classificados como possíveis no valor de R\$184 (R\$184 em 31 de dezembro de 2020).

25. OBRIGAÇÕES FISCAIS - OUTRAS

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda a pagar	7.264	1.153
Contribuição social a pagar	6.447	624
Total	13.711	1.777

26. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições a pagar	8.402	5.323
Honorários advocatícios	247	345
Ordens de pagamento em moeda estrangeira	3.867	782
Negociação e intermediação de valores	14.091	2.032
Relações com correspondentes	311	293
Recebimentos à identificar ⁽¹⁾	331	4.259
Cambio	(11.927)	25.727
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	-	19.006
Outros passivos	5.225	9.903
Total	20.547	67.670

(1) em 31 de dezembro de 2020, o saldo refere-se a pagamentos realizado à Pine Ativos Imobiliários que estão em análise para respectiva devolução ou reconhecimento de receita.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Conforme Estatuto Social, em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado totaliza R\$1.202.393 (R\$1.202.393 em 31 de dezembro de 2020) e está dividido em 148.157.764 ações nominativas, sendo 75.577.842 ordinárias e 72.579.922 preferenciais (148.157.764 em 31 de dezembro de 2020) sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

b) Reservas de Lucros

A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Notas Explicativas

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Conforme Reuniões do Conselho de Administração realizadas, foi deliberado o não pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

28. AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os saldos da rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” incluem os valores, líquido do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido e receitas e despesas reconhecidas até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado consolidada. Os valores advindos das controladas são apresentados linha a linha, nas rubricas apropriadas de acordo com sua natureza.

A demonstração de resultado abrangente inclui as mudanças na rubrica “ajustes de avaliação patrimonial”.

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	(4.845)	15.029
Instrumentos de dívida	(8.800)	27.326
Efeito fiscal	3.955	(12.297)
Hedges fluxo de caixa	463	(220)
Instrumento de hedge	841	(400)
Efeito fiscal - hedge	(378)	180
Outros ajustes	(140)	(510)
Outros	(255)	(927)
Efeito fiscal - outros	115	417
Total	(4.522)	14.299

Quando os títulos classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) são vendidos ou sofrem perda impairment, os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são demonstrados no resultado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Pine não vendeu títulos classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

29. RECEITAS COM JUROS E SIMILARES

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	2.561	1.540
Instrumentos de dívida	448.327	250.699
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.074.401	957.433
Total	1.525.289	1.209.672

30. DESPESAS COM JUROS E SIMILARES

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício e sobre todos os passivos financeiros, calculada aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos de instituições financeiras	1.703	2.386
Depósitos de clientes	633.872	441.213
Captações no mercado aberto	151.621	30.011
Obrigações por empréstimos e repasses	4.515	9.191
Obrigações por títulos e valores mobiliários	84	84
Dívidas subordinadas	14.168	5.675
Outros juros	68.285	7.018
Total	874.248	495.578

31. RECEITAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica "Receitas de tarifas e comissões" é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Pine e empresas controladas no exercício, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

	31/12/2021	31/12/2020
Comissão de Fiança	11.691	13.933
Comissão de estruturação	441	4.050
Tarifas Interbancárias	23.312	18.107
Outras ⁽¹⁾	28.725	6.847
Total	64.169	42.937

(1) No exercício de 2021, houve cessão do contrato de direito de exclusividade, sem cláusulas de obrigação de desempenho.

32. DESPESAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica "Despesas de tarifas e comissões" mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no exercício, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Comissões	823	811
Serviços bancários	1.888	1.422
Teleprocessamento	3.121	2.526
Outros	2.530	2.101
Total	8.362	6.860

Notas Explicativas

33. GANHOS (PERDAS) COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (LÍQUIDOS) AVALIADOS AO VALOR JUSTO

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

a) Títulos e valores mobiliários

	31/12/2021	31/12/2020
Instrumentos de dívida	3.456	9.129
Instrumentos de capital	1.046	77
Total	4.502	9.206

b) Derivativos

	31/12/2021	31/12/2020
Futuro	(188.346)	(584.778)
Opções	91.782	19.854
Swap	57.663	(19.979)
Termo	44.737	512.376
Total	5.836	(72.527)

34. VARIAÇÕES CAMBIAIS

As variações cambiais mostram, basicamente, os ganhos e perdas nas negociações de moeda, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgadas para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação. Não são considerados os efeitos de variação cambial para *hedge*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o valor de despesa com variação cambial é de R\$500.838 (despesa de R\$527.136 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

35. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de despesas	3	453
Rendas de aluguéis	7.153	8.118
Despesas com Cessão	(216)	(59.256)
Outras receitas (despesas)	9.255	3.774
Outras provisões	6.109	(5.817)
Total	22.304	(52.728)

36. DESPESAS COM PESSOAL

	31/12/2021	31/12/2020
Proventos	51.880	49.593
Benefícios e treinamento	13.169	12.745
Encargos sociais	19.190	18.348
Participações nos resultados	15.614	15.805
Total	99.853	96.491

37. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de água, energia e gás	1.889	194
Despesas com aluguéis	14.165	13.747
Despesas de arrendamento de bens	1.171	1.219
Despesas de comunicações	6.014	5.153
Despesas de manutenção e conservação de bens	901	877
Despesas de processamento de dados	15.972	13.850
Despesas de relações públicas	1.738	1.332
Despesas de seguros	5.033	3.950
Despesas com serviços do sistema financeiro	2.635	3.511
Despesas com serviços de terceiros	1.922	2.799
Despesas com serviços de vigilância e segurança	2.535	2.661
Despesas com serviços técnicos especializados	13.832	10.218
Despesas de transporte	374	294
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	8.525	16.211
Despesas de viagens	340	157
Outras despesas administrativas	11.977	12.881
Total	89.023	89.054

38. PROVISÕES LÍQUIDAS

	31/12/2021	31/12/2020
Atualização monetária	(420)	(226)
(Provisão) Reversão de processos cíveis, trabalhistas e fiscais	(5.092)	2.106
Provisão para Bens Não de Uso - Imóveis	(742)	(8.399)
Total	(6.254)	(6.519)

39. RESULTADO NA ALIENAÇÃO DE BENS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a receita no montante de R\$23.770 (despesa no montante de R\$46.740 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) corresponde principalmente a venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito.

Notas Explicativas

40. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidos as participações no resultado	10.486	(141.772)
Prejuízo antes da tributação	10.486	(141.772)
Alíquota vigente	50%	45%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(5.243)	63.797
Diferenças permanentes	(2.783)	6.967
Variação Cambial de Investimentos no exterior	1.504	3.798
Majoração da alíquota da CSLL	116	-
Outros ajustes	(4.403)	3.169
Imposto de renda e contribuição social	(8.026)	70.764

b) Impostos diferidos reconhecidos no resultado

	31/12/2021	31/12/2020
<i>Impairment</i>	172.010	205.313
Ajustes a valor de mercado dos instrumentos financeiros	(64.851)	(209.834)
Outras provisões	11.771	7.184
Outros ajustes	(7.638)	(33.103)
Prejuízo fiscal / base negativa	572.689	553.579
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	96.463	264.357
Total	780.444	787.496

c) Impostos reconhecidos no patrimônio

	31/12/2021	31/12/2020
Avaliação de títulos (renda fixa)	3.955	(12.297)
Avaliação de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(378)	180
Outros ajustes	115	417
Total	3.692	(11.700)

d) Movimentação de impostos diferidos

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	775.796	694.168
Débito (crédito) ao resultado	(7.052)	95.354
Débito (crédito) no patrimônio líquido	15.392	(13.726)
Saldo final	784.136	775.796

e) Prazo de realização

	31/12/2021	31/12/2020
Até 1 ano	219.503	269.402
De 1 a 2 anos	38.824	39.541
De 2 a 3 anos	15.984	12.740
De 3 a 4 anos	9.983	16.287
De 4 a 5 anos	91.138	228.477
De 5 a 8 anos	322.467	48.918
De 8 a 10 anos	86.237	160.431
Total	784.136	775.796

41. LIMITES OPERACIONAIS

a) Índice da Basileia

O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2021, foi de 11,11% (11,67% em 31 de dezembro de 2020), calculado a partir do 'Conglomerado Prudencial'. De acordo com a Resolução CMN nº 4.957/21, o limite de imobilização permitido é de 50,0%.

b) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

O Pine, de acordo com a Circular Bacen nº 3.930/93, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico ri.pine.com.

c) Índice de Imobilização

O Índice de Imobilização em 31 de dezembro de 2021, foi de 19,12% (17,35% em 31 de dezembro de 2020). De acordo com a Resolução CMN nº 2.286/96, o limite de imobilização permitido é de 50,0%.

42. GARANTIAS PRESTADAS

O Pine oferece uma série de garantias para que os seus clientes melhorem sua posição de crédito e estejam aptos a competir. O quadro abaixo apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	3.410	1	-	-
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	307.859	274	371.697	503
Outras Fianças Bancárias	47.681	7.424	47.545	4.230
Total	358.950	7.699	419.242	4.733

São fornecidos aos clientes do Pine garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Pine tenha de pagar devido a essas garantias. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

Notas Explicativas

43. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Desde o exercício de 2012, o Pine aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.921/10.

O Plano de Remuneração tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Pine; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução CMN nº 3.921/10.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Pine; (ii) o resultado geral do Pine, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Pine está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no conjunto de indicadores institucionais e de sua unidade de negócio (vii) a performance qualitativa e quantitativa dos Administradores, baseada nos valores do Banco.

A Remuneração Variável será calculada:

- a) até 50% do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie; e
- b) o correspondente aos 50% restantes da remuneração variável será pago em instrumentos baseados em ações, que são diferidos em 3 anos.

A entrega dos instrumentos baseados em ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Pine conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que é responsável por (i) propor ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da Instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução CMN nº 3.921/10.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi apurado referente a remuneração variável no montante de R\$2.226 (R\$2.053 em 31 de dezembro de 2020), e a despesa de R\$3.267 (R\$9.362 em 31 de dezembro de 2020) de acordo com os critérios definidos no plano.

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração fixa	9.356	10.835
Remuneração variável	2.226	2.053
Benefícios de curto prazo	4.148	4.220
Total	15.730	17.108

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados basicamente por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Remuneração baseada ações

								31/12/2021
	Quantidade						Vencimento	
	Data da outorga	Preço de exercício em R\$	Outorgada	Exercida	Extinta	Não exercida	% Exercível	Exercida em
PLANO VIII	24/02/2017	4,09	108	108	-	-	33,33%	25/08/2019
							66,66%	25/08/2020
							100,00%	25/08/2021
PLANO IX	02/03/2018	3,34	569	354	-	215	33,33%	25/08/2019
							66,66%	25/08/2020
							100,00%	25/08/2021
PLANO X	01/09/2018	2,20	44	44	-	-	33,33%	25/08/2019
							66,66%	25/08/2020
							100,00%	25/08/2021
PLANO XI	06/09/2018	2,20	800	800	-	-	33,33%	25/08/2019
							66,66%	25/08/2020
							100,00%	25/08/2021
Total			1.521	1.306	-	215		

No exercício de 2021 não houve constituição de novos planos de remuneração baseada em ações.

Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos, se condicionados, poderão ser descontinuados.

Notas Explicativas

b) Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente com as empresas discriminadas na nota 3.a, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

			Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			Prazos até	Taxa de Juros % CDI	31/12/2021	31/12/2020
					31/12/2021	31/12/2020
Administradores ⁽¹⁾					(221)	(197)
Depósitos à vista	Sem vencimento		324	435	-	-
Depósitos à prazo	29/06/2028	100% a 120%	941	6.317	(156)	(116)
Capital no Mercado Aberto	03/01/2022	95%	3.501	-	-	-
Recursos de letras de crédito do agronegócio	29/05/2023	90% a 100%	240	186	(16)	(3)
Recursos de letras de crédito imobiliário	29/01/2024	91% a 100%	519	135	(8)	(4)
Recursos de letras financeiras	14/06/2028	150%	2.865	1.320	(41)	(74)
Familiares imediatos ⁽¹⁾			13.028	23.613	(489)	(353)
Operações de crédito	15/02/2022	CDI+7,00% a.a	2.119	-	119	-
Depósitos à vista	Sem vencimento		3	214	-	-
Depósitos à prazo	18/02/2028	98% a 120%	1.424	15.988	(241)	(62)
Capital no Mercado Aberto	03/01/2022	95%	500	-	-	-
Recursos de letras de crédito do agronegócio	05/06/2023	96% a 100%	204	321	(11)	(8)
Recursos de letras de crédito imobiliário	05/02/2024	97,5% a 100%	420	163	(11)	(7)
Recursos de letras financeiras	14/06/2028	150%	8.358	6.927	(345)	(276)
Empresas ligadas			69.439	73.661	(492)	(807)
Valores a Receber						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.			-	1	1	3
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.			-	3	3	(3)
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.			-	1	1	2
Pine Corretora de Seguros Ltda.			2	8	6	7
Depósitos à vista						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Sem vencimento		132	-	-	-
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	Sem vencimento		24.862	164	-	-
Pine Corretora de Seguros Ltda.	Sem vencimento		86	219	-	-
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	Sem vencimento		9	19	-	-
Pine Ativos Imobiliários LTDA	Sem vencimento		1.876	5.209	-	-
Depósitos à prazo						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	-	99%	-	13.368	-	(299)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	15/12/2023	99%	1.027	1.059	(12)	(9)
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	29/11/2023	99%	179	174	(2)	(2)
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	-	99%	-	17.759	-	(225)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	25/11/2024	99%	6.734	5.072	(81)	(60)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	15/05/2023	99%	192	624	(4)	(7)
Pine Ativos Imobiliários Ltda.	01/04/2024	99%	34.340	29.981	(404)	(214)

(1) Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, dos acionistas com mais de cinco por cento do total de ações, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

						31/12/2021
		Ações	% - Ações	Ações	% - Ações	Total
		Ordinárias	Ordinárias	Preferenciais	Preferenciais	de Ações
						% - Total
						de Ações
Acionistas						
Pessoa Física	75.577.842	100,00	15.160.402	20,89	90.738.244	61,24
Conselho de Administração	-	-	1.281.394	1,77	1.281.394	0,86
Administradores	-	-	463.762	0,64	463.762	0,31
Total	75.577.842	100,00	16.905.558	23,30	92.483.400	62,41

						31/12/2020
		Ações	% - Ações	Ações	% - Ações	Total
		Ordinárias	Ordinárias	Preferenciais	Preferenciais	de Ações
						% - Total
						de Ações
Acionistas						
Pessoa Física	75.577.842	100,00	15.160.302	20,89	90.738.144	61,24
Conselho de Administração	-	-	1.559.894	2,15	1.559.894	1,05
Administradores	-	-	2.206.392	3,04	2.206.392	1,49
Total	75.577.842	100,00	18.926.588	26,08	94.504.430	63,78

44. OUTRAS DIVULGAÇÕES

a) Seguros

O Pine adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros em 31 de dezembro de 2021 é assim demonstrada:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Directors and Officers Liability (D&O)	Responsabilidade Civil para Administradores	50.000
Prédios, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a instalações, máquinas e equipamentos	17.090
Seguro global de banco	Valores em espécie	150
Seguro garantia	Judicial para Execução Fiscal	324.977

b) Covenants

O Pine possui empréstimos de longo prazo, incluindo organismos multilaterais, classificados na rubrica "Obrigações por empréstimos e repasses" que possuem cláusulas contratuais de cumprimento de obrigações (covenants) que exigem determinadas condições de performance, tais como índice de rentabilidade e de eficiência. Estamos em avançada negociação para obtenção da dispensa do cumprimento de tais cláusulas. Em 31 de dezembro de 2021 efetuamos a reclassificação de R\$27.183 para curto prazo (R\$36.395 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

45. GERENCIAMENTOS DE RISCOS

a) Introdução

O Banco Pine apresenta como diferencial a postura conservadora na gestão dos riscos inerentes às suas atividades, através da abordagem de gerenciamento integrado de riscos e capital, sendo sua supervisão realizada por comitês colegiados que apoiam as decisões da Administração.

As práticas de gerenciamento integrado e controle de risco, refletindo as melhores práticas de mercado, buscam identificar e definir limites de monitoramento das perdas financeiras de forma a assegurar que os objetivos do conglomerado sejam cumpridos, que as metas de lucratividade sejam alcançadas, de forma sustentável e em observância ao apetite de riscos definido, sempre mantendo transparência na governança corporativa.

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos é definida pelo Conselho de Administração, que estabelece as funções subsidiárias ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital, ao CRO e à Diretoria, no que tange as atribuições de aprovação de modelos de cálculo, dos fatores de risco, das métricas e indicadores para controle e monitoramento de limites e alertas.

O gerenciamento integrado de Riscos do Banco Pine abrange os grupos de riscos tratados no contexto de riscos financeiros, riscos operacionais e riscos estratégicos, isolados e/ou conjuntamente.

b) Gerenciamento Integrado de Riscos

O processo de gerenciamento integrado de riscos no Pine compreende o conjunto de atividades integradas de gestão e no controle, desde a definição de estratégias, diretrizes, cálculo, divulgação periódica de informações de gestão, controle e monitoramento (Teste de Uso).

A estrutura de governança do gerenciamento integrado de riscos, compreende:

Gerenciamento do risco de crédito

- Conselho de Administração, para definição do apetite de risco e aprovação das políticas de risco;
- Comitê de Gestão de Riscos e Capital, para supervisão e coordenação gerais;
- Comitê de Portfolio, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (crédito e sócio ambiental);
- Comitê ALCO (Asset and Liability Committee) e Comitê de Riscos e Tesouraria, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (liquidez);
- Comitê de Risco Operacional, Controles Internos, GCN e SI, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (operacional, continuidade de negócio, segurança cibernética);
- CRO (Chief Risk Officer), para acompanhamento e implementação das definições e diretrizes estabelecidas;
- Área Tesouraria, para acompanhamento do mercado e negociação de operações de zeragem no mercado;
- Demais Áreas de Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, para negociação de operações com clientes e para registro, processamento e contabilização;

• Área de Controladoria, para acompanhamento gerencial de operações e programação orçamentária;

• Área de Controle de Riscos, para cálculo de riscos e controle de limites;

Os processos e as políticas de gerenciamento e controle de riscos são submetidos a revisões periódicas, com objetivo de garantir alinhamento às melhores práticas de mercado, bem como o atendimento à regulamentação em vigor.

As atividades de controle de riscos são realizadas de forma centralizada por área independente em relação às áreas de Tesouraria, Controladoria, Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, garantindo isenção no reporte e implementação das ações corretivas identificadas.

RAS

A avaliação e definição do apetite de riscos são realizadas de forma estruturada e coordenada através da Declaração de Apetite a Riscos (RAS, Risk Appetite Statement), instrumento de gestão que integra os diversos tipos de risco e implementa seu monitoramento periódico, frente aos níveis estabelecidos, em atendimento aos objetivos da Administração e em conformidade com a programação orçamentária de negócio e aos requerimentos regulatórios. A RAS estabelece os indicadores através de limites e alertas, com acompanhamento periódico, sejam estratégicos ou superiores, sejam táticos ou operacionais.

c) Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O Banco Pine possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco.

d) Categorias de Riscos

Risco de Crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, incluindo variação das taxas de juros, de câmbio, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

Notas Explicativas

Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Risco Socioambiental

O Risco Socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, próprios ou de clientes e parceiros, pela instituição.

Risco de Conformidade

O Risco de Conformidade (ou regulatório) é definido como a possibilidade da instituição sofrer sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de Leis, Regulamentações, Recomendações dos órgãos de supervisão e Códigos de auto regulação aplicáveis.

Risco Reputacional (ou imagem)

O Risco Reputacional é definido pela possibilidade de perdas financeiras decorrentes da impossibilidade da instituição em manter e ou estabelecer novas relações no mercado e em sua base de clientes.

e) Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição, concentração, suficiência de garantias e adimplência de valores a receber de clientes e contrapartes;
- Avaliação e monitoramento da necessidade de provisionamento para perdas, alocação adicional de garantias, e/ou reestruturação de crédito, considerando os indicadores de inadimplência, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse;
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de crédito, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métrica de Controle e Gestão

As análises do risco de crédito são realizadas com base nas seguintes métricas:

Rating e Limite de Crédito

A classificação de risco de inadimplência (rating) e a concessão de limite de crédito, realizados de forma estruturada e coordenada e formalizado através da PLC (Proposta de Limite de Crédito), têm por objetivo avaliar e atribuir a exposição máxima esperada com clientes e contrapartes, produtos, volumes, prazos e de garantia exigidas.

Monitoramento de Concentração

O monitoramento de concentração tem por objetivo definir e monitorar a exposição máxima esperada por rating, classificação de risco, cliente, contraparte, segmento econômico, região geográfica e prazo.

Monitoramento de Indicadores de Inadimplência

O monitoramento de inadimplência tem por objetivo acompanhar e definir os níveis aceitáveis de provisionamento de perda frente aos prazos de atraso no recebimento de valores a receber de clientes e contrapartes. Destes indicadores destaca-se o índice ‘Over 90’, que demonstra, ao longo do tempo o comportamento da carteira, permitindo a identificação e implementações de ações corretivas.

f) Exposição máxima ao risco de crédito — Instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela abaixo representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito dos instrumentos financeiros para os quais uma provisão para perda esperada é reconhecida. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas abaixo são baseadas em valores contábeis, conforme reportado no balanço patrimonial.

Ativos Financeiros	31/12/2021			
	Estágios			Total
	1°	2°	3°	
Ativos financeiros ao custo amortizado	3.898.065	263.169	273.823	4.435.057
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	93.012	-	-	93.012
Empréstimos e adiantamentos a clientes e recebíveis	3.805.053	263.169	273.823	4.342.045
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	736.443	-	99.758	836.201
Títulos e valores mobiliários públicos e privados	736.443	-	99.758	836.201
Garantias prestadas e responsabilidades	334.329	2.347	24.711	361.387
Limites de crédito a liberar	194.814	2.696	200	197.710
Exposição Máxima dos instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável	5.163.651	268.212	398.492	5.830.355
(-) Provisão para perdas esperadas - Custo Amortizado	(8.550)	(9.016)	(158.719)	(176.285)
Exposição Líquida	5.155.101	259.196	239.773	5.654.070

Ativos Financeiros	31/12/2020			
	Estágios			Total
	1°	2°	3°	
Ativos financeiros ao custo amortizado	3.449.271	318.954	275.624	4.043.849
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	75.342	-	-	75.342
Empréstimos e adiantamentos a clientes e recebíveis	3.373.929	318.954	275.624	3.968.507
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	2.379.208	-	65.559	2.444.767
Títulos e valores mobiliários públicos e privados	2.379.208	-	65.559	2.444.767
Garantias prestadas e responsabilidades	425.029	-	24.105	449.134
Limites de crédito a liberar	140.404	1.046	-	141.450
Exposição Máxima dos instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável	6.393.912	320.000	365.288	7.079.200
(-) Provisão para perdas esperadas - Custo Amortizado	(22.577)	(21.805)	(175.555)	(219.937)
Exposição Líquida	6.371.335	298.195	189.733	6.859.263

g) Exposição máxima ao risco de crédito — Instrumentos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela a seguir contém uma análise da exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros não sujeita a provisão ao valor recuperável:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros ao valor justo (VJR)	273.985	262.800
Instrumentos de dívida	273.584	262.359
Instrumentos de capital	401	441
Instrumentos financeiros derivativos	1.659.529	2.279.498
Exposição Máxima dos instrumentos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável	1.933.514	2.542.298

Notas Explicativas

h) Qualidade de crédito

O quadro abaixo apresenta a exposição total dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

Classificação Interna	Total em %	
	31/12/2021	31/12/2020
Raro	42%	40%
Baixo	14%	12%
Médio	7%	7%
Significativo	17%	20%
Alto	14%	15%
Muito Alto	6%	7%

O Pine estimou os fluxos de caixa esperados, levando em consideração todos os termos contratuais do ativo financeiro, incluindo as perdas de crédito esperadas.

i) Avaliação da redução ao valor recuperável

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo Pine para fins de elaboração destas demonstrações financeiras. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais práticas contábeis do Pine (nota 3).

(i) Definição de inadimplência e cura

O Pine considera como um instrumento financeiro inadimplente e, consequentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de PE, todos os casos que se encontram vencidos há mais de 90 dias em relação a seus pagamentos contratuais. Para operações interbancárias (operações interfinanceiras de liquidez), o Pine as considera inadimplentes quando o pagamento intra diário requerido não é realizado ao final da operação conforme determinado nos termos contratuais.

Como parte de avaliação qualitativa o Pine considera a classificação interna de risco de crédito.

Considera-se que um instrumento não está mais inadimplente (ou seja, evento de “cura”) quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de quatro meses. Este período foi determinado com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro retornar ao status de inadimplência após “cura”.

(ii) Classificações internas de risco e o processo de estimativa da probabilidade de inadimplência (*probability of default – PD*)

O Pine possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (*ratings*) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

(iii) Mensuração do risco de crédito

Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas (PE), considerando a capacidade do cliente em aumentar sua exposição enquanto se aproxima da inadimplência e o potencial de ocorrência de pagamentos antecipados.

Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um “fator de crédito” que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto e faixa de utilização do limite atual, com base na análise dos dados de inadimplência recentes do Pine.

Para calcular a EAD o Pine faz a seguinte consideração em relação às classificações em estágios:

- Para uma operação que esteja no Estágio 1, o Pine avalia a possibilidade de eventos de inadimplência nos próximos 12 meses para o cálculo da PE.
- Para uma operação que esteja nos Estágios 2 e 3, o Pine avalia a possibilidade de eventos de inadimplência ao longo da vida para o cálculo da PE.

Perda em caso de inadimplência (LGD)

O Pine monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o Pine avalia se houve um aumento significativo no risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

Aumento significativo de risco de crédito

O Pine considera que uma operação teve aumento significativo de risco de crédito (migração para o estágio 2) quando seu atraso atingir 30 dias ou elevação de sua probabilidade de inadimplência (PD) durante todo o seu prazo esperado em:

- Cinco pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for inferior a 5%;
- Vinte pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for superior a 20%; e
- 100% da PD no reconhecimento inicial, para os demais instrumentos financeiros.

O Pine considera que há aumento significativo do estágio 2 para o estágio 3 quando o ativo financeiro possui atraso superior a 90 dias.

Agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas

Conforme mencionado na nota 3.I, o Pine calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de Empréstimos e adiantamentos a clientes.

O Pine agrupa essas exposições através de critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de produto (crédito pessoal, crédito pessoal consignado, operação de cartão de crédito, operações de cartão de crédito consignado e cheque especial); e
- Safra de concessão da operação de crédito ao tomador.

j) Premissas de variáveis econômicas

Nos modelos de PE, o Pine utiliza informações macroeconômicas, incluindo o IGPM e a Produção Industrial com informação prospectiva para 12 meses, conforme demonstrado no

		01/03/2022	Jun/22	Set/22	Dez/22	Mar/23
IGPM	Base	11,20%	5,10%	5,50%	6,00%	6,00%
Produção Industrial (%)	Base	-1,00%	0,30%	1,60%	0,90%	0,90%

Outras considerações prospectivas que não foram incorporadas, como o impacto de quaisquer mudanças regulatórias, legislativas ou políticas, também foram consideradas, mas não são vistas como tendo um impacto material e, portanto, nenhum ajuste na perda esperada foi feito para esses fatores. Isso é revisado e monitorado no que tange à adequação

Notas Explicativas

k) Garantias recebidas (mitigadoras da exposição máxima ao risco de crédito)

As garantias são consideradas como segunda fonte de pagamento, dada eventual inadimplemento do devedor.

As garantias formalizadas em operações de crédito são aprovadas em comitê, formalizadas e/ou constituídas por área distinta da área responsável por contratação e controladas em sistema específico.

l) Risco de liquidez

Definição

O Risco de Liquidez é a possibilidade do Pine não satisfazer suas necessidades de caixa para o cumprimento de suas obrigações correntes e futuras ou de novas exigências de recursos sem afetar a continuidade de suas operações.

Gestão de risco de liquidez

A gestão de liquidez tem como objetivo identificar, informar e precaver o Pine de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o Pine monitora a exposição ao risco de liquidez de suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos.

O gerenciamento do risco de liquidez abrange os processos de controle, monitoramento e planejamento efetuados através de relatórios enviados aos integrantes do ALCO - *Asset and liability committee* e alta Administração, bem como aprovação de políticas, estratégias, diretrizes, cenários e limites no referido comitê e aprovados pelo Conselho de Administração do Conglomerado, conforme segue:

Diariamente (Superintendência de Risco de Liquidez & Mercado e Produtos):

- Posição e movimentação da liquidez do conglomerado;
- Monitoramento dos indicadores do risco de liquidez.

Semanalmente (ALCO - *Asset and liability committee*):

- Fluxo de descasamentos entre pagamentos, recebimentos e outras movimentações de todo conglomerado (*funding gap*);
- Projeção da movimentação da liquidez do conglomerado considerando os planos das áreas de negócios, necessidades de captação e nível de liquidez desejado;

Mensalmente (ALCO - *Asset and liability committee*):

- Projeção de cenários de estresse de liquidez : moderado e extremo;
- Metodologia de definição dos níveis de liquidez desejado e mínimo;
- Revisão do plano de contingência de liquidez e dos indicadores do risco de liquidez.

As políticas de gestão do risco de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições do ALCO - *Asset and liability committee*.

Desta forma, no processo de gestão do risco de liquidez no Pine, o conjunto de atividades que estão relacionadas e integradas na gestão, desde a definição de estratégias, diretrizes, controle, monitoramento até o gerenciamento, são desempenhadas e estão distribuídas nas seguintes unidades:

- Comitê de Ativos e Passivos (ALCO - *Asset and liability committee*);
- Área ALM na Tesouraria;
- Risco de Liquidez & Mercado e Diretoria de Riscos, Compliance, PLD e Segurança da Informação.

m) Gerenciamento de Risco de Liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis adequados de liquidez;
- Avaliação da necessidade de manutenção de liquidez mínima para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse;
- Planejamento de metas e de necessidade de liquidez, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métricas de Controle e Gestão

As análises do risco de liquidez são realizadas com base nas seguintes métricas:

Liquidez Efetiva na Data

A liquidez efetiva na data tem por objetivo apurar o saldo realizado e a projeção para D+1 e as movimentações já contratadas nos saldos dos ativos que compõem a liquidez efetiva, títulos públicos livres, compromissada Selic e disponível em ME.

Liquidez Target

A liquidez *target* tem por objetivo demonstrar o valor esperado a manutenção da continuidade dos negócios correntes, calculado em função do objetivo estratégico e do valor considerando margem de segurança em excesso à ‘Liquidez Mínima’.

Liquidez Cenário Projetado e Cenário Estresse

A liquidez cenários projetado e estresse têm por objetivo demonstrar cenários prospectivos de liquidez, construídos a partir da ‘Liquidez na Data’, em consonância com a programação orçamentária e de negócio, considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Liquidez Mínima (Cenário Projetado e Cenário Estresse)

A liquidez mínima, nos cenários projetado e estresse, tem por objetivo demonstrar os montantes mínimos representativos de ‘colchão’ a ser mantido, calculado de forma prospectiva, em consonância com a programação orçamentária e de negócio considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Plano de Contingência de Liquidez

O pano de contingência de liquidez tem por objetivo estabelecer um conjunto de medidas, procedimentos e responsabilidades a serem adotados em situações de necessidade de liquidez, que alterem o perfil de prazo e volume de recebimentos de ativos e passivos.

Notas Explicativas

Balanco Patrimonial por liquidez

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com o período em que se estima que sejam recuperados ou liquidados.

	31/12/2021				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
ATIVO					
Caixa e equivalentes de caixa	4.759	4	371.873	466.319	111.313
Títulos e valores mobiliários	149.009	167.711	1.377.712	2.761.915	118.383
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	1.584.493	177.462	40.116	-	-
Total	1.738.261	345.177	1.789.701	3.228.234	229.696
PASSIVO					
Depósitos de clientes	149.208	447.235	1.303.824	761.494	647.219
Depósitos de instituições financeiras	478.967	764.821	1.297.821	766.009	780.443
Captações e depósitos com liquidez disponível	-	7.952	32.190	-	-
Total	628.175	1.220.008	2.633.835	1.527.503	1.427.662
Derivativos	(105.225)	196.197	637.671	(331.709)	(1.683)
GAP	1.004.861	(678.634)	(206.463)	1.369.022	(1.199.649)

n) Gerenciamento de Risco de Mercado

O gerenciamento de risco de mercado compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição às variações de mercado;
- Avaliação da necessidade de adequação das exposições, através de hedge, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse;
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Intenção de Negociação

O risco de mercado é apurado em conformidade com a estratégia de negócio e a intenção de negociação das operações, podendo ser:

A ‘Carteira de Negociação’ (trading) é composta por operações negociadas com a intenção de giro, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem de assimetrias de mercado. O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão DDR (Demonstrativo Diário de Riscos) BACEN, compatível com a abordagem VaR.

A ‘Carteira Bancária’ (banking) é composta pelas demais operações não classificadas na ‘Carteira de Negociação’ (trading). O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão IRRBB (Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária) BACEN, compatível com a abordagem movimentos adversos no resultado e no capital em decorrência de choque nas curvas de juros.

Métricas de Controle e Análises

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

Análise de Valor em Risco (Value at Risk – VaR)

O VaR tem por objetivo apurar a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança. Utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%, com apuração por mercado, vértices de vencimento e por fator de risco.

Análise de Resultado Gerencial à Mercado

A análise de resultado a mercado tem por objetivo apurar o resultado gerencial econômico a mercado (MtM), pelo apreçamento dos ativos e passivos, segregando seu impacto conforme a natureza do resultado, se contábil e/ou gerencial.

Análise de Sensibilidade e de Estresse

A análise de sensibilidade tem por objetivo avaliar a variação do valor de mercado da carteira considerando o deslocamento de 1 ponto-base (DV01) nas curvas de juros ou conforme cenários pré-estabelecidos.

O quadro demonstra a análise da sensibilidade para as operações com instrumentos financeiros, em decorrência da possibilidade de variação cambial, juros ou quaisquer outros fatores. Para a apuração dos impactos às taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s, para a data base:

o) Análise de sensibilidade

O quadro demonstra a análise da sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que exponham o Pine a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição, sendo que para a apuração dos impactos as taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s apurados em 31 de dezembro de 2021:

		Análise de Sensibilidade		
		31/12/2021		
		Cenários		
Fator de Risco	Exposição	Provável (I)	Possível (II)	Remoto (III)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	(1.873.540)	11.340.118	22.680.236
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	(3.169.824)	1.485.525	2.971.051
Taxa TJLP (TJLP)	Variações na TJLP	(9.058)	(117.317)	(234.634)
Taxa Referencial (TR)	Variações na TR	446.692	3.424.328	6.848.657
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	22.770	164.836	329.673
Taxas de Cupom de Outras Moedas	Variação cupom cambial	(8)	3.361	6.722
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	Variação nas taxas OffShore	-	(322)	(644)
Cesta de Moedas	Variação na cotação da cesta de moedas	(135.347)	(227.796)	(455.592)
Total (soma não correlacionada)*		(5.662.259)	8.752.377	17.504.754
Total (soma correlacionada)**		(4.718.315)	16.072.734	32.145.468

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Notas Explicativas

Cenários			
Cenário I - Provável	Cenário composto pela soma dos preços ou taxas de mercado do dia 31 de dezembro de 2021 e suas respectivas volatilidades apuradas através do método de EWMA (λ=94).		
Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	11,80%	2,04%	12,04%
Índice de Preços (IPCA)	6,06%	3,55%	6,27%
Taxa TJLP (TJLP)	6,07%	0,72%	6,12%
Taxa Referencial (TR)	8,74%	0,76%	8,81%
Taxa de Cupom de Dólar	1,00%	2,50%	1,03%
Taxa de Cupom de Outras Moedas	0,23%	0,86%	0,23%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	0,22%	0,02%	0,22%
Moedas	5,58	13,71%	6,34
Cenário II - Possível	Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:		
Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	11,80%	25%	14,74%
Índice de Preços (IPCA)	6,06%	25%	7,57%
Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	6,07%	25%	7,59%
Taxa Referencial (TR)	8,74%	25%	10,93%
Taxa de Cupom de Dólar	1,00%	25%	1,25%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	0,23%	25%	0,29%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	0,22%	25%	0,28%
Moedas	5,58	25%	6,97
Cenário III - Remoto	Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:		
Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	11,80%	50%	17,69%
Índice de Preços (IPCA)	6,06%	50%	9,09%
Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	6,07%	50%	9,11%
Taxa Referencial (TR)	8,74%	50%	13,11%
Taxa de Cupom de Dólar	1,00%	50%	1,50%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	0,23%	50%	0,35%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	0,22%	50%	0,33%
Moedas	5,58	50%	8,37

(i) Balanço por moeda

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com sua exposição à moedas, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com as principais moedas negociadas.

	31/12/2021		31/12/2020	
	Dólar	Euro	Dólar	Euro
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	75.195	-	123.627	4.242
Empréstimos e adiantamentos a clientes	64.725	-	89.330	602
Outros ativos	(23)	-	(29)	-
Total	139.897	-	212.928	4.844
PASSIVO				
Depósitos de clientes	6.500	-	6.500	-
Obrigações por empréstimos e repasses	6.732	765	14.530	-
Relações com correspondentes	6.110	-	11.125	-
Total	19.342	765	32.155	-
Derivativos	120.305	(689)	180.500	4.905
GAP	250	(76)	273	(61)

(ii) Balanço por Risco de Mercado

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com sua exposição à mercado, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com os principais fatores de risco incorridos.

	31/12/2021				31/12/2020			
	Pré	IPCA	TJLP	TR	Pré	IPCA	TJLP	TR
ATIVO								
Caixa e equivalentes de caixa	693.393	261.154	-	-	1.515.495	538.732	-	-
Instrumentos de dívida	3.481.866	1.208.287	-	-	2.622.867	286.360	-	52.021
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.375.040	-	-	26.761	2.935.412	24.482	9.090	123.785
Total	5.550.299	1.469.441	-	26.761	7.073.774	849.574	9.090	175.806
PASSIVO								
Depósitos de clientes	2.499.260	813.559	-	-	462.467	21.967	-	-
Depósitos de instituições financeiras	3.343.333	753.561	-	-	6.543.546	898.885	-	-
Captações no mercado aberto	40.142	17.381	-	22.711	50.648	13.038	-	22.692
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	-	(13.937)	-	(9.084)	-
Total	5.882.735	1.584.501	-	22.711	7.042.724	933.890	(9.084)	22.692
Derivativos	477.488	(9.605)	(4.344)	-	(269.664)	(2.940)	(9.980)	-
GAP	145.052	(124.665)	(4.344)	4.050	(238.614)	(87.256)	8.194	153.114

p) Gerenciamento de Outros Riscos Relevantes

O gerenciamento dos demais riscos relevantes compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de indicadores representativos dos eventos críticos;
- Avaliação da necessidade de adequação e melhoria de processos, ferramentas e soluções, para fazer frente à programação de negócio e incorporar novas exigências regulatórias, tecnologias e práticas de mercado, inclusive garantindo a implementação do plano de continuidade de negócio, sob condições de estresse; e

Notas Explicativas

- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Política de Responsabilidade Sócio Ambiental (PRSA)

A PRSA tem por objetivo estabelecer e apresentar a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental por meio de diretrizes que permeiam a estratégia da Instituição em relação ao tema socioambiental. Tal Política contém princípios que norteiam as ações de natureza socioambiental nos negócios e nas relações do Pine com as partes interessadas, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas da cadeia de valor e buscando o desenvolvimento sustentável.

As partes interessadas são os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que podem ser impactadas pelas atividades da Instituição. O Pine faz consultas e diálogos estruturados com suas Partes Interessadas, a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão dos negócios e promover aprendizados contínuos para ambos os lados. A PRSA estimula a participação das Partes Interessadas em seu processo de elaboração.

No processo de avaliação e concessão de crédito levamos em consideração a análise de riscos socioambientais do cliente, ou seja, se o Compliance encontrar alguma inconsistência referente ao tema socioambiental, o cliente poderá ter um impacto negativo no seu rating de crédito que será definido pela área de Análise de Crédito.

Neste processo considera-se uma lista restritiva que identifica segmentos ou organizações para as quais o Pine tem restrições na concessão de crédito ou financiamento. Essa lista leva em consideração projetos e empresas que estejam envolvidos com práticas trabalhistas ilegais, que firam os Direitos Humanos ou, ainda, que produzam, comercializem ou utilizem produtos, substâncias ou atividades consideradas nocivas à sociedade e ao meio ambiente. Para evitar danos à sua reputação e não fomentar negócios que não estão em conformidade com os princípios e as políticas, o Pine realiza uma avaliação contínua dos clientes atuais e potenciais que atuam em setores críticos do ponto de vista socioambiental.

Tecnologia da Informação

O Banco Pine se caracteriza pelo *mindset* digital e investe estrategicamente em melhoria contínua do ambiente tecnológico, incorporando as tendências de novos produtos e linguagens e adotando melhores práticas de mercado, na automatização contínua dos processos críticos e na formulação de solução sistêmica para integração dos processos internos visando escalabilidade, sinergia e agilidade.

Plano de Continuidade de Negócios

O Banco Pine adota políticas conservadoras de armazenamento e segurança de dados e soluções tecnológicas que permitem a manutenção dos sistemas e informações essenciais com redundância e replicação em tempo real, para mitigar os impactos causados e falhas operacionais de hardware e software, no seu próprio ambiente tecnológico e na infraestrutura e conectividade de mercado.

A estrutura e capacidade de processamento computacional garantem a manutenção dos níveis de performance e segurança para o funcionamento adequado dos aplicativos e soluções sistêmicas para atendimento ao cliente, tratamento de informações cadastrais, negociação de operações, controle financeiro e contabilização, controle de riscos, e processamento de dados.

Segurança de Informação

O Banco Pine adota procedimentos estritos para garantia da segurança de informação. Qualquer violação de segurança causada por acesso não autorizado às informações ou sistemas, que podem ter efeito adverso relevante sobre o negócio, estão cobertas pelo monitoramento contínuo, seja para garantia da integridade física dos dados, seja também para fins de atendimento às exigências da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados, de 2018).

46. OUTROS ASSUNTOS

Devido a continuidade da pandemia causada pelo Coronavírus (Covid-19) desde 2020, além da epidemia de Influenza que atingiu o país em 2021, o Banco Pine segue monitorando os fatores que podem afetar suas operações e resultados. Assim como em 2020, o Banco Pine segue atuando tempestivamente em resposta ao dinamismo do cenário atual, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais autoridades. Com o avanço da vacinação no país foi possível realizar um plano de retomada gradual aos escritórios, por meio da implantação de um modelo híbrido de trabalho, reflexo dos investimentos em tecnologia, que permitiram as interações virtuais com mais agilidade. Esse modelo leva em consideração: (a) a limitação em 50% da capacidade da infraestrutura local do Pine, controlada por meio de um sistema de agendamento digital, (b) a definição de protocolo de acompanhamento junto aos profissionais da saúde para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do COVID-19 e/ou Influenza, e (c) estabelecimento de um processo de comunicação e transparência com os colaboradores por meio de e-mails, portal interno de colaboradores e vídeos periódicos feitos pelo RH comunicando novidades referentes à pandemia. Cabe destacar que apesar das medidas mencionadas, o Banco mantém suas atividades operacionais, com agilidade e flexibilidade nos canais de atendimento, assim como o monitoramento da qualidade de crédito e da situação financeira dos clientes.

O Pine continuou capturando oportunidades e avançando no planejamento estratégico, sempre pautado nos modelos de riscos que ajudaram a elevar as margens e controlar a qualidade dos ativos. O denotado reaquecimento da atividade econômica após o período mais crítico da pandemia resultou no crescimento da originação de crédito no ano de 2021. Além disso, a mudança na composição do mix de produtos em 2021 refletiu nos prazos de produção de crédito, aumentando os recebíveis de curto prazo pela companhia.

O Banco Pine continua com o monitoramento constante dos limites operacionais e de apetite a riscos, e para mais informações sobre os resultados do Banco, consulte o relatório gerencial do quarto trimestre disponível no site de Relações com Investidores <https://ri.pine.com>.

47. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de fevereiro de 2022, foi aprovado o Aumento do Capital social do Banco dentro do limite do capital autorizado nos termos do Estatuto Social da Companhia, no valor de, no mínimo, R\$42.871.037,66 (quarenta e dois milhões, oitocentos e setenta e um mil, trinta e sete reais e sessenta e seis centavos) e, no máximo, R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), mediante a emissão de, no mínimo, 26.794.399 (vinte e seis milhões, setecentos e noventa e quatro mil, trezentos e noventa e nove) ações, sendo 22.317.633 (vinte e dois milhões, trezentos e dezessete mil, seiscentos e trinta e três) ações ordinárias e 4.476.766 (quatro milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, setecentos e sessenta e seis) ações preferencias, e, no máximo, 43.750.000 (quarenta e três milhões e setecentos e cinquenta mil) novas ações, sendo 22.317.632 (vinte e dois milhões, trezentos e dezessete mil, seiscentos e trinta e dois) ações ordinárias e 21.432.367 (vinte e um milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, trezentos e sessenta e sete) ações preferenciais de emissão do Banco, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Como vantagem adicional aos subscritores de Ações no Aumento de Capital, será atribuído 1 (um) bônus de subscrição, em série única, para cada 3 (três) ações subscritas, sendo que cada bônus, se exercido, dará direito a 1(uma) ação ON e 2 (duas) ações PN. Os administradores do Banco entendem que o Aumento de Capital fortalecerá a estrutura de capital, e consequentemente a capacidade de o Banco crescer seu portfólio de crédito, aumentar sua base de clientes e seguir investindo em pessoas, processos e tecnologias, que lhe permitam perpetuar seu propósito, incrementar seus níveis de rentabilidade, e intensificar novos negócios. O valor base de emissão das ações objeto do aumento de capital foi fixado em R\$ 1,60 (um real e sessenta e cinco centavos) por ação, fixado sem diluição injustificada para os atuais acionistas do Banco, nos termos do inciso III do §1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, levando-se em consideração o preço das ações de emissão do Banco no fechamento do pregão da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) no dia 11 de fevereiro de 2022. Após este aumento, o capital social do Banco, atualmente no valor de R\$1.202.393.173,42 (um bilhão, duzentos e dois milhões, trezentos e noventa e três mil, cento e setenta e três reais e quarenta e dois centavos) passará a ser de, no mínimo, R\$1.245.264.211,08 (um bilhão, duzentos e quarenta e cinco milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, duzentos e onze reais e oito centavos) e de, no máximo, R\$1.272.393.173,42 (um bilhão, duzentos e setenta e dois milhões, trezentos e noventa e três mil, cento e setenta e três reais e quarenta e dois centavos). Mais informações sobre o referido aumento podem ser obtidas no Aviso aos Acionistas disponibilizado no site de Relações com Investidores do Banco Pine.

A DIRETORIA

CONTADORA

Renata Leme Borges dos Santos - CRC SP 241045/O-0

Notas Explicativas



BANCO
PINE

CNPJ 62.144.175/0001-20
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830
4º andar | São Paulo – Brasil

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

BANCO PINE S.A.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO



31/12/2021						
Acionistas	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em unidades)	%	Quantidade do Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador	75.577.842	100,00	15.160.402	20,89	90.738.244	61,24
Administradores	-	0,00	1.745.156	2,40	1.745.156	1,18
Conselho de Administração	-	0,00	1.281.394	1,77	1.281.394	0,86
Diretoria	-	0,00	463.762	0,64	463.762	0,31
Outros Acionistas	-	0,00	55.674.364	76,71	55.674.364	37,58
Total	75.577.842	100,00	72.579.922	100,00	148.157.764	100,00
Ações em Circulação			55.674.364	76,71	55.674.364	37,58

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Banco Pine S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Banco Pine S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pine S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Mensuração de títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado

Conforme divulgado nas notas 3(e) e 6(a), o Banco mantém investimentos em títulos de dívida de companhias de capital fechado classificados na categoria disponível para venda e mensurados ao valor justo.

Esses investimentos em títulos de dívida não são negociados em mercado ativo. Dessa forma, no processo de mensuração do valor justo, a administração aplicou seu julgamento em relação à definição do modelo aplicado e às premissas adotadas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, uma vez que o uso de diferentes modelos de mensuração ou de premissas poderiam produzir variações no valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes sobre os controles relevantes identificados nesse processo, tais como os controles de validação da captura das premissas e da aplicação dessas no processo de mensuração do valor justo dos títulos de dívida.

Analizamos a metodologia de mensuração do valor justo desses títulos de dívida e a razoabilidade das premissas adotadas pela administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas em exercícios anteriores.

Efetuamos, também, para amostras selecionadas, testes de recálculo do valor justo dos títulos de dívida, com base nas premissas adotadas pela administração.

Consideramos que os modelos e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Porque é um PAA

Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado nas notas 3(h) e 7(d), o Banco mensurou a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o estabelecimento de níveis de risco (rating) para cada operação, conforme previsto na Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A definição de risco (rating) das operações considera julgamento por parte da administração quanto à definição das premissas e da conjuntura econômica, da experiência passada, dos níveis de inadimplência, de riscos específicos em relação às operações e aos devedores e suas respectivas garantias.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes sobre os controles internos relevantes relacionados ao processo de classificação dos níveis de risco, de monitoramento das garantias recebidas e da integridade da base de dados da carteira de crédito, que serve como base para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Efetuamos, também, em base amostral, testes documentais sobre a existência de garantias apresentadas, bem como sobre a razoabilidade do julgamento e das premissas adotadas pela administração para a determinação dos ratings e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão considerando os referidos níveis de riscos atribuídos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Valor recuperável do crédito tributário

Conforme divulgado nas notas 3(s) e 9, o Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidos pela administração, para projeção de lucros tributários futuros.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.

Nossos principais procedimentos consideraram a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração.

Comparamos as premissas críticas utilizadas com as projeções orçamentárias elaboradas pela administração e, quando aplicável, com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado.

Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Ativos não financeiros mantidos para venda

Conforme divulgado nas notas 3(j) e 11(a), o Banco possui ativos não financeiros mantidos para venda compostos principalmente por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo menos o custo de venda, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

A administração considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, metodologia de cálculo e premissas estabelecidas pela administração.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois envolve a utilização de premissas e julgamentos por parte da administração na mensuração do valor recuperável desses imóveis e a sua relevância no contexto das demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos consideraram, dentre outros, a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizada

pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Adicionalmente, efetuamos testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo desenvolvida pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Consideramos que a metodologia e as premissas adotadas pela administração no registro do valor recuperável desses ativos são razoáveis em todos aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Contingências fiscais

Conforme divulgado nas notas 3(q) e 15(b), o Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, inerentes às suas operações, os quais são avaliados de forma recorrente, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda.

A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da administração que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.

As contingências fiscais podem ser encerradas após um longo espaço temporal e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também de aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, devido aos aspectos processuais e ao nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e o entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos.

Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e confirmamos com os assessores jurídicos os dados dos principais processos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda.

Consideramos que os critérios adotados pela administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são apropriados.

Ambiente de tecnologia da informação

Devido à diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco em sua operação.

Nossos procedimentos consideraram os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas.

Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável.

Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e controles estabelecidos pela administração apresentaram uma base razoável de eficácia para suportar os principais processos de negócios que geram informações críticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo

os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Banco Pine S.A.
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre
as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine S.A. ("Banco") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Mensuração de títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado

Conforme divulgado nas notas 3 (k) e 7, o Banco mantém investimentos em títulos de dívida de companhias de capital fechado classificados como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

Esses investimentos em títulos de dívida não são negociados em mercado ativo. Dessa forma, no processo de mensuração do valor

justo, a Administração aplicou seu julgamento em relação à definição do modelo aplicado e às premissas adotadas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, uma vez que o uso de diferentes modelos de mensuração ou de premissas poderiam produzir variações no valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes sobre os controles relevantes identificados nesse processo, tais como os controles de validação da captura das premissas e da aplicação dessas no processo de mensuração do valor justo dos títulos de dívida.

Analizamos a metodologia de mensuração do valor justo desses títulos de dívida e a razoabilidade das premissas adotadas pela Administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas em exercícios anteriores.

Efetuamos, também, para amostras selecionadas, testes de recálculo do valor justo dos títulos de dívida, com base nas premissas adotadas pela Administração.

Consideramos que os modelos e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em empréstimos e adiantamentos a clientes

Conforme divulgado nas notas 3 (m) e 10, o Banco e suas controladas registram provisão para perdas de crédito esperadas para seus empréstimos e adiantamento a clientes considerando os requerimentos da norma contábil IFRS 9.

A determinação da provisão para perdas de crédito esperadas em empréstimos e adiantamentos a clientes, considerando os requerimentos da IFRS 9, é uma área que envolve um elevado nível de julgamento da Administração na classificação dos créditos nos estágios previstos no IFRS 9, bem como na determinação do montante de provisão necessária, mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam diversas premissas e que consideram fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência, a situação financeira da contraparte, garantias e políticas de renegociação.

Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria.

Atualizamos nosso entendimento dos procedimentos adotados pela Administração para análise, avaliação e aplicação da IFRS 9, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria com o auxílio de nossos especialistas, relacionados a avaliação da aderência aos requisitos da referida norma quanto ao processo de determinação da provisão para perdas de crédito esperadas em empréstimos e adiantamentos a clientes.

Em relação à metodologia e apuração da perda de crédito esperada, aplicamos procedimentos relacionados à (i) análise das políticas contábeis em comparação aos requerimentos do IFRS 9, (ii) entendimento e recálculo, em base amostral, da mensuração da provisão para perdas, que considera a base de dados, os modelos e premissas adotadas pela Administração, (iii) comparação de dados e premissas utilizados com dados de mercado, quando aplicável, (iv) testes sobre a classificação dos empréstimos e recebíveis nos estágios previstos pela IFRS 9, e (v) análise e consistência das divulgações realizadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e registro contábil da provisão para perdas de crédito esperadas em empréstimos e adiantamentos a clientes são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Valor recuperável do crédito tributário

Conforme divulgado nas notas 3 (j) e 40, o Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela Administração, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidos pela Administração, para projeção de lucros tributários futuros.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e conseqüentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com conseqüente impacto contábil.

Nossos principais procedimentos consideraram a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela Administração.

Comparamos as premissas críticas utilizadas com as projeções orçamentárias elaboradas pela Administração e, quando aplicável, com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado.

Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor recuperável de ativos não circulantes mantidos para venda

Conforme divulgado nas notas 3 (o) e 11, o Banco possui ativos não circulantes mantidos para venda compostos principalmente por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo menos o custo de venda, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

A administração considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, metodologia de cálculo e premissas estabelecidas pela administração.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois envolve a utilização de premissas e julgamentos por parte da administração na mensuração do valor recuperável desses imóveis e a sua relevância no contexto das demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos consideraram, dentre outros, a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizada pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Adicionalmente, efetuamos testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo desenvolvida pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Consideramos que a metodologia e as premissas adotadas pela administração no registro do valor recuperável desses ativos são razoáveis em todos aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Contingências fiscais

Conforme divulgado nas notas 3 (x) e 24 (b), o Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, inerentes às suas operações, os quais são avaliados de forma recorrente, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda.

A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da Administração que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.

As contingências fiscais podem ser encerradas após um longo espaço temporal e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também de aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, devido aos aspectos processuais e ao nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e no entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos.

Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e confirmamos com os assessores jurídicos os dados dos principais processos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda.

Consideramos que os critérios adotados pela Administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são apropriados.

Ambiente de tecnologia da informação

Devido à diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco em sua operação.

Nossos procedimentos consideraram os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas.

Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável.

Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e controles estabelecidos pela Administração apresentaram uma base razoável de eficácia para suportar os principais processos de negócios que geram informações críticas utilizadas na elaboração das

demonstrações financeiras.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta - NIRE 35300525515
CNPJ 62.144.175/0001-20
RESUMO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Conglomerado Pine") é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto unicamente por membros independentes, implantado conforme regulamentações do Banco Central do Brasil – BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e atua de acordo com o estabelecido em seu Regimento (disponível no sítio eletrônico de Relações com Investidores <https://ri.pine.com>), tendo por competência zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Para cumprimento de suas atribuições, o Comitê de Auditoria se baseia em informações recebidas da Administração; nos trabalhos da Auditoria Interna e do Auditor Independente; nas informações das estruturas responsáveis pelo gerenciamento integrado de riscos, controles internos e conformidade; assim como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. O Comitê estabeleceu canal eficiente de comunicação, por intermédio da Auditoria Interna, de modo que as solicitações de informações são atendidas pela administração e demais funcionários.

A elaboração das Demonstrações Financeiras do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil é de responsabilidade de sua Administração, a quem cabe estabelecer procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na sua elaboração. Ainda, compete à Administração, dentre outras responsabilidades, gerenciar os riscos, estabelecer a estrutura e funcionamento do sistema de controles internos e garantir a conformidade legal.

A PricewaterhouseCoopers (PwC) Auditores Independentes é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir relatório sobre sua adequação e apresentação, em todos os aspectos relevantes, da posição patrimonial e financeira do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Conselho de Administração e supervisionada pelo Comitê de Auditoria. Atua de forma independente, adota metodologia própria em conformidade com as normas aplicáveis e melhores práticas da profissão. A metodologia utiliza uma abordagem baseada em riscos para priorização e determinação da frequência dos trabalhos. A Auditoria Interna provê o Conselho, o Comitê de Auditoria e a Diretoria Executiva, com avaliações independentes, imparciais e objetivas, da eficiência e eficácia dos controles internos, do gerenciamento de riscos, das práticas de governança e da aderência dos processos às normas regulamentares e procedimentos estabelecidos pela Administração.

1. Atividades do Comitê de Auditoria no 2º semestre de 2021

No cumprimento de suas atribuições, o Comitê de Auditoria realizou as seguintes atividades:

- a) Auditoria Independente: O Comitê sempre que necessário realizou reuniões com a PwC para apreciar o escopo, planejamento e resultados de seus trabalhos, bem como discutir aspectos contábeis relevantes que fundamentam a opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis e relatórios financeiros, as recomendações incluídas nos relatórios de controles internos e os respectivos planos de ação desenvolvidos pela Administração. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.
- b) Auditoria Interna: O Comitê em diversas reuniões interagiu com a Auditoria Interna de forma a monitorar a adequação da estrutura e funcionamento, discutir, aprovar e acompanhar a execução do plano de Auditoria Interna quanto à cobertura dos principais riscos do Conglomerado Pine e o resultado dos trabalhos realizados, os relatórios emitidos, conclusões e recomendações, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.
- c) Demonstrações Financeiras Consolidadas: O Comitê em reuniões com a Controladoria e a diretoria repassou e acompanhou o processo de elaboração e discussão dos critérios e práticas contábeis aplicadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, e as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório do Auditor Independente. Não foram identificadas divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria para o período em análise.
- d) Administração de Riscos: O Comitê reuniu-se em diversas ocasiões com a diretoria de Compliance, PLD, Riscos e Segurança da Informação, responsável pela Gestão Integrada de Risco do Conglomerado Pine de forma a acompanhar os aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos do Conglomerado Pine e o processo de governança para definir o apetite de riscos e controlar os limites estabelecidos. O Comitê manteve atenção especial à gestão da crise provocada pela pandemia do COVID-19, principalmente no acompanhamento das principais medidas adotadas pelo Conglomerado Pine.
- e) O Comitê realizou, ainda, reuniões com diversas áreas do Conglomerado Pine para o conhecimento, apreciação e avaliação do ambiente de controles internos, com ênfase nos aspectos de conformidade legal, gestão de riscos, práticas de governança e atuação e comprometimento dos gestores.

f) O Comitê conta com a participação de um membro do Conselho de Administração que permite relatos sistemáticos das suas atividades. Adicionalmente, o presidente e membro qualificado do Comitê esteve presente em reuniões do Conselho de Administração.

2. Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórios de acordo com os objetivos propostos, bem como que o sistema de controles internos e os esforços que vêm sendo realizados para seu contínuo aprimoramento são adequados ao porte e complexidade das operações do Conglomerado Pine e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras do Banco Pine S.A. e suas controladas para o exercício/semestre findos em 31 de dezembro de 2021, bem como ao estudo de realização do crédito tributário desta mesma data, recomendando sua aprovação ao Conselho de Administração.

14 de fevereiro de 2022.

William Pereira Pinto – Presidente e Membro Qualificado

Maílson Ferreira da Nóbrega – Membro representante do Conselho de Administração

Walkyria Aparecida Augusto – Membro Independente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Após análise das Demonstrações Financeiras da Instituição, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria ("Demonstrações Financeiras"), os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, §1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2022.

Membros da Diretoria Executiva

Mauro Sanchez
Carlos Eduardo Tyba
Rodrigo Esteves Pinheiro
Sergio Luís Patrício
Marcelo Camargo
Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araújo
Jailton Marcio Donasan
Renata Leme Borges dos Santos

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Após análise das Demonstrações Financeiras da Instituição, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria ("Demonstrações Financeiras"), os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2022.

Membros da Diretoria Executiva

Mauro Sanchez
Carlos Eduardo Tyba
Rodrigo Esteves Pinheiro
Sergio Luís Patrício
Marcelo Camargo
Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araújo
Jailton Marcio Donasan
Renata Leme Borges dos Santos